

AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC



PREFEITURA DE
IMBITUBA

FUNDAÇÃO
InoversaSul



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE IMBITUBA

REALIZAÇÃO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC

Gestão e Planejamento Urbano

Rua Ernani Cotrin, nº 601

Centro – Imbituba/SC | CEP: 88780-000

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Contato: (48) 3355-8100

EXECUÇÃO E CONSULTORIA TÉCNICA:

FUNDAÇÃO INOVER

Av. José Acácio Moreira, nº 787

Dehon | Tubarão/SC | CEP: 88704-900

CPNJ: 86.445.293/0001-36

Imbituba/SC

2023

CRÉDITOS TÉCNICOS E AUTORAIS

COORDENAÇÃO:

RUBENS RICARDO FRANZ

Administrador – CRA/SC 3253

Coordenação Geral

MICHELLE SOUZA BENEDET

Arquiteta e Urbanista – CAU/SC: A40819-0

Doutora em Desenho Urbano e Paisagem

Coordenação Técnica

EQUIPE TÉCNICA:

VIVIAN MENDES DA SILVA MARTINS

Arquiteta e Urbanista – CAU/SC A48075-4

Mestra em Arquitetura e Urbanismo

JULIANE SOUZA BENEDET

Engenheira Agrônoma – CREA/SC 127.817-0

Mestra em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial

MAYRAH CARDOSO VIEIRA

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|--|----|--|-----|
| Figura 01 - Localização do município | 11 | Figura 20 - Equipamento x raio de abrangência | 127 |
| Figura 02 - Municípios integrantes da região metropolitana de Tubarão/SC | 15 | Figura 21 - Equipamento x área de deslocamento a pé | 127 |
| Figura 03 - Mapa dos recursos hídricos de Imbituba/SC..... | 18 | Figura 22 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Médio (R=1600m)..... | 130 |
| Figura 04 - Mapa de áreas potenciais e remanescentes de restinga | 25 | Figura 23 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Fundamental (R=800m) | 131 |
| Figura 05 - Cobertura da terra em Imbituba/SC | 26 | Figura 24 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Infantil (R=800m)..... | 131 |
| Figura 06a - Áreas de risco em Imbituba..... | 30 | Figura 25 - Equipamentos de Educação – CEJA e APAE (R=1600m) | 132 |
| Figura 06b - Áreas de risco em Imbituba | 30 | Figura 26 - Equipamentos de Saúde – Postos de Saúde (R=800m) | 134 |
| Figura 06c - Áreas de risco em Imbituba | 31 | Figura 27 - Equipamentos de Saúde – Policlínica (R=800m) / Hospital (R=3000m)..... | 135 |
| Figura 06d - Áreas de risco em Imbituba | 31 | Figura 28 - Sítios arqueológicos no entorno das Lagoas do Mirim e Ibraquera. | 155 |
| Figura 06e - Áreas de risco em Imbituba..... | 32 | Figura 29 - Mapa da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira..... | 162 |
| Figura 07 - Mapa hipsométrico..... | 34 | | |
| Figura 08 – Mapa de abrangência da APA da Baleia Franca no município | 43 | | |
| Figura 09 - Praias localizadas na costa do município..... | 57 | | |
| Figura 10 - Mapa de Evolução Urbana | 71 | | |
| Figura 11 - Mapa de Zoneamento atual | 74 | | |
| Figura 12 - Mapa de Usos do Solo predominantes em Imbituba...77 | | | |
| Figura 13 - Manchas de gabaritos predominantes em Imbituba ...78 | | | |
| Figura 14 - Planta de valores genéricos – 20 bairros | 79 | | |
| Figura 15 – Mapa de Usos do Solo..... | 80 | | |
| Figura 16 - Mapa de Densidade populacional por setor censitário | 87 | | |
| Figura 17 - Parcelamentos irregulares apontados pelo MP | 90 | | |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | | | |
|---|-----|---|-----|
| Quadro 01 - Principais recursos hídricos | 18 | Quadro 10 - Escolas Municipais – Ensino fundamental..... | 128 |
| Quadro 02 - Uso e cobertura do solo de Imbituba/SC | 26 | Quadro 11 - Creches municipais – ensino infantil | 129 |
| Tabela 01 - Usos agrícolas | 27 | Quadro 12 - Equipamentos Públicos – Saúde..... | 133 |
| Tabela 02 - Usos pecuários..... | 27 | Quadro 13 - Equipamentos Públicos – Postos de Saúde..... | 133 |
| Quadro 03 - Descrição de riscos geológicos e respectivas medidas mitigatórias..... | 29 | Quadro 14 – Equipamentos de Assistência Social..... | 136 |
| Quadro 04 – Formações geológicas que compõem o município de Imbituba/SC | 33 | Quadro 15 – Organizações da Sociedade Civil..... | 137 |
| Quadro 05 – Atrativos naturais de Imbituba/SC..... | 49 | Quadro 16 - Equipamentos Públicos - Praças Públicas..... | 144 |
| Quadro 06 - Síntese dos Ciclos de Evolução Urbana..... | 63 | Quadro 17 - Equipamentos Públicos – Esporte, Cultura e Lazer. | 145 |
| Tabela 03 - População de Imbituba e municípios limítrofes | 93 | Quadro 18 - Principais Sambaquis na região de Imbituba | 155 |
| Tabela 04 - População de Imbituba e municípios da AMUREL | 93 | Quadro 19 - Legislações de Imbituba | 167 |
| Tabela 05 - Crescimento populacional de Imbituba | 94 | Tabela 14 – IEGM – Planejamento: | 171 |
| Tabela 06 - Estimativa populacional – 20 anos | 96 | Tabela 15 – IEGM – Fiscal: | 172 |
| Tabela 07 - PIB per Capita – municípios da AMUREL..... | 99 | Tabela 16 – IGM CFA | 172 |
| Tabela 08 - Renda per Capita – municípios da AMUREL..... | 99 | Tabela 17 – IGM CFA – Gestão | 173 |
| Tabela 09 - IDHM – municípios da AMUREL | 103 | Tabela 18 – IGM CFA – Desempenho..... | 173 |
| Tabela 10 - Número de economias | 108 | Tabela 19– Índice CAPAG STN..... | 174 |
| Quadro 07 - Balneabilidade das praias de Imbituba..... | 111 | Tabela 20 – Classificação STN..... | 175 |
| Tabela 11 - Rede de drenagem em Imbituba/SC..... | 113 | Tabela 21 – Comparativo de repasse do FPM - Região da AMUREL: | 176 |
| Tabela 12 - Investimentos em drenagem urbana em Imbituba .. | 114 | Tabela 22 – Comparativo de repasse do FUNDEB - Região da AMUREL:..... | 176 |
| Quadro 08 - Cenários Futuros para Imbituba | 118 | Tabela 23 – participação das despesas com pessoal na despesa total..... | 177 |
| Tabela 13 - Unidades consumidoras de energia elétrica - CELESC | 119 | Tabela 24 – Comparativo das receitas e despesas de capital | 177 |
| Quadro 09 - Escolas Estaduais – Ensino médio e fundamental...128 | | Tabela 25 – IEGM – Governança tecnológica comparado com municípios Litorâneos: | 178 |
| | | Tabela 26 – Indicadores orçamentários do município: | 179 |

Tabela 27 – Indicadores com a evolução da receita total:.....180
Tabela 28 – Indicadores com a evolução da receita corrente:180
Tabela 29 – Indicadores com a evolução da despesa:180

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. ASPECTOS REGIONAIS | 10 |
| 2. ASPECTOS AMBIENTAIS | 16 |
| 2.1 RECURSOS HÍDRICOS..... | 17 |
| 2.1.1 Microbacia hidrográfica do Rio Araçatuba | 19 |
| 2.1.2 Microbacia Hidrográfica da Lagoa de Ibraquera | 19 |
| 2.1.3 Microbacia Hidrográfica do Mirim..... | 20 |
| 2.1.4 Microbacia Hidrográfica do Itapirubá | 21 |
| 2.2 ECOSSISTEMAS E REMANESCENTES FLORESTAIS..... | 22 |
| 2.3 USOS E COBERTURA DO SOLO | 25 |
| 2.4 ÁREAS DE RISCO | 29 |
| 2.4.1 Riscos geológicos | 29 |
| 2.5 RELEVO E HIPSOMETRIA | 33 |
| 2.6 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO | 35 |
| 2.6.1 Unidade de Conservação Federal – APA da Baleia Franca..... | 42 |
| 2.7 RECURSOS E ATRATIVOS NATURAIS..... | 48 |
| 2.8 ÁREAS DEGRADADAS | 49 |
| 3. ASPECTOS DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 53 |
| 4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS | 62 |
| 4.1 EVOLUÇÃO URBANA..... | 63 |
| 4.1.1 - 1º ciclo - ocupação Pré-histórica | 64 |
| 4.1.2 - 2º ciclo: a Armação Baleeira e a chegada dos colonizadores (1534 a 1829) | 65 |
| 4.1.3 - 3º ciclo – o Porto de Imbituba e o transporte do carvão (1830 – 1957)..... | 66 |
| 4.1.4 - 4º ciclo – a municipalização e o colapso do carvão (1958 – 1990) | 68 |
| 4.1.5 - 5º ciclo – o turismo e a reestruturação do Porto (1991 – dias atuais)..... | 69 |
| 4.2 TIPOLOGIA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | 71 |
| 5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS..... | 92 |
| 5.1 DENSIDADE POPULACIONAL | 93 |
| 5.2 DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA | 97 |
| 6. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS .. | 105 |
| 6.1 INFRAESTRUTURA..... | 106 |
| 6.1.1 Abastecimento de Água, Esgoto e Drenagem de águas pluviais | 106 |

| | |
|--|------------|
| 6.1.1.1 Vias públicas e redes de drenagem | 113 |
| 6.1.1.2 Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.... | 115 |
| 6.1.1.3 Cenários futuros para o saneamento básico de Imbituba..... | 118 |
| 6.1.2 Energia elétrica e iluminação | 118 |
| 6.1.3 Mobilidade Urbana e Transporte Público..... | 121 |
| 6.2 SERVIÇOS URBANOS | 126 |
| 6.2.1 Equipamentos públicos – educação | 128 |
| 6.2.2 Equipamentos Públicos – Saúde | 132 |
| 6.2.3 Equipamentos Públicos – Assistência Social | 136 |
| 6.2.4 Equipamentos Públicos – Segurança..... | 140 |
| 6.2.5 Equipamentos Públicos – Esporte, Cultura e Lazer | 143 |
| 7. ASPECTOS CULTURAIS | 147 |
| 8. ASPECTOS INSTITUCIONAIS | 166 |
| REFERÊNCIAS..... | 181 |

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

Plano Diretor Municipal é um conjunto de normas e leis que objetivam ordenar o desenvolvimento urbano e rural de um Município, buscando uma distribuição igualitária dos benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas e preservação do meio ambiente.

O Plano Diretor do município de Imbituba, vigente nesta data, foi aprovado no ano de 2005, por meio da Lei Complementar 2623, de 19 de março de 2005. Diante da previsão legal da lei que a revisão ocorra a cada dez anos, a revisão do referido plano teve seu início em 2022, visando a construção de uma cidade mais equilibrada, justa e sustentável.

Este volume é a terceira etapa na elaboração do plano diretor de um total de cinco etapas. A primeira etapa consistiu em ações preliminares e formação de equipes de apoio a elaboração do plano diretor; a segunda etapa referente à proposta metodológica a ser seguida; a terceira etapa que consiste na avaliação temática integrada, composta pelas leituras técnica e comunitária; a seguir

serão elaboradas a quarta etapa, referente às diretrizes e propostas e, por fim, a quinta etapa, que consistirá nos projetos de lei.

Neste volume foram compiladas análises técnicas referentes aos aspectos regionais, ambientais, do turismo e desenvolvimento econômico, socioespaciais, socioeconômicos, de infraestrutura e serviços públicos, culturais e institucionais.

As análises técnicas utilizaram de um conjunto de dados provenientes da Prefeitura Municipal e de outros documentos e leis relevantes ao planejamento urbanístico do município. Em um processo com participação civil foram realizadas cinco oficinas de participação comunitária, objetivando a contribuição da sociedade sobre potencialidades e fragilidades de cada região. Ocorreu uma reunião em cada região de planejamento:

- a) Região I - Itapirubá, Boa vista, Roça Grande, Guaiúba e São Tomás;
- b) Região II – Vila Nova, Vila Santo Antônio e Campo D’Aviação;
- c) Região III – Paes Leme, Centro, Ribanceira, Vila Esperança, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada e Village;

- d) Região IV – Mirim, Nova Brasília, Campestre, Morro do Mirim e Sambaqui;
- e) Região V – Ibiraguera, Barra de Ibiraguera, Araçatuba, Campo D'uma, Alto Arroio, Arroio, Arroio do Rosa e Penha.

A partir do diagnóstico será possível desenvolver as diretrizes e propostas para o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba.

1. ASPECTOS REGIONAIS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

O Município de Imbituba está localizado no litoral Sul do Estado de Santa Catarina, com latitude Sul de 28°14´24”, longitude Oeste de 48°40´13” e altitude de 30m em relação ao nível do mar.

Distante 90 km da capital Florianópolis, limita-se, ao sul, com Laguna; ao norte, com Garopaba e Paulo Lopes; a leste, com o Oceano Atlântico e a oeste, com Imaruí (PMI, 2023).

Figura 01 - Localização do município



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023.

Apresenta uma área territorial de 181,577km² e uma população estimada para 2021, de 45.711 habitantes e densidade demográfica, em 2010, de 219,59 hab/km² (IBGE, 2023).

Possui dois acessos principais pela rodovia Federal BR-101. Ao Norte, pelo trevo de Nova Brasília, sentido Centro e ao Sul, pelo trevo do Porto da Vila, sentido Vila Nova.

Possui também, dois acessos secundários por rodovias estaduais a partir da BR-101, a SC-437, com início no trevo de Nova Brasília, sentido Imaruí e a SC-434, com início no trevo de Campo Duna, sentido Garopaba e demais acessos com municípios limítrofes se fazem por estradas municipais.

Segundo CODESC (2010), em relação aos limites territoriais, o município apresenta duas áreas de litígio, ao norte com Garopaba e ao sul, com Laguna.

Como inserção regional, nacional e internacional, o município de Imbituba, tem o privilégio de utilizar o transporte intermodal, (rodoviário, marítimo e ferroviário) pois, possui conexão com a rodovia federal BR-101, o Porto de Imbituba, a Ferrovia Tereza Cristina – FTC e a proximidade com aeroportos da região.

A rodovia federal BR-101, é um dos principais eixos rodoviários do país e percorre todo o litoral leste brasileiro, numa extensão de 4.650km, no sentido norte/sul, passando por 12 estados, interligando municípios do Rio Grande do Norte, passando por Santa Catarina até o Rio Grande do Sul e desenvolve importante papel no desenvolvimento econômico, tanto regional, quanto nacional e internacional do município de Imbituba e demais municípios vizinhos, favorecendo o escoamento da produção local e o fortalecimento do turismo (CBR, 2023).

O trecho Norte, que interliga os municípios entre Curitiba/PR e Florianópolis/SC foi totalmente duplicado até 1995 e o trecho Sul, que interliga os municípios entre Palhoça/SC e Osório/RS obteve as obras de duplicação totalmente finalizadas em 2019.

O Porto de Imbituba, em operação desde 1880, desempenha importante papel no desenvolvimento econômico, não apenas do município de Imbituba, mas de toda a região sul catarinense, numa abrangência, regional, nacional e internacional, acompanhado, também, do Porto de Laguna, localizado no município de Laguna, a 38,2km.

Utilizado, inicialmente, como auxílio a pesca da baleia, suas instalações foram sendo ampliadas ao longo dos anos, para o recebimento de carvão, da Região Carbonífera Catarinense, transportado através da ferrovia até o porto de Imbituba, para posterior, exportação a outros países (SCPAR, 2023).

Até 1917, recebia apenas os navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira, que escoava mercadorias em geral (cereais, madeira e banha) e o carvão, através da ferrovia. Em 1980, aproximadamente 74% da carga movimentada no porto, era o carvão, principalmente metalúrgico, batendo “recorde histórico nos embarques de carvão” (SCPAR, 2023).

A partir da década de 1990, iniciou-se uma nova reestruturação do porto, com o transporte de cargas diversificadas por contêineres (fertilizantes, ração animal e granéis sólidos), devido o fim do transporte de carvão, ocasionando, uma mudança no cenário econômico, na circulação de pessoas, bens e serviços da região, proporcionando instalações de novas empresas de logística, no município.

Em 2012, o Governo de Santa Catarina, por meio da SCPAR - Participações e Parcerias, assumiu a administração do Porto de Imbituba, onde em 2016, bateu recorde de movimentação anual, com o início do “sistema de agendamento eletrônico para recebimentos de caminhões”, mantendo o nível de recordes ao longo dos anos e, chegando ao “alcance do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias – IGAP, que resultou na conquista do Prêmio Portos + Brasil”, em 2020 (SCPAR, 2023).

A Ferrovia Tereza Cristina - FTC, possui 164 km de extensão da malha ferroviária sul catarinense, que atravessa 14 municípios, entre Imbituba e Forquilha. É responsável pelo transporte de carvão das Companhias Mineradoras para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, administrada pela Diamante Energia, em Capivari de Baixo (FTC, 2023).

Em Imbituba, desempenhou importante papel no desenvolvimento urbano e econômico do município, com o transporte de carvão para o Porto de Imbituba, entre os anos de 1886 até 1993 (SCPAR, 2023).

A partir de 2006, a ferrovia iniciou o transporte de mercadorias através de contêineres para o Porto de Imbituba, através do “Projeto Criciúma Terminal Intermodal”, que desenvolve os serviços de “recepção de carga, armazenagem, separação de lotes, posicionamento do container vazio, estufagem do container, peação da carga, lacração, registro fotográfico da operação, emissão de relatórios gerenciais e transporte ferroviário até o Porto de Imbituba” (FTC, 2006).

Além disso, outra atividade que vem sendo desenvolvida pela ferrovia, são os passeios turísticos de Maria Fumaça, organizados pela FTC, que possui na agenda o passeio intitulado, “Trem de Natal”, em dezembro, realizado entre os municípios de Imbituba e Siderópolis (FTC, 2023a).

Em janeiro de 2022, a FTC, realizou uma parceria com a Fundação Cultural de Criciúma – TCC, criando o “Passeio de trem: uma viagem na história”, com o intuito de resgatar os passeios de Maria Fumaça na Região Carbonífera, envolvendo os municípios de Criciúma, Urussanga, Tubarão, Siderópolis e Treviso (FTC, 2022).

E, em junho de 2022, realizou uma nova parceria com prefeituras da região, criando um novo passeio, saindo da Estação Ferroviária de Imbituba até Laguna, que busca ampliar as atividades turísticas, entre municípios (PMI, 2022).

Com relação ao transporte intermunicipal de passageiros, a Rodoviária Municipal, possui linhas regulares, disponibilizadas pelas empresas Eucatur, Expresso do Sul, Planalto, Progresso, Rápido Federal, Santo Anjo e Útil, sendo que, os principais destinos são as cidades de Curitiba, no Paraná; Tubarão e Florianópolis, em Santa Catarina (RODOVIARIAONLINE, 2023).

Além destas possibilidades de transportes de mercadorias e passageiros, o município está bem localizado, em relação a conexões com o Aeroporto Internacional Floripa Airport, em Florianópolis, distante 105,2km; Aeroporto Regional Humberto G. Bortoluzzi, em Jaguaruna, distante 79,2km e, Aeroporto Regional Diomício Freitas, em Forquilha, distante 125,9km, favorecendo o fortalecimento do turismo e o aumento da circulação de pessoas, bens e serviços na região.

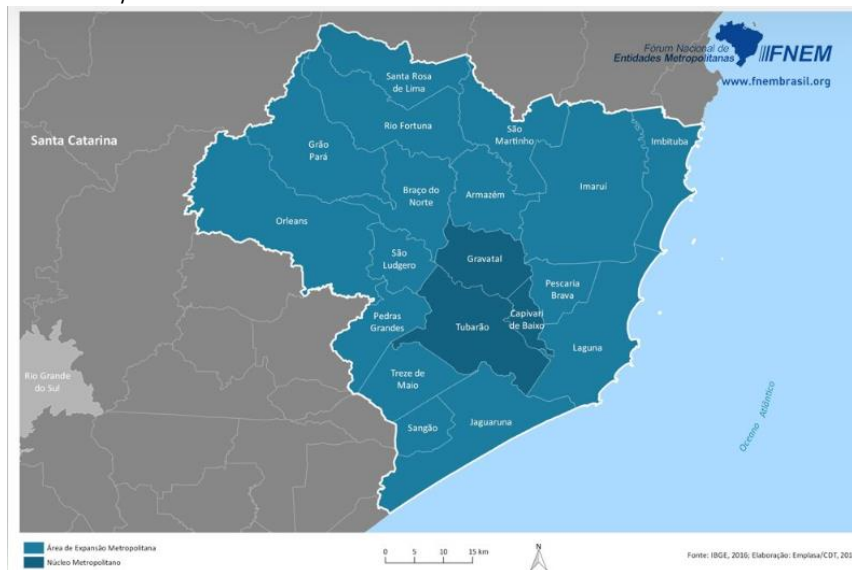
Como inserção regional, Imbituba pertence a Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana de Tubarão/SC, que pode ser determinada como uma mesorregião, formada por 19 municípios, apresentados na Figura 02, que apresentam especificidades quanto às características socioeconômicas e de organização do espaço, mas possuem uma identidade regional (FNEM, 2018).

Neste contexto, são formadas associações de municípios, dividindo o Estado de Santa Catarina, em 21 microrregiões, a partir de características naturais e socioeconômicas semelhantes, que podem ser definidos como equipamentos públicos regionais.

Imbituba é parte integrante da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, que abrange 18 municípios, e tem a finalidade de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos municípios, promovendo uma cooperação intermunicipal e intergovernamental, “visando o desenvolvimento regional integrado de cada região, observando

as deficiências e explorando suas potencialidades” (AMUREL, 2023).

Figura 02 - Municípios integrantes da região metropolitana de Tubarão/SC



Fonte: (FNEM, 2018).

Pertence também, a Região Turística do Estado de Santa Catarina, fazendo parte do Roteiro Turístico Regional, denominado “Encantos do Sul” (SANTUR, 2019).

É a Capital Nacional da Baleia Franca, com destaque

internacional, pois está inserida na Área de Proteção Ambiental – APA da Baleia Franca, que abrange todo o litoral catarinense, fazendo parte da Rota da Baleia Franca, junto aos municípios de Garopaba e Laguna, que representam o berçário das baleias franca de Santa Catarina (ROTA DA BALEIA FRANCA, 2023).

Atualmente, o setor de serviços é o mais representativo economicamente, sendo impulsionado pelas demandas do Porto de Imbituba e pela atividade turística - setores de maior potencial na cidade, tendo em vista, que as praias e belezas naturais de Imbituba são amplamente conhecidas e procuradas na temporada de verão (SANEVILLE, 2022).

Em relação a festas regionais, o município se destaca com o Festival Nacional do Camarão, caracterizado como um dos maiores eventos gastronômicos da região, que ocorre anualmente e, em 2023, foi realizado a 21ª edição, com apoio da Prefeitura de Imbituba, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Portuário - SEDETUR (PMG- SEDETUR, 2022).

2. ASPECTOS AMBIENTAIS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

O diagnóstico referente aos aspectos ambientais em um Plano Diretor, é ponto importante para a construção de novas diretrizes e propostas para o planejamento da cidade, com cuidados às áreas sensíveis, de preservação ou a serem protegidas.

2.1 RECURSOS HÍDRICOS

O Município de Imbituba está inserido na Região Hidrográfica do Sul Catarinense (RH09). A área de abrangência da RH 9 é composta pelo Complexo Lagunar das lagoas do Imaruí e Mirim as duas principais bacias hidrográficas que compõe este sistema são as dos rios Tubarão (4.685 km²) e d'Una (491 km²). A área total desta região é de 5.725 km² (SANTA CATARINA, 2014).

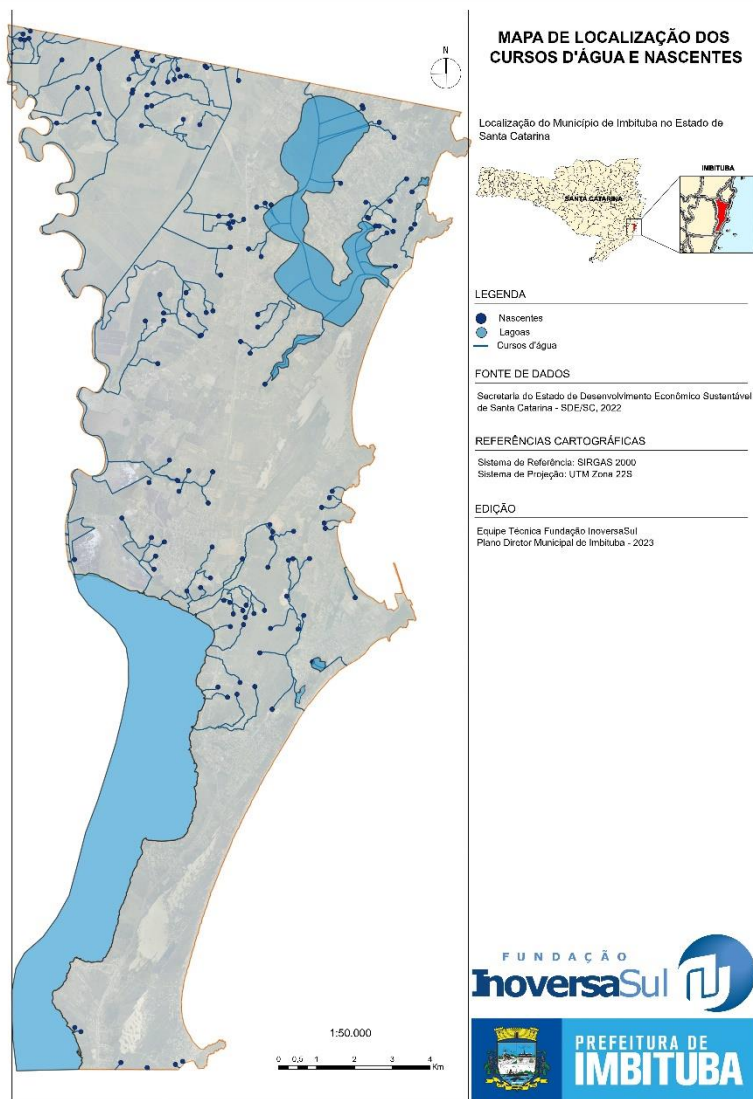
O rio Tubarão, o mais importante dessa Região Hidrográfica, nasce na encosta da Serra Geral, tendo como principais formadores os rios Rocinha e Bonito. A seguir, recebe pela margem esquerda os rios Laranjeiras, Braço do Norte, Capivari, e rios Palmeiras e das Pedras Grandes/Azambuja pela margem direita. Após percorrer cerca de 120 km, o rio Tubarão desemboca na Lagoa de Santo

Antônio dos Anjos, no município de Laguna. Do conjunto lagunar que compõe a bacia, destacam-se também as lagoas de Imaruí e Mirim. Por conta da carga poluidora decorrente do Beneficiamento de Carvão e do setor agroindustrial, a bacia do rio Tubarão é uma das mais comprometidas do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2014).

O rio d'Una tem suas nascentes na região do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, município de Paulo Lopes. A área preservada que drena os formadores da margem direita do rio d'Una mantém boas as condições da qualidade das águas da bacia nesse trecho. Ao alcançar a planície, o rio D'Una passa pelo município de Imbituba, região de cultivo de arroz irrigado que se estende até as imediações de sua foz no sistema lagunar (SANTA CATARINA, 2014).

Também fazem parte dessa região drenagens independentes que deságuam no sistema lagunar. Os recursos hídricos que banham o município podem ser vistos na figura 03.

Figura 03 - Mapa dos recursos hídricos de Imbituba/SC



Fonte: Fundação InoversaSul, 2022.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de 2005 (PMI, 2005), Imbituba está inserida no contexto regional do sistema lagunar da planície costeira do território catarinense, dividindo-se em quatro micro-bacias hidrográficas. No quadro 01 está elencado os principais recursos hídricos de cada microbacia hidrográfica (PMI, 2005).

Quadro 01 - Principais recursos hídricos

| MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS | PRINCIPAL RECURSO HÍDRICO |
|----------------------------------|----------------------------------|
| Rio Araçatuba | Rio Araçatuba |
| Lagoa de Ibiraquera | Lagoa de Ibiraquera |
| Mirim | Rio D'una |
| Itapirubá | Lagoa do Mirim |

Fonte: Fundação UniversaSul, 2023

Ainda, no município, encontram-se seis lagoas a saber (PMI, 2005):

- Lagoa de Ibiraquera e Lagoa Doce (Bacia Hidrográfica da Lagoa de Ibiraquera);
- Lagoa do Píala (Bacia Hidrográfica de Itapirubá);
- Lagoa do Timbé (Bacia Hidrográfica de Itapirubá);

- d) Lagoa do Paes Leme e Lagoa da Bomba (Bacia hidrográfica de Itapirubá); e
- e) Lagoa do Mirim (Bacia Hidrográfica do Mirim).

2.1.1 Microbacia hidrográfica do Rio Araçatuba

A Microbracia Hidrográfica do Rio Araçatuba está localizada na porção noroeste do município. O rio apresenta direção nordeste quando atravessa Imbituba, até sua foz no rio D'Una.

Em suas margens ocorrem áreas ocupadas por agricultura, além de canais de drenagem retificados. Na porção norte ocorre uma extensa área com floresta.

Por se tratar de um afluente do Rio D'Una, suas águas são de Classe 1 conforme estipulado pela Portaria nº 24/79. Sendo assim, suas águas podem ser destinadas (CONAMA, 2005):

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado;
- b) Proteção das comunidades aquáticas;

- c) Recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA n.º274, de 2000;
- d) Irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película; e
- e) À proteção das comunidades aquáticas em Terras indígenas.

2.1.2 Microbacia Hidrográfica da Lagoa de Ibiraquera

Localiza-se na porção nordeste do município, próximo a Garopaba. O principal recurso hídrico da bacia é a Lagoa do Ibiraquera. Nas margens da lagoa ocorrem áreas urbanizadas, pastagens, áreas alagadas e formações pioneiras com influência hídrica. Secundariamente e quase inexistentes, ocorrem pequenos fragmentos florestais. Na porção sul da bacia, além das acima citadas, ocorrem areias e dunas.

Segundo o enquadramento dos cursos de água pela Portaria n.º 24/79, os rios localizados nesta bacia hidrográfica pertencem à Classe 2. Sendo assim, suas águas podem ser destinadas (CONAMA, 2005):

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional;
- b) À proteção das comunidades aquáticas;
- c) À recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA n.º 274, de 2000;
- d) À irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto;
- e) E à aquicultura e à atividade de pesca.

2.1.3 Microbacia Hidrográfica do Mirim

Seu rio principal é o Rio D'Una que coincide com o limite municipal entre Imbituba e Imaruí. Apresenta direção norte-sul até desaguar

na Lagoa do Mirim. Em suas margens predominam áreas ocupadas por atividades agrícolas.

O Rio D'Una é o principal rio do Município, onde são captadas as águas superficiais para o abastecimento. Seu principal afluente é o Rio Araçatuba. Próximo a SC 437, às margens da lagoa do Mirim localiza-se uma área urbanizada, bem como atividades de extração mineral.

Segundo o enquadramento dos cursos de água pela Portaria n.º 24/79 que enquadra os cursos d'água do Estado de Santa Catarina, as nascentes do Rio D'Una até a foz na Lagoa do Mirim pertencem à Classe 1. Sendo assim, suas águas podem ser destinadas (CONAMA, 2005):

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento simplificado;
- b) À proteção das comunidades aquáticas;
- c) À recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA n.º 274, de 2000;

- d) À irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas cruas sem remoção de película;
- e) À proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas.

2.1.4 Microbacia Hidrográfica do Itapirubá

Localizada na porção leste-sudeste do município e tem como principal curso de água a Lagoa do Mirim. Esta possui 63,77 km² de área, sendo seus principais contribuintes os Rios D'Una e Mané Chico.

A lagoa possui formato alongado, orientado no eixo NNE – SSO, comunica-se com a Lagoa do Imaruí pelo estreito existente na localidade de Perrixil (BRASIL, 2001).

Segundo o enquadramento dos cursos de água pela Portaria n.º 24/79, os rios localizados nesta bacia hidrográfica pertencem à Classe 2. Sendo assim, suas águas podem ser destinadas (CONAMA, 2005):

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional;
- b) À proteção das comunidades aquáticas;
- c) À recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, conforme Resolução CONAMA n.º 274, de 2000;
- d) À irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto; e
- e) À aquicultura e à atividade de pesca.
- f) À proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas.

| QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL | |
|---|---|
| Existem áreas ambientalmente sensíveis e ameaçadas pelo crescimento da mancha urbana e/ ou pela chegada de novos empreendimentos. | |
| 01 | ▶ Há necessidade de controlar o avanço da área urbanizada sobre as áreas ambientais; |
| 02 | ▶ Há necessidade de fortalecer os mecanismos de preservação das áreas de interesse ambiental. |

| | |
|----|--|
| 03 | ▶ Há necessidade de realizar o monitoramento qualitativo e quantitativo das águas superficiais, bem como de identificar e fiscalizar fontes de lançamento irregulares de efluentes líquidos domésticos e industriais, áreas irregulares de disposição de resíduos sólidos e ocupações/atividades em áreas necessárias a proteção dos recursos hídricos. |
| 04 | ▶ Há necessidade de elaborar o Plano Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos |
| 05 | ▶ Há necessidade de elaborar o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e de concluir a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. |
| 06 | ▶ Há necessidade de elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica. |
| 07 | ▶ Há necessidade de cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento, bem como de promover a estruturação e fortalecimento do órgão municipal gestor e fiscalizador de saneamento, e do órgão ambiental municipal responsável pelo licenciamento, controle e fiscalização das atividades e empreendimentos potencialmente poluidores e causadores de degradação ambiental. |
| 08 | ▶ Há necessidade de elaborar o Diagnóstico Socioambiental, destacando-se a elaboração de uma base hidrográfica mais detalhada. |

2.2 ECOSISTEMAS E REMANESCENTES FLORESTAIS

Santa Catarina é o Estado que possui a maior cobertura vegetal nativa do Sul do Brasil, apesar de todo o desmatamento pela questão da agropecuária e extrativismo, em conjunto com a expansão urbana no litoral catarinense. A vegetação nativa que ainda resta aproxima-se de 14%, devido ao alto grau de devastação e fragmentação de sua vegetação. Segundo a Prefeitura Municipal de Imbituba (2019), no município há 14,08% de Mata Atlântica preservada. Números considerados preocupantes pelos especialistas. Tem-se como principais causadores o uso desordenado do solo, a especulação imobiliária, a industrialização predatória e o desmatamento (PMI, 2019).

Para Ferreira (2006), o litoral catarinense apresenta áreas marcantes com presença de planícies, praias, dunas, restingas e lagunas (figura 04). Dentre as formações lagunares mais importantes, tem-se o complexo lagunar sul catarinense (cujas principais lagunas são as de Santo Antônio, Imaruí e Mirim), além de outras como Ibraquera, Garopaba e da Conceição. Na

desembocadura dos principais rios aparecem sedimentos quaternários flúvio marinhos.

As restingas de Santa Catarina estão entre as maiores restingas brasileiras em superfície e, possivelmente, em riqueza de espécies. Provavelmente é um dos ecossistemas que há mais tempo recebe ocupação antrópica. Esta formação sofre um processo intenso de degradação desde o início da colonização europeia, em função da sua proximidade com os primeiros povoamentos e cidades, pela facilidade de ocupação destas áreas e menor capacidade de resiliência destas formações em relação às florestas (FALKENBERG, 1999, apud BERETTA, 2010).

A restinga herbácea/subarbustiva apresenta baixa biodiversidade de espécies. Ocorre principalmente em praias, dunas frontais e internas (móveis, semifixas e fixas), lagunas e encostas, planícies e terraços arenosos, banhados e depressões. Pode apresentar áreas com vegetação esparsa, ou mesmo desprovida de cobertura vegetal (dunas móveis, lagunas, etc), em função de uma morfodinâmica intensa provocada pela ação de intempéries (ondas, vento, chuva e marés).

A vegetação de restinga arbustiva é formada por agrupamentos contínuos intercalados com locais menos densos, composto por plantas arbustivas com ramos vigorosas novos e/ou senescentes, desde pouco acima da base das plantas, entremeadas por ervas e subarbusto. Neste local, pode ser reconhecido o *Butiá catharinensis* que, segundo a Resolução CONSEMA Nº 51, de 05 de dezembro de 2014, consta na Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Estado de Santa Catarina, no status de “Em Perigo (EN)”.

Segundo levantamento do MonitoraSC, na figura 04 é possível ver que o município possui uma vasta área de potencial de restinga, assim como áreas de remanescente de restinga.

Com relação à Mata Atlântica, conforme Kein (1978), Santa Catarina tem uma vasta diversidade natural que se distribuem em diversas regiões fitogeográficas, dividida em oito formações fitoecológicas. Na formação denominada Floresta Ombrófila Densa é onde o município de Imbituba encontra-se introduzido, sendo marcada pela ausência de períodos secos, com elevadas taxas de

precipitação bem distribuídos durante o ano e com temperaturas médias acima de 15°C.

A Floresta Ombrófila Densa – FOD, denominada também como Floresta Tropical Atlântica, é uma das regiões fitoecológicas inseridas no Bioma Mata Atlântica e constitui um prolongamento da faixa florestal que acompanha a costa brasileira desde o estado do Rio Grande do Norte até o estado do Rio Grande do Sul, distribuindo-se em um gradiente altitudinal que varia do nível do mar até aproximadamente 1.000 metros (IBGE, 1992) ou, conforme Siminski et al. (2011), até 500 metros.

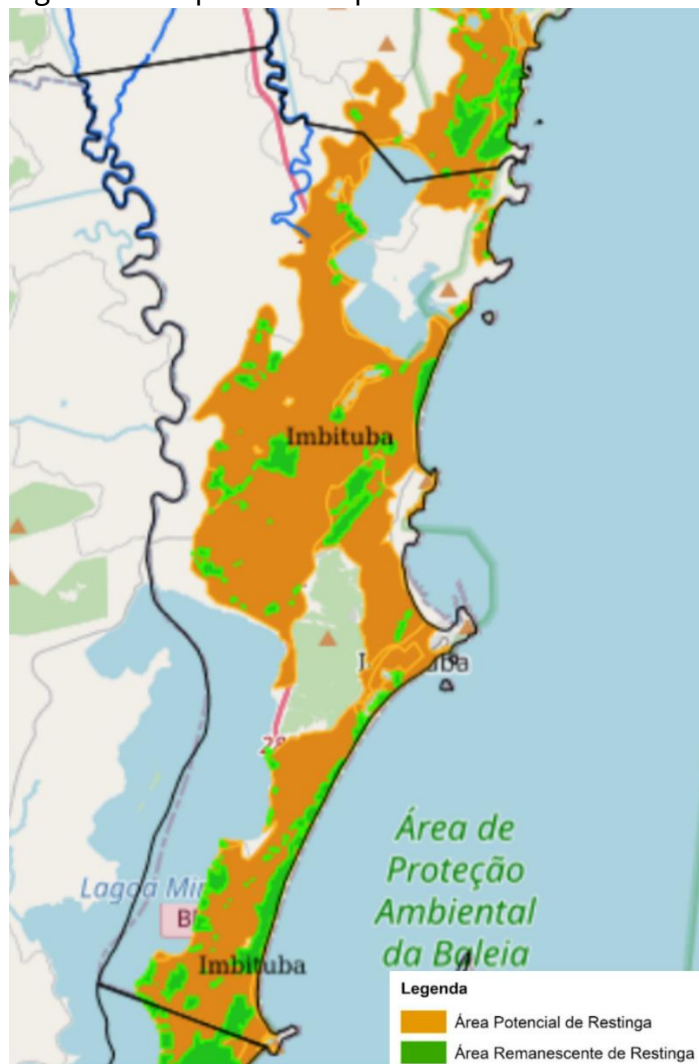
a educação ambiental e a conscientização da população sobre a importância da conservação da Mata Atlântica; Estabelecer parcerias e mecanismos de cooperação com outros órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setor privado para a implementação das ações previstas no plano; Monitorar e avaliar a efetividade das ações implementadas e atualizar periodicamente o plano em função dos resultados obtidos.

QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

Existem áreas ambientalmente sensíveis e ameaçadas pelo crescimento da mancha urbana e/ ou pela chegada de novos empreendimentos.

- | | |
|----|---|
| 01 | <p>► Há necessidade de elaborar o Plano Municipal da Mata Atlântica, qual tem como objetivos: Identificar, mapear e diagnosticar os remanescentes do Bioma no Município; Identificar as áreas prioritárias para conservação, recuperação e uso sustentável; Desenvolver estratégias para a conservação, recuperação e uso sustentável dessas áreas; Estabelecer diretrizes para o uso e ocupação do solo em áreas próximas aos remanescentes florestais; Promover</p> |
|----|---|

Figura 04 - Mapa de áreas potenciais e remanescentes de restinga



Fonte: MonitoraSC, 2020.

2.3 USOS E COBERTURA DO SOLO

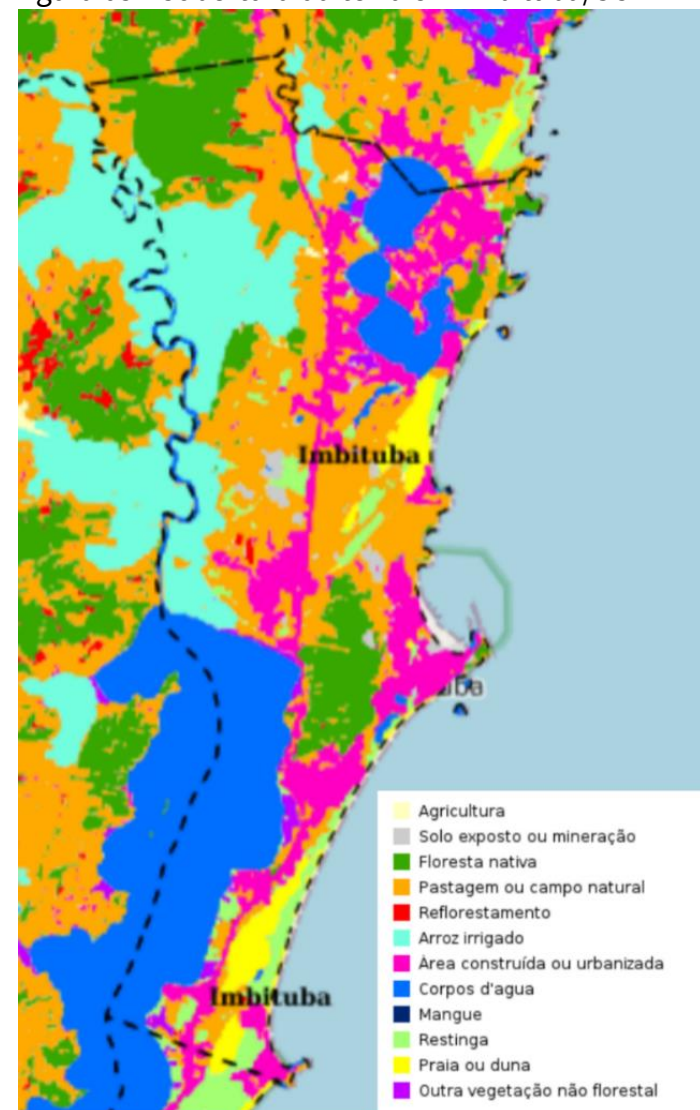
Com relação aos usos e cobertura do solo, as áreas de pastagens e campos naturais ocupam a maior área, aproximadamente 5142,90ha, seguido de corpos d'água com 3471,14. A área urbanizada ocupa uma área de 3037,14ha, aproximadamente 20% do território (MONITORASC, 2020).

Quadro 02 - Uso e cobertura do solo de Imbituba/SC

| Descrição | Área (ha) |
|--------------------------|-----------------|
| Área do município | 18144,32 |
| Floresta | 2133,22 |
| Reflorestamento | 86,76 |
| Agricultura | 34,05 |
| Pastagem e campo natural | 5142,90 |
| Arroz irrigado | 2198,62 |
| Área edificada | 3037,14 |
| Solo exposto e mineração | 221,26 |
| Corpos d'água | 3471,68 |
| Mangue | 0 |
| Restinga | 836,92 |
| Dunas e praias | 678,83 |
| Outra vegetação | 302,94 |

Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

Figura 05 - Cobertura da terra em Imbituba/SC



Fonte: MonitoraSC, 2020.

Dentre as áreas de agricultura, tem-se destaque para a rizicultura, sendo a cultura com maior área no município, sendo cultivada em 11 estabelecimentos que totalizam uma área de 2.161 hectares de área colhida. Ainda há outras culturas presentes com destaque no município, conforme tabela 01.

Tabela 01 - Usos agrícolas

| Cultura | Estabelecimentos | Área colhida (hectares) |
|-----------------------------|-------------------------|--------------------------------|
| Arroz irrigado | 11 | 2.161 |
| Mandioca (Aipim, macaxeira) | 191 | 143 |
| Milho | 151 | 46 |
| Milho forrageiro | 15 | 22 |
| Feijão | 27 | 8 |
| Cana-de-açúcar | 32 | 8 |
| Abóbora, moranga, jerimum | 26 | 8 |

Fonte: IBGE, 2017.

Já com relação a pecuária, tem-se destaque para os bovinos, sendo criados em 203 estabelecimentos, totalizando 2.581 cabeças. Há ainda a criação de outros animais (tabela 02).

Tabela 02 - Usos pecuários

| Animal | Estabelecimentos | Cabeças |
|---|-------------------------|----------------|
| Bovinos | 203 | 2.581 |
| Galináceos | 156 | 2.400 |
| Suínos | 33 | 1.989 |
| Patos, gansos, marrecos, perdizes e faixões | 64 | 1.553 |
| Equinos | 69 | 297 |
| Perus | 33 | 229 |
| Ovinos | 9 | 54 |

Fonte: IBGE, 2017.

QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL

Parte do município está inserida em área de preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local.

| | |
|----|--|
| 01 | ▶ Imbituba possui áreas ambientais que podem ser descaracterizadas pelo avanço da urbanização; |
| 02 | ▶ O município enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento urbano de maneira sustentável, ao mesmo tempo em que preserva as áreas ambientais; |
| 03 | ▶ Há necessidade de realizar um zoneamento costeiro; |
| 04 | ▶ Há necessidade de utilizar mecanismos como o IPTU Verde para incentivar uso de estratégias bioclimáticas; |
| 05 | ▶ Deve garantir o acesso público às lagoas, vedando a possibilidade de condomínios fechados que impossibilitam este acesso. |
| 06 | ▶ Há necessidade de fomentar a transição energética para energia solar em empresas, residências e transporte; Incentivo para quem usa energia sustentável; |
| 07 | ▶ Há necessidade de criar um projeto de compostagem pública; |
| 08 | ▶ Há necessidade de retirar das zonas passíveis de construção as áreas ripárias em topo de morros e com alta declividade (>45°) e áreas no entorno das lagoas; |
| 09 | ▶ Há falta de incentivo e regulamentação para criação de bairros sustentáveis |
| 10 | ▶ Há necessidade de limitar o desenvolvimento imobiliário no município, valorizando áreas de mananciais, pesca artesanal, agricultura familiar e APP; |

| | |
|--|--|
| O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, para constituir um Sistema de Áreas Livres. | |
| 01 | ▶ Há necessidade de criar meios de estimular a preservação das áreas verdes privadas; |
| 02 | ▶ Há necessidade de realizar um Plano de Arborização Urbana; |
| 03 | ▶ Há potencial de criação de parques lineares no entorno das lagoas; |
| 04 | ▶ Há necessidade de estabelecer obrigatoriedade de percentual mínimo de área verde nos empreendimentos novos; |
| 05 | ▶ Há necessidade de articular as áreas verdes municipais em um Sistema, promovendo melhor aproveitamento e fortalecimento destas áreas; |
| 06 | ▶ Apresenta a potencialidade de fortalecer o sistema ambiental municipal ao regional, integrando áreas ambientais contíguas que desempenham função ambiental importante na região. |
| O município precisa promover melhor uso de suas águas, de modo a garantir a segurança hídrica de seus munícipes e das atividades urbanas, rurais municipais e regionais. | |
| 01 | ▶ Há necessidade de promover o uso racional da água e incentivá-lo na região, de modo a garantir a sustentabilidade da produção agrícola, das atividades urbanas e do consumo de água pelos munícipes; |

| | |
|----|---|
| 02 | ► Apresenta o potencial de integrar a gestão das águas municipais à criação de áreas verdes públicas de contemplação e lazer. |
|----|---|

2.4 ÁREAS DE RISCO

2.4.1 Riscos geológicos

De acordo com a Setorização de Zonas de Risco de Inundação e Movimentação de Terra, elaborada pelo Serviço Geológico do Brasil no ano de 2018, em Imbituba, foram identificadas 5 áreas de alto risco geológico (quadro xx), que somam aproximadamente, 195 mil metros quadrados, sendo 143.860 m² de áreas de alto risco de escorregamentos e 51.390 m² de áreas de alto risco de inundação (SANEVILLE, 2021).

Ao todo, foram mapeadas 163 edificações em locais de alto risco de inundação. O estudo do CPRM aponta que as residências observadas nestes locais apresentam alto grau de vulnerabilidade, em função das características das edificações, que, em sua maioria, são construídas com madeira ou de forma mista (madeira e alvenaria). Ao todo, 642 pessoas habitavam estas residências, Elaboração: Fundação InversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

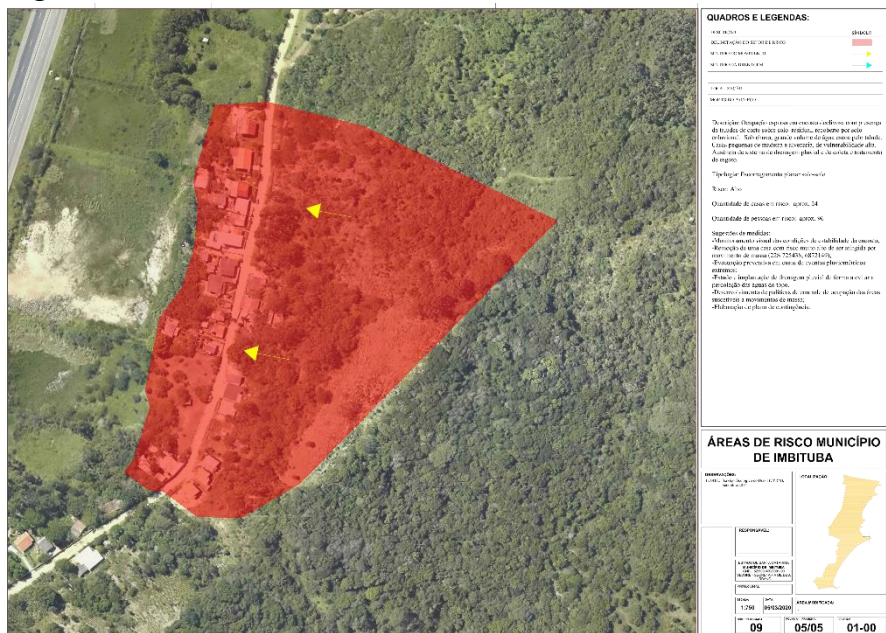
estando assim, expostas a um elevado risco. Observou-se também, em diversas casas, a ausência de sistemas de drenagem pluvial, bem como de esgotamento sanitário, sendo as águas servidas lançadas à céu aberto. Tal condição expõe a população ao contato direto ou indireto (odor, vetores e impacto visual) com o esgoto doméstico, afetando diretamente a qualidade de vida e a saúde pública (SANEVILLE, 2021).

Quadro 03 - Descrição de riscos geológicos e respectivas medidas mitigatórias

| LOCAL | TIPO DO RISCO | DESCRIÇÃO | Nº DE EDIFICAÇÕES | Nº DE PESSOAS | SITUAÇÃO | GRAU DE VULNERABILIDADE | GRAU DE RISCO | INTERVENÇÕES SUGERIDAS | |
|-------|--------------------|----------------|---|---------------|----------|-------------------------|---------------|------------------------|--|
| 1 | Paes Leme | Escorregamento | Encosta escarpada com ocupação no topo e na base. Pequenos taludes de corte sobre solo coluvionar e depósito de tálus. Histórico de escorregamentos planares de pequeno porte. | 47 | 188 | Instalado | Alto | Alto | implantação de sistema de alerta hidrológico a nível de bacia hidrográfica, determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação, melhoria no sistema de drenagem pluvial |
| 2 | Paes Leme | Inundação | Ocupação residencial precária sobre planície lagunar, área com depressão que funciona como bacia de acumulação de água. | 12 | 48 | Potencial | Alto | Alto | implantação de sistema de alerta hidrológico a nível de bacia hidrográfica, determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação. |
| 3 | Vila Nova Alvorada | Escorregamento | Relevo colinoso em forma de crista com ocupação urbana ao longo da encosta com sistema de corte/aterro sobre solo arenoso (paleoduna). Histórico de pequenos escorregamentos planares em talude de corte. | 64 | 256 | Potencial | Alto | Alto | implantação de sistema de alerta hidrológico a nível de bacia hidrográfica, determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação. |
| 4 | Praia do Porto | Inundação | Ocupação urbana esparsa em planície flúvio-marinha, sujeita à inundação por extravasamento de córregos e acumulação de água da chuva. | 16 | 54 | Potencial | Alto | Alto | implantação de sistema de alerta hidrológico a nível de bacia hidrográfica, determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação. |
| 5 | Morro do Pacheco | Escorregamento | Ocupação esparsa em encosta declivosa com presença de taludes de corte sobre solo residual recoberto por solo coluvional. Grande volume de água escoando pelo talude sob chuva. | 24 | 96 | Instalado | Alto | Alto | implantação de sistema de alerta hidrológico a nível de bacia hidrográfica, determinação das cotas de inundação e adoção de medidas de controle de ocupação. |

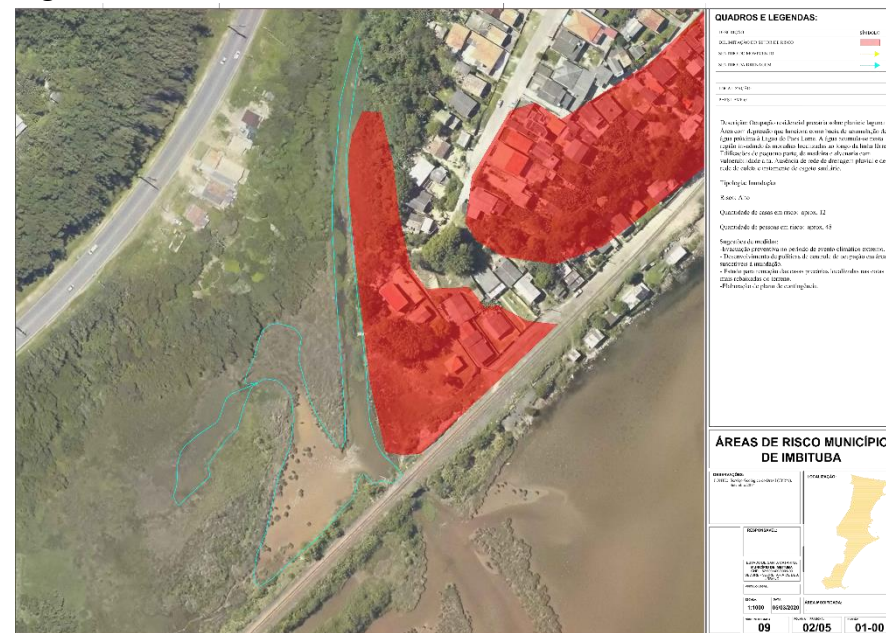
Fonte: SANEVILLE, 2021 – adaptado do Relatório do CPRM, 2018.

Figura 06a - Áreas de risco em Imbituba



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2020.

Figura 06b - Áreas de risco em Imbituba



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2020.

Figura 06c - Áreas de risco em Imbituba



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2020.

Figura 06d - Áreas de risco em Imbituba



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2020.

Figura 06e - Áreas de risco em Imbituba



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2020.

Ao todo, foram mapeadas 163 edificações em locais de alto risco de inundação. O estudo do CPRM aponta que as residências observadas nestes locais apresentam alto grau de vulnerabilidade, em função das características das edificações, que, em sua maioria, são construídas com madeira ou de forma mista (madeira e alvenaria). Ao todo, 642 pessoas habitavam estas residências, estando assim, expostas a um elevado risco (SANEVILLE, 2021).

Observou-se também, em diversas casas, a ausência de sistemas de drenagem pluvial, bem como de esgotamento sanitário, sendo as águas servidas lançadas à céu aberto. Tal condição expõe a população ao contato direto ou indireto (odor, vetores e impacto visual) com o esgoto doméstico, afetando diretamente a qualidade de vida e a saúde pública (SANEVILLE, 2021).

MEIO AMBIENTE

O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis e/ou áreas de risco

- | | |
|----|---|
| 01 | ▶ Há necessidade de elaborar uma Carta Geotécnica de Aptidão Física para Urbanização, um Mapa de Riscos à |
|----|---|

| |
|---|
| Erosão Costeira e um mapa geológico, geomorfológico e pedológico mais detalhado |
|---|

2.5 RELEVO E HIPSOMETRIA

O terreno do município de Imbituba sofreu influências climáticas e das alterações do nível do mar ocorridas durante o quaternário, por isso desenvolveu amplas planícies de acumulações diversas em que se encontra a maior parte do município. Ainda possui alguns morros, que são formas dissecadas do antigo planalto que existia na região. Essas poucas elevações que ainda resistem ao tempo possuem encostas íngremes com afloramentos de rochas visíveis marcados pela intensa dissecação (PMI, 2015).

As acumulações eólicas formam um relevo ondulado em forma de dunas, que são fixas ou móveis. O relevo do município está enquadrado na geomorfologia dentro do Domínio Morfoestrutural marcado pelos Embasamentos em Estilos Complexo e Depósitos Sedimentares. O primeiro corresponde à região das Serras do Leste Catarinense com a Unidade Geomorfológica Serra do Tabuleiro e o

segundo corresponde à região das Planícies Costeiras com a Unidade Geomorfológica das Planícies Litorâneas (PMI, 2015).

O relevo do município é constituído principalmente por planície litorânea formada por promontórios, costões rochosos, praias, ilhas, lagoas, banhados, marismas, área de restinga, dunas, além de sítios arqueológicos, como os sambaquis e as oficinas líticas. A constituição da formação geológica abriga quatro tipos (quadro 03).

Quadro 04 – Formações geológicas que compõem o município de Imbituba/SC

| Formação Geomorfológica | Incidência (%) |
|--------------------------------|-----------------------|
| Planície Litorânea | 50,50% |
| Planícies Alúvio-coluvionares | 14,81% |
| Serras do Leste Catarinense | 16,94% |
| Corpo D'água | 17,75% |

Fonte: SANEVILLE, 2021.

A região é formada por alguns morros que fazem parte da Unidade Geomorfológica Serra do Tabuleiro que se caracteriza pela sequência de serras dispostas de forma subparalela marcadas pela intensa dissecação que se acha em grande parte controlada

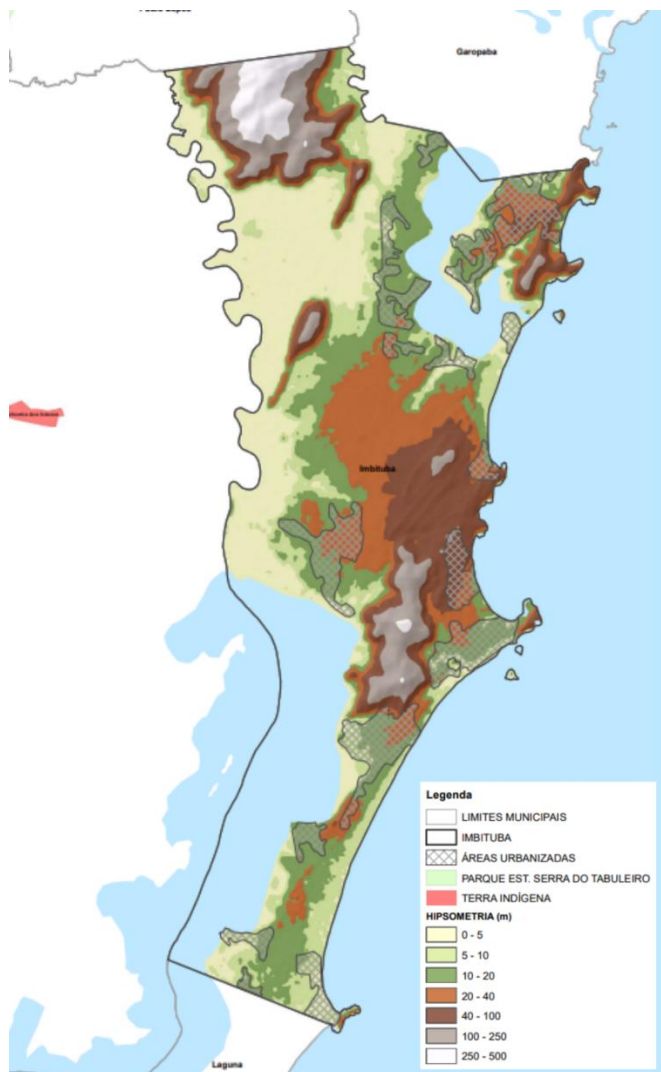
estruturalmente, resultando em um modelo de dissecção diferencial, sendo o relevo caracterizado por encostas íngremes e vales profundos, favorecendo a atuação dos processos erosivos, principalmente nas encostas, onde eventualmente se desenvolve depósito de tálus (PMI, 2015).

As elevações do terreno que o município de Imbituba possui localizam-se na região noroeste, central e na linha de costa do município. Na região noroeste possui uma montanha com elevação acima dos 530m e um morro mais isolado de 140m. Na região central possui alguns morros que podem atingir 300m de elevação. Nas pontas da linha de costa, os morros são mais baixos podendo atingir 160m de elevação. Todas estas elevações com encostas com declividade superior a 30% na linha de maior declividade (PMI, 2015).

Com relação a hipsometria, no município, são observadas cotas que variam entre 0 e 510 metros em relação ao nível do mar. As áreas de menor altitude do município são aquelas situadas às margens do Rio D'Una, utilizadas, principalmente, para a rizicultura. Por ser uma região agrícola, a baixa densidade

demográfica mitiga os danos decorrentes das inundações. Já as regiões de serra são, em sua maioria, recobertas por mata nativa preservada (SANEVILLE, 2021). Em geral, os núcleos urbanos do município se encontram em regiões com cotas variando, aproximadamente, entre 0 e 20 metros em relação ao nível do mar, com exceção das localidades de Vila Nova Alvorada e Praia do Rosa, estando estas, localizadas em regiões de maior altitude média.

Figura 07 - Mapa hipsométrico



Fonte: SANEVILLE, 2021.

MEIO AMBIENTE

O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, dunas, morros e APPs, entre outras.

- | | |
|----|---|
| 01 | ▸ Há necessidade de elaborar um mapa geológico, geomorfológico e pedológico mais detalhado. |
|----|---|

2.6 ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

O meio ambiente de Imbituba é regido pela Política Municipal de Meio Ambiente, Lei nº 4215, de 13 de junho de 2013. Esta política apresenta o órgão executivo e colegiado, sendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA).

A política em seu Art. 19. Define áreas de preservação permanente, sujeitas a regime jurídico especial, são as definidas pela política municipal de meio ambiente, cabendo ao município sua delimitação, quando não definidos em lei.

São áreas de preservação permanente:

- I - as áreas definidas na Lei Orgânica de Imbituba;
 - II - as encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
 - III - os remanescentes florestais da mata atlântica, quando primárias, ou em estágios avançados de regeneração;
 - IV - a cobertura vegetal que contribui para a estabilidade das encostas sujeitas a erosão e ao deslizamento;
 - V - as nascentes, em um raio mínimo de 50 metros;
 - VI - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:
 - a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
 - b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
 - c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura.
 - VII - as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem
- Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

como aquelas que servem de pouso, abrigo ou reprodução de espécies migratórias;

VIII - as áreas de relevante beleza cênica, quando assim declaradas pelo poder público;

IX - as demais áreas declaradas por Lei.

Conforme a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012), que institui o Código Florestal, em seu Art. 3º traz o conceito de área de preservação permanente que se entende para aplicação da presente lei.

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

No art. 4º são apresentadas as áreas que são consideradas de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas, sendo:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

III - as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento;

IV - as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45° , equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;

VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;

VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

IX - no topo de morros, montes, montanhas e serras, com altura mínima de 100 (cem) metros e inclinação média maior que 25°, as áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura mínima da elevação sempre em relação à base, sendo esta definida pelo plano horizontal determinado por planície ou espelho d'água adjacente ou, nos relevos ondulados, pela cota do ponto de sela mais próximo da elevação;

X - as áreas em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação;

XI - em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.

§ 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.

§ 4º Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista nos incisos II e III do caput, vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

§ 5º É admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso V do art. 3º desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre.

§ 6º Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas áreas de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que:

I - sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente;

II - esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos;

III - seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente;

IV - o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

V - não implique novas supressões de vegetação nativa.

§ 10. Em áreas urbanas consolidadas, ouvidos os conselhos estaduais, municipais ou distrital de meio ambiente, lei municipal ou distrital poderá definir faixas marginais distintas daquelas estabelecidas no inciso I do caput deste artigo, com regras que estabeleçam:

I – a não ocupação de áreas com risco de desastres;

II – a observância das diretrizes do plano de recursos hídricos, do plano de bacia, do plano de drenagem ou do plano de saneamento básico, se houver; e

III – a previsão de que as atividades ou os empreendimentos a serem instalados nas áreas de preservação permanente urbanas devem observar os casos de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental fixados nesta Lei.

Art. 6º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades:

I - conter a erosão do solo e mitigar riscos de enchentes e deslizamentos de terra e de rocha;

II - proteger as restingas ou veredas;

III - proteger várzeas;

IV - abrigar exemplares da fauna ou da flora ameaçados de extinção;

V - proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico, cultural ou histórico;

VI - formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;

VII - assegurar condições de bem-estar público;

VIII - auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares.

IX - proteger áreas úmidas, especialmente as de importância internacional.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba, a área urbana IV - Área Urbana de Proteção Ambiental AUPAM – é constituída pela ZRIE (Zona de Relevante Interesse Ecológico) e ZPAs (Zonas de Proteção Ambiental), no total de seis:

I – ZPA 1 – Zona de Proteção Ambiental (morros);

II – ZPA 2 – Zona de Proteção Ambiental (dunas-golfe);

III – ZPA 3 – Zona de Proteção Ambiental (costas de lagoas e banhados);

IV – ZPA 4 – Zona de Proteção Ambiental (praia);

V – ZPA 5 – Zona de Proteção Ambiental (sambaqui);

VI – ZPA 6 – Zona de Proteção Ambiental (proto dunas – parque temático).

E por fim a Lei Orgânica do município de Imbituba, no Art. 197 define como área de preservação permanente:

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

I - as faixas de marinha e seus acrescidos, de todas as praias e lagoas do Município;

II - Lagoa do Meio;

III - Lagoa do Perí;

IV - Lagoa Doce;

V - Lagoa do Paes Leme;

VI - Lagoa da Bomba;

VII - Lagoa do Píala;

VIII - Lagoa do Timbé;

IX - Lagoa do Mirim;

X - todos os Sambaquis e Manguezais existentes no Município;

XI - restinga da Lagoa do Paes Leme;

XII - Lagoa de Ibiraquera.

Art. 198 São áreas de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes e homologação da Câmara de Vereadores, preservados seus atributos essenciais:

I - Praia do Rosa;

II - Praia Vermelha;

III - Praia do Porto Novo;

IV - Praia do Luz,

V - Ponta do Porto Novo;

VI - Morro da Ibiraguera;

VII - Ilha do Batuta;

VIII - Dunas da Ribanceira;

IX - Ponta da Careca do Velho;

X - Ponta do Catalão;

XI - Ponta do Cravo

XII - Ponta da Ribanceira;

XIII - Ilha Santana de Dentro;

XIV - Ilha Santana de Fora;

XV - Morro do Mirim;

XVI - Dunas de Itapirubá;

XVII - Ponta de Itapirubá;

XVIII - Dunas de Roça Grande;

XIX - Dunas de Guaiúba;

XX - Ponta da Guaiúba;

XXI - Praia d'água.

Na política municipal de meio ambiente, há diretrizes para um zoneamento ambiental, no qual deve ser respeitado.

Art. 18. Para compatibilizar o uso e ocupação do solo com a proteção do meio ambiente criam-se as Áreas Não Edificáveis e Não Aterráveis – ANEAs e as Zonas de Proteção Ambiental – ZPAs.

§ 1º São consideradas áreas não edificáveis e não aterráveis (ANEAs) as faixas marginais mínimas ao longo de cursos d'água dormentes e correntes, conforme a legislação pertinente.

§ 2º As áreas não edificáveis e não aterráveis (ANEAs), também consideradas áreas de preservação permanente, poderão fazer parte do lote parcelado, não constando, no entanto, como parte da área mínima permitida, devendo ser transcrita e averbada no competente registro de imóveis.

§ 3º Zonas de Proteção Ambiental - ZPA: áreas protegidas por instrumentos legais diversos, dentre eles o PDDSI, devido à existência de remanescentes de mata atlântica, morros, dunas ou lagoas.

§ 4º Em caráter especial, com análise e parecer do órgão municipal ambiental, poderá ser permitido nas ZPA's, desde que não sejam APP's, e com anuência do Conselho do Plano Diretor e do COMDEMA, o uso e ocupação através de projetos especiais, conforme regulamentado pelo o PDDSI.

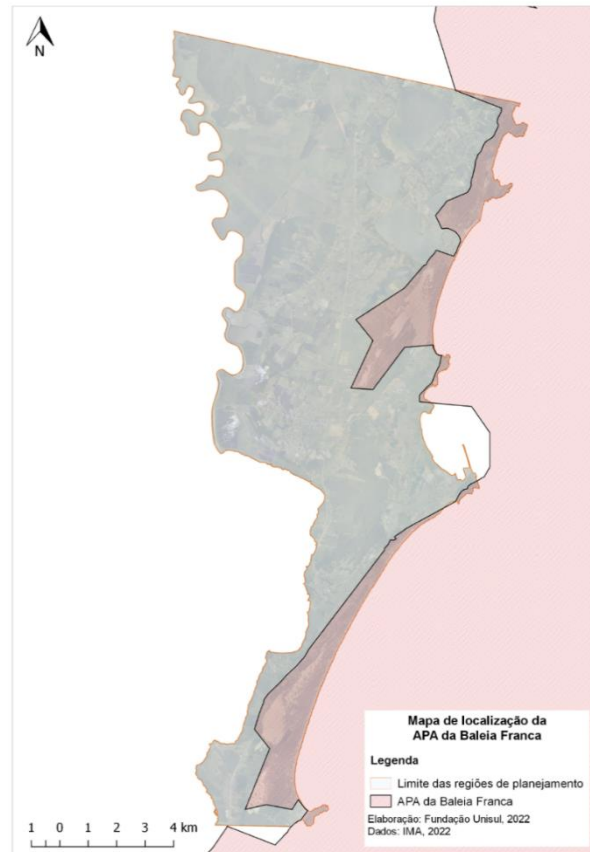
2.6.1 Unidade de Conservação Federal – APA da Baleia Franca

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (figura 08) localiza-se no litoral do sul de Santa Catarina, com uma área de 156 mil hectares, 130 km de costa marítima, abrange nove municípios, desde o sul da ilha de Santa Catarina até o Balneário Rincão.

A principal importância desta área protegida está relacionada à concentração reprodutiva de baleia-franca-austral que se desloca para a porção sul de Santa Catarina anualmente e permanece na

região entre maio e novembro. Esses animais migram de suas áreas de alimentação nas ilhas Geórgias do Sul e encontram nestas enseadas protegidas um ambiente propício para acasalamento e nascimento de filhotes (UCB, 2023). As finalidades da APA da Baleia Franca são proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral (*Eubalaena australis*), ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves.

Figura 08 – Mapa de abrangência da APA da Baleia Franca no município



Fonte: Fundação Unisul, 2022.

A APA da Baleia Franca no município de Imbituba ocupa uma área de 2.357,55ha, sendo 1,52% do total da APA.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

A APA possui um zoneamento, com definição de setores com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade sejam alcançados de forma harmônica. A seguir serão elencadas as zonas definidas que abrangem a APA no município de Imbituba (ICMBio, 2018).

1. **Zona de Conservação** - Esta zona, que compreende ambientes terrestres, lagunares, marinhos e insulares, contém áreas naturais conservadas de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, com nenhuma ou pequena intervenção humana, não sendo permitido o uso direto dos recursos naturais.

Usos permitidos - Atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; lazer contemplativo, com visitação de baixo grau de intervenç o¹³ com instalações mínimas, preferencialmente, já existente; surfe tow-in¹⁴ e infraestrutura de sinalização para navegação.

 reas – promontório da praia da Vila – Parque Ecológico da Trilha do Farol e morro da Praia D’ gua.

2. Zona de uso restrito - Esta zona compreende áreas naturais conservadas do ambiente terrestre, em especial ecossistema de restinga e dunas, com ocorrência de sítios arqueológicos, sambaquis, butiás e espécies de fauna ameaçadas de extinção e alvos de conservação de Planos de Ação Nacional. São áreas imprescindíveis à continuidade de processos ecológicos e culturais do território, com baixa intervenção antrópica, onde pode ser admitido o uso sustentável de recursos naturais de forma eventual ou de pequena escala, não sendo permitidas novas construções.

Usos permitidos - Uso eventual de recursos naturais; extrativismo sustentável; presença de moradores isolados e roças de subsistência; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; visitação de baixo grau de intervenção com instalações mínimas, preferencialmente, já existente; infraestruturas temporárias de apoio ao turismo e esportes, respeitando-se as normativas específicas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU); manejo agroflorestal sustentável de butiazais.

Áreas - áreas costeiras de restinga fixadora de dunas e dunas de norte a sul da APABF onde não há ocupação atual ou onde a ocupação é de baixíssima densidade; áreas úmidas sujeitas à inundação no entorno das lagoas de Ibiraquera, Meio, Doce ou Peri; terrenos de marinha e acrescidos em planícies, promontórios, pontais e costões rochosos; e, áreas de butiazais nas dunas da Ribanceira.

3. **Zona de uso Moderado** - constituída por áreas terrestres onde o ambiente natural se encontra moderadamente antropizado. São áreas em morros e planícies com vegetação de Mata Atlântica em estágios inicial, médio e avançado de regeneração, compatíveis com a ocupação por meio de projetos sustentáveis de baixo impacto, conforme parâmetros a serem definidos em conjunto com os municípios.

Usos permitidos - Uso dos recursos naturais, em consonância com a legislação ambiental e de forma a permitir a manutenção dos serviços ecossistêmicos; intervenções urbanas orientadas por princípios de sustentabilidade, novas construções, residências,

comércio, serviços de hospedagem e alimentação; atividades agrossilvipastoris; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; visitação de médio grau de intervenção, com apoio de instalações compatíveis; infraestruturas de geração de energia eólica e solar; obras e atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental (Art. 3º Incisos VIII, IX e X da Lei 12.651/12).

Áreas - planície costeira adjacente às dunas de Itapirubá; morros de Itapirubá, da Ribanceira, da Praia do Luz/Ibiraquera, da Praia do Rosa Sul (Caminho do Rei), do Rosa Norte e da Praia Vermelha; e, planície adjacente à foz da barra da Ibiraquera.

4. **Zona Populacional** - Esta zona é constituída por áreas terrestres onde o ambiente natural se encontra moderadamente antropizado e que constitui espaços de concentração de populações residentes na APABF, loteamentos e condomínios, bem como infraestrutura de serviços e de suporte à produção, vias de acesso, entre outras. São áreas em morros e planícies com vegetação de

Mata Atlântica, compatíveis com a expansão urbana por meio de projetos sustentáveis de ocupação de baixo impacto, conforme parâmetros a serem definidos em conjunto com os municípios.

Usos permitidos - Estabelecimento de residências para a população; condomínios e loteamentos; parcelamento do uso do solo, conforme legislação vigente; uso direto dos recursos naturais; atividades produtivas, agrossilvipastoris, comércio e serviços simples; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; visitação intensiva ou com alto grau de intervenção com a implantação da respectiva infraestrutura; infraestruturas de geração de energia eólica e solar; obras e atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental.

Áreas - área ao norte da Vila Nova, ocupação atual na praia da Ribanceira e loteamento ao sul da Barra da Ibiraquera; área a oeste das dunas da Ribanceira até o limite da APABF; e, área central do Morro Praia do Rosa (trecho do Caminho

do Rei nesta porção do morro) e estrada em direção às praias do Luz e Ibiraquera,

5. **Zona Urbanizada** - Esta zona abrange áreas que possuem alto nível de alteração do ambiente natural e aquelas com condições favoráveis à expansão urbana adensada, buscando seu ordenamento, admitindo-se atividade industrial de baixo potencial poluidor, quando localizada próxima à área urbana.

Usos permitidos - Residencial, comercial e industrial; infraestrutura e serviços públicos; construção de empreendimentos turísticos e outras atividades de grande porte; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental.

Áreas - área urbana ao longo da via férrea nas proximidades da BR 101, Itapirubá e Vila Nova.

6. **Zona de Uso Divergente (ZUDI)** - É uma zona temporária que compreende áreas onde a ocupação humana e seus usos encontram-se incompatíveis com a legislação ambiental e há processos administrativos e judiciais em curso, questionando a legitimidade das ocupações. Nesta

zona também foram incluídas áreas onde ocorreu o avanço recente do mar sobre o continente. Essas áreas, após a resolução dos processos, serão incorporadas a uma das zonas permanentes da APABF.

Usos permitidos - Atividades acordadas em termo de compromisso ou outro instrumento jurídico firmado entre os ocupantes e o ICMBio; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental; visitação.

Áreas - loteamentos em Itapirubá e Vila do Araçá e área de extração de areia e beneficiamento da Ravlen Indústria e Comércio de Quartzos LTDA, nas dunas da Ribanceira.

7. **Zona de Uso Múltiplo (ZMULT)** - Esta zona compreende ambientes naturais aquáticos (marinhos e lagunares) e praias. O hábitat marinho corresponde à principal área de ocorrência das baleias francas durante seu período reprodutivo. Os ambientes contidos nesta zona são de relevante interesse socioambiental, de acesso público garantido e utilizados pela população em geral para turismo, pesca, navegação, recreação e esporte.

Usos permitidos - Atividades turísticas e de recreação,

esportivas e náuticas; manejo e uso sustentável dos recursos naturais, como pesca e extrativismo; aquicultura de espécies nativas; infraestruturas temporárias de apoio ao turismo e esportes; infraestruturas de apoio à pesca; atividades educativas, de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental.

Áreas - espaço marinho na faixa de uma milha náutica medida a partir das pontas mais afastadas do continente, do sul da ilha de Santa Catarina ao Morro do Cabo de Santa Marta Grande; espaço marinho na faixa de três milhas náuticas a partir do Morro do Cabo de Santa Marta Grande ao limite sul da APABF; espelhos d'água de todas as lagoas, barras e cursos d'água naturais; áreas refúgio da baleia franca instituídas pela IN IBAMA 102/2006: enseadas das praias do Luz, D'Água e da Vila; enseada das praias da Ribanceira e Ibiraquera e todas as áreas de praia.

MEIO AMBIENTE

O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, dunas, morros e APPs, entre outras.

► Há necessidade de revisar o zoneamento ambiental atual (ZPAs), com objetivo de identificar e mapear com maior precisão áreas e ecossistemas prioritários para conservação, bem como de estabelecer critérios e diretrizes de uso e ocupação mais coerentes e compatíveis com o grau de vulnerabilidade destas áreas;

► Há necessidade de ampliar a proteção de áreas úmidas (banhados) e entorno das lagoas, bem como incluir a proteção de áreas de recarga de aquíferos, topos de morros, promontórios, áreas de relevante valor paisagístico e cultural, etc., as quais não são protegidas por lei municipal;

► Há a necessidade de elaborar um levantamento e mapeamento detalhado das APPs.

2.7 RECURSOS E ATRATIVOS NATURAIS

O município de Imbituba possui seu litoral recortado por diversos promontórios rochosos, especialmente na porção mais ao norte do município. Entre estes promontórios alojam-se diversas praias, com destaque para as de Ibiraquera e do Rosa. Já na porção sul, as praias mais extensas como a de Vila Nova e de Itapirubá, que juntas formam uma única praia contínua de 12,7 km. Tanto na praia de Ibiraquera quanto na de Itapirubá, desenvolvem-se extensos campos de dunas (PMI, 2005).

Com relação as dunas, no município há quatro dunas, sendo: dunas da ribanceira, itapirubá, roça grande e guaiúba. Mas destacam-se duas dunas maiores, sendo um na porção norte do município, na praia de Ibiraquera, e outro ao sul, na praia de Itapirubá. Nos dois sistemas predominam as dunas transversais e barcanas, cujas cristas possuem orientação WNW-ESSE, o que indica que os ventos responsáveis pela deposição possuem sentido NNE para SSE. Este mesmo sentido também representa o avanço do sistema eólico de transporte de sedimentos na maioria dos campos de dunas avaliados na porção sul do litoral de Santa Catarina (PMI, 2005).

Com relação aos morros, destacam-se como atrativos naturais o Morro do Mirim, o Morro da Ibiraquera e o Morro da Praia da Ribanceira.

O município de Imbituba apresenta em seu território dois grandes corpos aquosos, além de pequenas lagoas distribuídas em toda a sua extensão. A maior é a Lagoa do Mirim, com área total de 63,77 km², localizada no limite oeste com o município de Imaruí. Na divisa norte com o município de Garopaba, encontra-se a Lagoa de Ibiraquera, com área de 8,65 km² (PMI, 2005).

Imbituba é um município rico em belezas naturais e atrativos. Possui um total de 11 praias, 9 lagoas, 4 dunas e 3 ilhas. Além de trilhas e prática de esportes.

Quadro 05 – Atrativos naturais de Imbituba/SC

| PRAIAS | LAGOAS |
|----------------------|------------------------------|
| Praia do Luz | Lagoa do Meio |
| Praia D'água | Lagoa do Peri |
| Praia da Ribanceira | Lagoa Doce |
| Praia da Vila | Lagoa do Paes Leme |
| Praia de Ibiraquera | Lagoa da Bomba |
| Praia de Itapirubá | Lagoa do Piala |
| Praia do Porto | Lagoa do Timbé |
| Praia do Rosa | Lagoa do Mirim |
| Praia Vermelha | Lagoa de Ibiraquera |
| Praia dos Amores | |
| Praia do Porto Novo | |
| ILHAS | DUNAS |
| Dunas da Ribanceira | Ilha do Batuta |
| Dunas de Itapirubá | Ilha Santana de Dentro |
| Dunas de Roça Grande | Ilha Santana de Fora |
| Dunas de Guaiúba | |
| MORROS | |
| Morro do Mirim | Morro da Praia da Ribanceira |
| Morro da Ibiraquera | |

Fonte: PMI, 2023

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Além dos atrativos naturais expostos, o município é sede da APA da Baleia Franca, atraindo diversos turistas para a observação das baleias, que ali aparecem.

2.8 ÁREAS DEGRADADAS

O município de Imbituba possui um ecossistema bem diversificado. O principal problema em questão de degradação, são as ocupações irregulares. Pelo fato de o município possuir muitas áreas de preservação e/ou sensíveis. Há ocupações em diversas áreas que deveriam ser preservadas no município, como na faixa de restinga do bairro Vila Nova, em áreas de preservação das praias do Luz e Praia do Rosa. No entorno da Lagoa do Paes Leme, entre outros locais.

Outro problema de degradação, se refere a contaminação da Lagoa da Bomba, que até o ano de 1972 contribuía com o abastecimento de água potável para o município, passando apenas por tratamentos convencionais. Fato que hoje já não ocorre mais, devido ao aumento da urbanização, a lagoa foi sendo degradada

(ANTONIO, 2015). Segundo o MPSC (2022), a lagoa é um ambiente aquático na zona costeira do Município de grande importância ecológica, social e econômica para a região, que há vários anos vem sofrendo com a poluição principalmente por esgoto doméstico.

Há ainda o problema de áreas contaminadas, há exemplo de áreas próximas ao porto, de propriedade da Indústria Carbonífera Catarinense, que decorrente da disposição de resíduos sólidos (estéreis e rejeitos) e da infiltração das bacias de decantação, no qual formam drenagens ácidas devido à oxidação de minerais sulfetados (principalmente pirita - FeS₂) que reduz o pH das águas e propicia a dissolução de metais (CETEM, 2002). A contaminação ocorre, pois do processo de beneficiamento do carvão surgem rejeitos de diferentes granulometrias. Estes depósitos quando expostos às condições ambientais, ou seja, quando em contato com a água geram efluentes ácidos, contendo metais pesados, que circulam pelo rejeito até atingir as águas superficiais e subterrâneas. Há ainda o antigo lixão, agravado pela disposição irregular de resíduos sólidos.

Construções irregulares em áreas de preservação permanente – no município há a incidência de construções irregulares em áreas a serem preservadas ou áreas sensíveis. Os locais de maior degradação são nas praias, principalmente na Praia do Rosa.

A Política Municipal de Meio Ambiente considera impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - as atividades sociais e econômicas;
- III - a biota;
- IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;

VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Sendo de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a exigência de estudos ambientais pertinentes para o licenciamento de atividade potencial ou efetivamente que degrade o meio ambiente no município bem como sua deliberação final. Assim como, fazer a exigência de outros estudos ambientais pertinentes a atividade a ser licenciada.

| MEIO AMBIENTE | |
|--|---|
| O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, dunas, morros e APPs, entre outras. | |
| 01 | ▸ Há áreas ocupadas passíveis de regularização, urbanização e consolidação, com diretrizes urbanísticas que visem a redução de impacto ambiental; |
| 02 | ▸ Há necessidade de preservar outras áreas ambientais não ocupadas; |
| 03 | ▸ Há necessidade de regular o uso e a ocupação do solo em áreas entre a atividade urbana, rural e ambiental. |

| 04 | ▸ Há necessidade de incentivar, por meio de instrumentos, a preservação ambiental |
|--|---|
| 05 | ▸ Necessita estimular os proprietários privados de áreas verdes a preservarem suas áreas ambientais; |
| 06 | ▸ Há necessidade de avaliar proteção em uma Zona de Proteção Ambiental e de Relevante Interesse Paisagístico do morro de costão rochoso do Rosa Norte e Rosa Sul, com restrições para usos; |
| No município existem áreas ambientalmente degradadas. | |
| 01 | ▸ Há necessidade de ações para recuperar áreas de importância ambiental que estejam degradadas; |
| 02 | ▸ Há necessidade de maior controle de empreendimentos geradores de impacto em processos de licenciamento ambiental; |
| 03 | ▸ Há necessidade de preservação das praias e dunas, através da revisão do zoneamento do município. |
| QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL | |
| O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (drenagem e arborização, entre outras). | |
| 01 | ▸ Há problemas na drenagem urbana, acarretando em alagamentos; |
| 02 | ▸ Falta de planejamento de macrodrenagem para escoamento das águas pluviais. |

3. ASPECTOS DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

3. ASPECTOS DO TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O município tem como um dos principais setores econômicos a atividade portuária, assim como o turismo de sol e mar, caracterizado pela “atividade turística de recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2008, p.16).

É conhecido como a Capital Nacional da Baleia Franca, famoso por suas praias e atrativos naturais. Dentre as atividades turísticas culturais e históricas, destaca-se a Casa Açoriana Freguesia Sant’Anna de Villa Nova; Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa; Instituto Australis; Monumento Anita Garibaldi; Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Igreja Sant’Anna de Vila Nova e o Museu das Conchas (IMBITUBA, 2023).

Outro importante ponto turístico histórico do município, é a Capela São Pedro, também conhecida por Capelinha da Praia e Igrejinha do Porto, possui mais de 120 anos e está diretamente ligada a história do Porto de Imbituba. A capela estava localizada em uma área central do complexo portuário, mas, em 2018, foi transferida

para um local de fácil acesso aos cidadãos, de frente para a Rua Manoel Florentino Machado (PORTO DE IMBITUBA, 2023).

Como lazer e entretenimento, o município apresenta atividades, como (IMBITUBA, 2023):

- a) Caixa d'água - localizada no bairro Paes Leme à 4,5km do centro. Desativada com a modernização da rede e a chegada da Casan em 1972, o lugar se tornou uma grande piscina natural, que capta a água da chuva e de um riacho próximo. São três tanques de aproximadamente 50mx50m e com até 12 metros de profundidade encravados no meio da Mata Atlântica, um ponto turístico pouco conhecido e que é o paraíso para os nadadores da região.
- b) Morro da Antena - considerado um dos melhores pontos da cidade para se ver o nascer ou pôr do sol. Do topo se pode ver quase toda a extensão da cidade de Imbituba, suas lagoas, dunas, praias e até mesmo o porto. Possibilita também fazer saltos de parapente.
- c) Observação de baleias - anualmente, entre os meses de agosto a novembro, ocorre no município a observação de

baleias, localizado na Praia do Rosa, a o Grupo Via Sol e Mar, que é sede do Instituto Baleia Franca, ONG que promove a conservação da espécie e conta com biólogos que participam da concepção do passeio de observação de baleias, fornecendo o embasamento técnico e o treinamento da equipe para a observação embarcada. Existe um convenio celebrado entre o Instituto Baleia Franca e a Turismo Vida Sol e Mar (TVSM), onde 5% do total arrecadado com os passeios de observação de baleias é revertido para pesquisa e educação ambiental;

- d) Piscinas naturais - localizadas na praia do rosa norte, podem ser acessadas por trilhas;
- e) Festival Nacional do Camarão – festa que acontece no mês de abril no município, reúne shows nacionais, gastronomia, cultura e esporte;
- f) Mirante da praia do Porto - Ótima vista do mirante em frente a praia, também permite acompanhar as baleias;

- g) Portinho da Vila - patrimônio histórico do município, o Porto da Vila, beirando a Lagoa do Mirim, foi construído por Henrique Lage por volta de 1927.

Além dos pontos para turismo, o município possui também escolas de kitesurf e voos de parapente, proporcionando entretenimento aos turistas e população, além de movimentar a economia local.

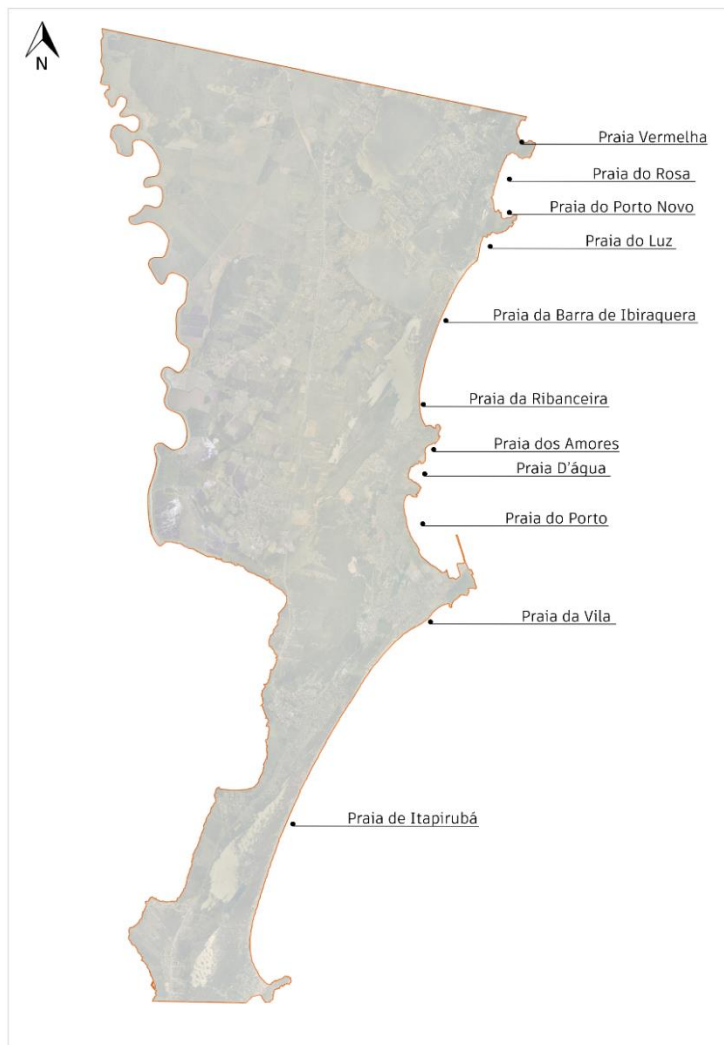
A zona costeira brasileira abriga um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, como dunas, restingas, costões rochosos e praias arenosas. O município de Imbituba conta com 11 (onze) praias, sendo elas:

- a) Praia do Luz - com uma pequena extensão, o local é bastante preservado e não possui atividade noturna ou gastronômica;
- b) Praia D'água - um paraíso praticamente deserto, entre as praias do Porto e da Ribanceira. A Praia D'água recebe esse nome por causa das correntes de água que saem dos morros ao seu redor. Entre suas principais belezas está uma fonte de água limpa e pura que pode ser encontrada no canto Norte da praia;

- c) Praia da Ribanceira - situada ao sul da praia de Ibraquera, é o recanto dos surfistas, principalmente nos dias de vento, quando as condições para a prática desse esporte são clássicas. É uma das praias queridinhas das baleias francas na temporada de julho a novembro. Por isso, se tornou local de destaque para a observação dos mamíferos;
- d) Praia da Vila - o canto da Praia da Vila é um dos recantos mais famosos no mundo do surfe. A Vila foi uma das poucas praias da América Latina que sediou o Campeonato Mundial de Surfe (WCT), durante oito anos. O Brasil e o mundo conhecem a Praia da Vila, através das mais renomadas revistas de surfe, pela perfeição das ondas;
- e) Praia de Ibraquera - é considerada a melhor praia para a prática de Stand Up Paddle, kitesurfe e windsurfe em ondas em todo o Brasil. Paraíso de dunas, rios, ilhas e lagoas, tem uma característica bem diferente - ao menos uma vez por ano, a água do mar se encontra com a água doce da Lagoa de Ibraquera, dando origem a um fenômeno belíssimo da natureza.

- f) Praia de Itapirubá - Itapirubá tem uma vista panorâmica, de onde se pode observar uma linda baía, além da visão privilegiada da ilha das Araras, localizada a 3 km da costa e conhecida pela prática de pesca e mergulho. A praia chama atenção por suas dunas e vegetação nativa. Além disso, é possível conhecer os sambaquis, sítios arqueológicos que guardam vestígios culturais e históricos de povos que habitaram a região;
- g) Praia do Porto - esta praia proporciona a observação dos navios que chegam e saem do Porto de Imbituba. Os molhes servem de locais de pesca, já que a praia possui uma grande comunidade pesqueira e é cercada por barracões ao longo da costa. Do século XVIII até o ano de 1973, amparou a instalação da IV Armação da Pesca da Baleia do Brasil;
- h) Praia do Rosa - uma das baías mais belas do mundo, a Praia do Rosa se destaca por sua beleza nativa preservada, sendo um dos destinos mais procurados pelos turistas na cidade;
- i) Praia Vermelha - é um dos recantos mais selvagens de Imbituba, com um alto índice de preservação e dotada de rara beleza;
- j) Praia dos Amores - A praia dos Amores, também conhecida como Prainha da Riba é bem pequenina, com apenas 50 metros, espremida entre os morros.

Figura 09 - Praias localizadas na costa do município



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023.

| ASPECTOS DO TURISMO | |
|---|---|
| O município possui turismo sol e praia com necessidade de melhoria e ampliação da infraestrutura instalada. | |
| 01 | O município está contido em região que possui turismo de sol e praia, sendo impactado direta ou indiretamente pela sazonalidade, sobrecarga de infraestrutura ou poluição e problemas ambientais; |
| 02 | Há necessidade de implementação de equipamentos de apoio e infraestrutura aos turistas em áreas de interesse; |
| 03 | As áreas de interesse turístico do município possuem períodos ociosos, em que a capacidade turística não é aproveitada; |

Além das praias que são destaque na região, o município possui algumas lagoas, como a Lagoa do Mirim; Lagoa de Ibiraquera; Lagoa Doce; e Lagoa do Meio.

Para chegar a algumas praias, o município conta com diversas trilhas, sendo as principais, a trilha na: (a) Praia do Rosa - trilha no costão esquerdo (norte) que leva a Praia Vermelha (1,2 km) - trilha no costão direito (sul) que leva à praia do Luz (1 km); (b) Praia do Luz - trilha no costão esquerdo (norte) que leva a Praia do Rosa (1 km); (c) Praia da Ribanceira - trilha no costão direito (sul) que leva

a Praia dos Amores (300m); (d) Praia do Porto - trilha no costão esquerdo (norte) que leva a Praia D'água (1 km); (e) Praia da Vila - trilha no costão esquerdo (norte) que leva ao farol de Imbituba (1,2 km); (f) Praia de Itapirubá - trilha no costão direito (sul) que leva à Ponta do Morro de Itapirubá (700m).

Assim como possui dunas, sendo uma das inúmeras belas paisagens de Imbituba, as dunas da Ribanceira são bastante altas e de aspecto variado. Um ótimo local para ver o pôr do sol. Lugar excelente para a prática de sand board. Pode ser acessado através da praia de Ibiraquera ou através da praia da Ribanceira, que dá nome ao campo de dunas. Das dunas da Ribanceira pode-se avistar a Serra do Tabuleiro, a Lagoa de Ibiraquera, os morros de Garopaba e o mar (IMBITUBA, 2023).

| ASPECTOS DO TURISMO | |
|---|--|
| Imbituba e municípios da região possuem áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável. | |
| 01 | O município está inserido em região que possui atrativos turísticos relacionados ao meio ambiente; |
| 02 | Há potencial para fortalecer e implementar atividades (inclusive para incremento econômico) que permitam a preservação dos atrativos ambientais; |
| 03 | Há potencial para fortalecer atividades de turismo rural, ecológico e cicloturismo, integrando um plano de turismo o ano inteiro. |
| 04 | No município há conflitos entre os usos urbanos e a preservação ambiental e da paisagem; |
| 05 | O uso e a ocupação do solo vigentes em algumas áreas colocam em risco os atributos naturais ou paisagísticos e, conseqüentemente, o potencial de usufruto turístico; |
| 06 | Há áreas de interesse ambiental que possuem acesso apenas por propriedades privadas. |
| 07 | A atividade portuária impacta negativamente o turismo devido ao tráfego intenso de veículos pesados e derramamento de graneis sólidos nas vias públicas durante o transporte das cargas portuárias, há necessidade de estabelecer diretrizes para que as atividades coexistam; |
| 08 | Há necessidade de haver uma gestão integrada e participativa dos pontos turísticos envolvendo SEMA, |

| | |
|----|---|
| | SEDETUR, SEINFRA, SEGPLAN, SEFIC, APA DA BALEIA FRANCA e comunidade. |
| 09 | Há necessidade de haver uma regulamentação e fiscalização em relação ao uso dos espaços públicos nas praias e lagoas. |

O destaque nacional e internacional em Imbituba, é a Praia do Rosa, a baía foi reconhecida internacionalmente e considerada no ano de 2003, pela ONG *Club des Plus Belles Baies du Monde*, uma das 30 mais belas do mundo, sendo também referência na prática do surfe e no ecoturismo denominado *whale watching* (observação de baleia).

Além disso, a Praia do Rosa, em Imbituba, no litoral Sul catarinense, foi eleita pelo jornal britânico 'The Guardian' como uma das 10 praias "desconhecidas" mais belas do mundo.

| ASPECTOS DO TURISMO | |
|--|---|
| O município apresenta forte atividade turística. | |
| 01 | O turismo tem uma participação significativa na formação do Produto Interno Bruto municipal e na geração de receitas; |

| | |
|---|--|
| 02 | O município tem atributos específicos (naturais, históricos e culturais) que lhe conferem características atrativas para circuitos turísticos; |
| 03 | Falta valorização do turismo cultural no município (áreas com potencial: Bairro Mirim, Praia do Rosa, Ibiraquera, Centro). |
| O município tem potencial para promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural. | |
| 01 | O município possui usos e/ou saberes culturais de interesse de preservação; |
| 02 | Há imóveis ou conjuntos históricos de interesse e que precisam de ações para garantir sua preservação, por ainda não serem protegidos; |
| 03 | São identificados territórios culturais; |
| 04 | Há potencial para turismo cultural de base comunitária envolvendo pesca (ranchos de pesca), engenhos (farinha, cachaça), pratos tradicionais. |

O território conta com um mosaico de paisagens e dinâmicas territoriais diversas. Destacam-se registros arqueológicos de povos pré-coloniais representados por oficinas líticas (locais que apresentam vestígios de fabricação de utensílios de pedra lascada ou polida) e sambaquis (palavra de origem Tupi que significa,

literalmente, “monte de conchas”), ambos patrimônios protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (IPHAN).

Conta ainda com a presença da tradicional pesca artesanal da tainha, nos meses de maio a julho, a farinhada nos meses de abril a agosto e caminhos historicamente utilizados pela comunidade para deslocamento entre regiões, como o Caminho do Rei.

Nesta região é possível contemplar a Baleia Franca (*Eubalaena australis*) que migra para a região entre os meses de junho a novembro, deslocando-se de suas áreas de alimentação no hemisfério sul, em busca de uma região costeira favorável para acasalar, parir e amamentar suas crias. E por isso, este território está inserido dentro da Unidade de Conservação Federal, Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APA-BF), decretada em 2000, com uma área equivalente a 156 mil hectares, sendo 130 km de costa marítima.

Com a ajuda da comunidade e dos antigos caçadores que participaram das atividades de captura e processamento das baleias, o Barracão da baleia foi reconstruído e hoje é o local do Museu da Baleia, primeiro da América do Sul a reunir informações

sobre a saga das baleias, sua matança e luta pela sua preservação. Imbituba situa-se no coração da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, criada por Decreto Federal em setembro de 2000, e que se destina a assegurar a adequada tranquilidade para as baleias francas que fazem da costa centro-sul de Santa Catarina o seu berçário, harmonizando as atividades humanas com as necessidades de proteção ambiental (PMI, 2016).

O Município, que participou ativamente da campanha para a criação desse santuário, cedeu ao IBAMA a estrutura necessária para sediar a Gerencia da APA da Baleia Franca, contribuindo, assim, para sua efetiva implantação pelo Governo Federal. Além das baleias, a APA da Baleia Franca deve proteger uma parcela expressiva dos ambientes naturais costeiros que fazem de Imbituba um dos mais belos municípios da costa do Brasil (PMI, 2016).

Em relação à Infraestrutura e Serviços de Apoio ao Turismo em Imbituba, dados referentes à 2018 apontam que 96 meios de hospedagens são oferecidos em plataformas digitais como Booking.com e TripAdvisor (ver figura a seguir), além de 755

4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

4. ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

A avaliação dos aspectos socioespaciais aborda uma correta conformação morfológica e dimensional que permite o melhor funcionamento do município e se refere essencialmente ao exame dos graus de interferência do espaço sobre as possibilidades dos usuários e suas condições de efetivar interações e atividades diárias.

Para esta avaliação, foram definidos 4 (quatro) temas de análise: evolução urbana; tipologia de uso e ocupação do solo, incluindo as áreas com usos rurais e as áreas costeiras; densidade construtiva e populacional; e tipologia habitacional e demanda, incluindo análise de áreas de ocupação irregular. A forma urbana será observada nestes temas como um invólucro físico no qual se processam as atividades utilitárias, qualificando a utilização dos espaços.

4.1 EVOLUÇÃO URBANA

A memória e a história do lugar estão relacionadas à evolução da cidade e ao uso e organização pelos seus usuários, assim, podemos afirmar que forma e significado contêm a história do lugar.

A avaliação da evolução urbana busca compreender a importância histórica e a valorização do patrimônio natural e construído entremeados nas relações interpessoais da população com o desenvolvimento histórico do município de Imbituba. A evolução urbana será apresentada com as datas e fatos significativos que estejam relacionados de alguma forma com o desenvolvimento urbano do município.

Abordar a formação histórica de Imbituba contribui para o objetivo da revisão do Plano Diretor Municipal, porque este se alicerça na cultura local e patrimônio cultural do município. Assim, o modo de vida presente na região representa intimamente a sua gênese, com a herança cultural luso-açoriana mesclada com a nativa indígena, dando origem à cultura local de Imbituba.

Os ciclos de evolução urbana foram formulados de acordo com fatos da história do município, conforme a síntese apresentada em formato de tabela (quadro 06) e descrição posterior de cada período.

Quadro 06 - Síntese dos Ciclos de Evolução Urbana

| Ciclos | Datas | Fatos significativos |
|---|-------|---|
| 1º ciclo Ocupação pré-histórica | - | Ocupação pré-histórica |
| | 1534 | Primeiros habitantes – índios carijós – formação da Capitania de Santana |
| 2º ciclo A armação baleeira e a chegada dos colonizadores (1534-1829) | 1622 | Chegada dos padres missionários para catequizar os índios |
| | 1720 | Chegada de novos imigrantes portugueses, Mirim se transforma em um grande centro de pesca |
| | 1747 | Construção da Capela de Santa Ana, em Vila Nova (hoje centro de Imbituba) |
| | 1796 | Fundação da armação de Imbituba para pesca baleeira |
| | 1829 | Extinção da pesca da baleia |

| | | |
|--|------|--|
| 3º ciclo O Porto de Imbituba e o transporte do carvão (1830 – 1957) | 1870 | Construção do primeiro trapiche do porto de Imbituba para embarque do carvão |
| | 1884 | Construção da Ferrovia Tereza Cristina |
| 4º ciclo A municipalização e o colapso do carvão (1958-1990) | 1958 | 2ª mancipação político-administrativa |
| | 1981 | Criação do Projeto Baleia Franca |
| | 1990 | Crise do carvão e fechamento da ICC |
| 5º ciclo O turismo e a reestruturação do Porto (1991-dias atuais) | 1998 | Tombamento Histórico do Sítio do Barracão da Baleia – Museu da Baleia |
| | 2004 | Início do processo de reestruturação do Porto de Imbituba |

Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

4.1.1 - 1º ciclo - ocupação Pré-histórica

Os sítios arqueológicos com datação mais antiga na região de Imbituba, especialmente na faixa da APA da Baleia Franca, têm

idade aproximada de 5 mil anos A.P. Na área da APA da Baleia Franca existem aproximadamente 70 sítios cadastrados. De acordo com IPHAN (2009) e Campos (2010), três grandes grupos pré-históricos habitaram a região: os Sambaqueiros, os Jê e os Guarani, conforme as seguintes características:

- a) Sambaquis (palavra de origem Tupi que significa, literalmente, “monte de conchas”). Sítios arqueológicos monticulares, com ampla variação de tamanho, podendo atingir grandes dimensões, alcançando até 70 m de altura e 500 m de comprimento. Em geral, exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada, as camadas mais significativas correspondem a sepultamentos, em geral, dispostos cerimonialmente em locais especificamente preparados para isso, acompanhados de artefatos, oferendas alimentares e fogueiras. Sua construção é atribuída ao grupo chamado de Sambaqueiro e a datação dos vestígios indica a ocupação da área entre aproximadamente 5.000 e 1.000 A.P.

- b) Sítios Ceramistas: sítios arqueológicos de populações ceramistas (Jê e Guarani), horticultoras, caracterizados pela presença visível de fragmentos de vasilhas cerâmicas juntamente com outros artefatos, normalmente encontrados em grandes manchas escuras. Os elementos cerâmicos podem ser Tupi-guarani (relacionada aos Guarani), na forma acordelada, ou Itararé e Taquara (relacionada aos grupos Jê), caracterizada por pequenos vasos elipsoides, acordelados, com paredes pouco espessas e coloração escura.
- c) Sítios Líticos: locais que apresentam vestígios de fabricação de utensílios de pedra lascada ou polida. Não apresentam características particulares e compreendem utensílios de lascas, de blocos, picotados ou polidos.

4.1.2 - 2º ciclo: a Armação Baleeira e a chegada dos colonizadores (1534 a 1829)

Os Carijós que habitavam o litoral catarinense desde a Pré-história, tiveram contato com os imigrantes açorianos e madeirenses que

vieram para Santa Catarina em meados do século XVIII. No ano de 1534, as terras brasileiras pertencentes a Portugal, foram divididas em capitanias pelo rei D. João III, sendo criada a Capitania de Santana (atual território de Imbituba e municípios adjacentes). Os padres jesuítas chegaram à região em 1622 para catequizar os índios Carijós que habitavam o território nesse período, permanecendo até 1624. Nesse período, percebe-se uma estreita ligação entre as Capitanias de Santana e Santo Antônio dos Anjos de Laguna, já que Laguna abrangia o porto de embarque e desembarque de imigrantes e mercadorias para a região sul, refletindo no processo de colonização de Imbituba e Laguna simultaneamente (SERAFIM, 2006).

Após a catequização, inicia-se o processo de construção de pequenas casas e plantio familiar, por meio de missionários e escravos vindos de Laguna, se consolidando em 1715, com a chegada do capitão Manoel Gonçalves de Aguiar, que recebeu a recomendação de formar a Armação Baleeira, considerada um dos principais potenciais da região (SERAFIM, 2006, MARTINS, 1998).

Os povoadamentos eram chamados de **Vila Nova de Santana**, cuja ocupação era mais expressiva e onde se ergueu a primeira capela em 1747; em **Imbituba** onde hoje se localiza o centro da cidade; e **Santana do Mirim**, na qual a prática pesqueira destacava-se em função da Lagoa existente na área.

A freguesia de Vila Nova de Santana foi fundada em 1755, sendo considerada um ponto estratégico no processo de povoamento o que possibilitou a formação de Mirim e Imbituba que antes pertenciam a Vila Nova (FARIAS, 1998).

Novas casas foram construídas juntamente com o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras, sobretudo pela armação baleeira. A pesca da baleia teve grande influência no desenvolvimento de Imbituba, movimentando economicamente a região litorânea e articulando o território catarinense como um todo durante a economia colonial. A Armação possuía edificações à beira mar e se localizava na Praia do Porto (ZANELATTO, 1992) e a captura das baleias tinha diversas finalidades, mas principalmente a utilização como combustível.

4.1.3 - 3º ciclo – o Porto de Imbituba e o transporte do carvão (1830 – 1957)

Com a extinção da pesca da baleia, mesmo ela continuando clandestinamente até o ano de 1973, havia necessidade de uma nova atividade econômica que se desenvolvesse na região. No ano de 1835 a Assembleia Provincial de Santa Catarina encaminhou um projeto ao governo imperial solicitando que fosse aberta uma companhia para explorar carvão na região sul de Santa Catarina. Assim, em 1837, Santa Catarina oficializou a descoberta do carvão mineral, gerando intensa movimentação política e econômica para a implantação da estrada de ferro e do porto, com o objetivo de escoar a produção. (SERAFIM, 2006).

Em 1844, foi edificada a igreja de Santa Ana do Mirim na Vila de Santana do Mirim, fortalecendo ainda mais os laços dos imigrantes com o território local (MARTINS, 2006).

O primeiro trapiche do Porto de Imbituba, construído em 1870, auxiliava e controlava a pesca predatória da baleia, especialmente a da espécie Franca austral. Em 1871, o projeto do Porto foi organizado por engenheiros ingleses e incluía além da estrutura

administrativa, a construção de um quebra-mar com galerias tubulares ou arcadas submersas, obra não realizada e substituída por um trapiche com 70 metros de extensão, feito de ferro e madeira (SERAFIM, 2006; NEU, 2003).

Com a descoberta e exploração das jazidas de carvão no sul de Santa Catarina, o Porto de Imbituba passou a escoar tal mineral, beneficiado ainda pelo término da construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina em 1884. Portanto, inicialmente o crescimento de Imbituba deu-se influenciado pela pesca da baleia e depois pelo escoamento da extração do carvão, caracterizando o Porto de Imbituba como marco do desenvolvimento local.

A descoberta do carvão, a construção da ferrovia e a instalação do porto foram os principais elementos que alavancaram econômica e socialmente a região de Imbituba. O crescimento da região ocorreu com a especulação de investimentos de empresas estrangeiras e nacionais. O consumo nacional de carvão era de aproximadamente 30 mil toneladas anuais, transportadas via férrea e pelos navios que saíam do Porto de Imbituba.

A partir de 1889, o Porto de Imbituba era considerado o principal centro de escoamento de carvão do sul do Brasil. No entanto, a primeira crise começou em 1894, quando foi colocada em dúvida a qualidade do carvão da região. Com a movimentação de políticos locais, obtiveram incentivos comerciais que culminaram na obra completa do Porto em 1919. Nesse período, o empresário Henrique Lage assume o cargo de diretor Presidente da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Com o apoio do engenheiro Álvaro Monteiro de Barros Catão - diretor da Estrada de Ferro Tereza Cristina, Henrique Lage inicia o processo de construção dos molhes de proteção, prédios administrativos e os armazéns da cooperativa do porto (SERAFIM, 2006). No entorno da Ferrovia e do Porto, surgiram outras atividades econômicas no município, como a Cerâmica Imbituba, Usina Elétrica e o Hotel Imbituba.

Henrique Lage construiu em 1919 a Indústria de Cerâmica Imbituba (ICISA), que inicialmente fabricava louças para equipar os navios e, posteriormente, azulejos.

A Usina Termoelétrica de Imbituba também representa parte significativa da história do desenvolvimento econômico e social do município e região. Sua construção foi iniciada em 1920, com o objetivo de produzir energia elétrica através da combustão de carvão para suprir as necessidades do Porto de Imbituba, além de fornecer energia para alguns estabelecimentos como: oficinas, engenhos de farinha movidos a eletricidades, padarias e a estrutura do grande Hotel Imbituba (SANTANA, 2014).

Em 1922, obras de construção tornaram o Porto organizado de fato, com ampliação do embarque de carvão, início do serviço de desembarque de passageiros e a implantação da Companhia Docas de Imbituba.

No ano de 1941, a Companhia Docas de Imbituba passou a ser administrada pelo engenheiro Francisco Catão, que deu continuidade ao processo de ampliação e desenvolvimento do Porto, buscando recursos que proporcionassem a continuidade do desenvolvimento econômico do sul de Santa Catarina.

A descoberta do carvão mineral, a instalação do Porto e diversas outras melhorias oriundas desse processo de desenvolvimento

regional, foram importantes legados que fizeram com que Imbituba tivesse um crescimento econômico considerável.

As vilas de pescadores foram modernizadas através de investimento na urbanização do município, como saneamento básico e melhorias na distribuição de energia elétrica, da rede de telefonia e de obras de construção e pavimentação de estradas. O aumento da infraestrutura e da mão-de-obra foi responsável pela migração de pessoas das áreas rurais para as áreas mais urbanizadas do município.

4.1.4 - 4º ciclo – a municipalização e o colapso do carvão (1958 – 1990)

O processo de municipalização deu-se em dois momentos distintos, sendo o primeiro em 1923, data de sua primeira emancipação político-administrativa que durou apenas sete anos e o segundo em 1958, quando novamente voltou a ser município.

A extinção da primeira emancipação político-administrativa gerou protestos questionando a argumentação de incapacidade econômica do município, tendo em vista a época de franco

progresso pelo qual a Vila de Imbituba passava, em função da construção do Porto e das ações empreendedoras promovidas por Henrique Lage.

Em 1949, o distrito passou a se chamar Henrique Lage e permaneceu nessa condição até 21 de junho de 1958, quando teve sua segunda emancipação, sendo instalado em 5 de agosto do mesmo ano, voltando a se chamar Imbituba, um ano após.

Após 1959, quando definitivamente Imbituba tornou-se independente de Laguna, verificou-se um processo de crescimento econômico e social, com a criação de hospital, escolas, ambulatórios; construção de pontes; asfaltamento do acesso à BR-101; bem como a distribuição de água e energia elétrica.

No ano de 1971, com a criação da Indústria Carboquímica Catarinense – ICC, ocorreu a ampliação de distribuição de energia elétrica para toda a região, utilizando o carvão catarinense.

O crescente fluxo de turistas também na década de 1970, fomentou o processo de desenvolvimento do município, iniciando uma rede de comércio e prestação de serviços.

No ano de 1973 a última baleia franca foi morta em Imbituba, fechando definitivamente o ciclo de pesca da baleia franca, que levou a espécie à beira da extinção. No ano de 1982, liderados por Ibsen de Gusmão Câmara, ambientalistas voluntários redescobriram no Estado de Santa Catarina as últimas baleias francas brasileiras e iniciaram uma ação pela preservação e recuperação da espécie (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014).

Com a crise do carvão foram reduzidas as atividades portuárias e já nos primeiros anos da década de 1990, a ICC foi fechada (HERZMANN, 2005), inaugurando um período relativamente ocioso no Porto, necessitando torná-lo polivalente.

4.1.5 - 5º ciclo – o turismo e a reestruturação do Porto (1991 – dias atuais)

Com o declínio das atividades relacionadas ao carvão, o poder público voltou suas ações para o desenvolvimento do turismo de praia, divulgando as belezas naturais da região e os esportes náuticos, com o objetivo de atrair turistas. Esse movimento crescente favoreceu a ampliação da rede hoteleira e a implantação

de infraestrutura que atenda a demanda que é multiplicada na alta temporada.

Além da demanda por uso habitacional e comercial, intrínseca ao crescimento do município que se deu de modo disperso, concentrando-se nas sedes dos distritos, na orla de algumas praias e em áreas próximas à BR-101, destaca-se certa pressão pela ocupação de usos industriais em função da revitalização no Porto de Imbituba, que em conjunto com a revitalização da antiga ferrovia, objetiva a potencialização do escoamento de mercadorias.

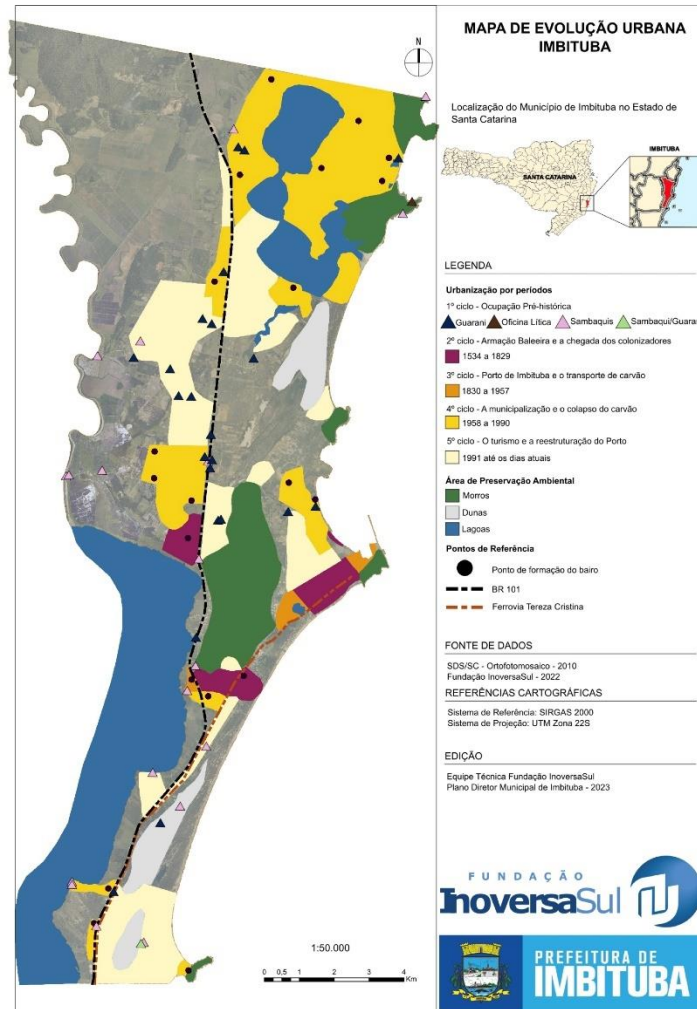
Hoje, o município de Imbituba abriga o Projeto Baleia Franca localizado na Praia de Itapirubá, que tem como objetivo realizar pesquisa e garantir a conservação e proteção da baleia franca. O projeto promove atividades de valorização e preservação da espécie, produzindo ações para garantir a sobrevivência e a recuperação populacional da baleia franca em águas brasileiras.

Atualmente, Imbituba mantém duas disputas territoriais em litígio judicial, uma na sua divisa ao norte com Garopaba na localidade de Ibraquera e outra ao sul com Laguna, na localidade de Itapirubá.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Há alguns desafios ao se pensar na expansão urbana do município: respeito e preservação aos meios naturais (dunas, morros, lagoas e praias), ao patrimônio cultural do município e ao desenvolvimento econômico, especialmente das atividades portuárias, que necessita revisão do zoneamento, visto que alguns trechos lindeiros à rodovia estão definidos como usos incompatíveis com os usos relacionados às atividades do Porto, assim como as que podem ser destinadas a projetos privados como condomínios e outros empreendimentos voltados ao lazer e turismo próximo às áreas de interesse ambiental e cultural.

Figura 10 - Mapa de Evolução Urbana



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

4.2 TIPOLOGIA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A avaliação se refere à concentração espacial de diferentes usos e atividades, também considerados em termos temporais. A diversidade de usos e oferta de equipamentos urbanos se refere ao exame dos graus de interferência sobre as possibilidades de os usuários suprirem as suas necessidades, garantindo vitalidade e atividades no local, elementos fundamentais para um bom funcionamento das cidades. As áreas monofuncionais tendem a ser mais limitadas.

Para Gehl (2006), a diversidade de usos implica que várias atividades e categorias de pessoas possam funcionar em conjunto, lado a lado, permitindo que as pessoas envolvidas atuem juntas e se estimulem inspirando-se umas nas outras; a falta dessa diversidade implica uma separação de funções e grupos que se diferenciam uns dos outros.

O crescimento da ocupação urbana em Imbituba deu-se a partir dos povoamentos iniciais de Mirim a oeste da rodovia BR-101 e Vila Nova e Imbituba a leste, onde nota-se ocupação mais densa. No

Mirim, áreas alagadiças em grande parte ocupadas pela rizicultura e uma lagoa extensa denominada Lagoa do Mirim, limitaram a ocupação urbana, que se concentrou próxima ao cruzamento das rodovias BR-101 e SC-437.

Não há delimitação de áreas urbanas e rurais no zoneamento de Imbituba, sendo o perímetro urbano coincidente com o limite municipal. No entanto, existem zonas classificadas como rururbanas, onde são previstos usos mistos e imposto territorial diferenciado. Nestas áreas, apesar de estar dentro do perímetro urbano, a sua característica é predominantemente rural.

Para a descentralização da gestão administrativa do Plano Diretor atual de Imbituba foram criadas Regiões de Planejamento, formadas pelos respectivos bairros e com aspectos particulares de ocupação, conforme expresso a seguir:

A **Região I** (Itapirubá, Boa Vista, Roça Grande, Guaiúba, São Tomás) - Itapirubá se conforma com um pequeno núcleo urbano com baixa densidade de ocupação. Houve demanda nas oficinas de participação para aumentar a altura máxima permitida no bairro (6 pavimentos mais dois de garagem). Há áreas consideradas de

preservação no Plano que instituem zoneamento para um condomínio de golfe. As áreas no entorno da Lagoa do Mirim, nos bairros Boa Visita e Roça Grande, possui zoneamento que incentiva a baixa densidade com lotes mínimos de 1000m² e 2000m².

A **Região II** (Campo D'Aviação, Sagrada Família, Porto da Vila, Vila Santo Antônio, Vila Nova) – os bairros Sagrada Família, Vila Nova apresentam áreas que incentivam os usos mistos, as demais áreas permitem predominantemente usos residenciais. Na região do Porto da Vila, nas margens da Lagoa do Mirim, possui zoneamento que incentiva a baixa densidade com lotes mínimos de 2000m².

Na **Região III** (Paes Leme, Centro, Village, Vila Alvorada, Vila Nova Alvorada, Ribanceira, Vila Esperança) – a região III é onde está a sede do município, é a sua região mais dinâmica, nela se concentram a maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviço. Nesta região também está o Porto de Imbituba e todos os serviços ligados a este. A ZC1, no bairro Centro, estimula uma maior densidade, permitindo a altura máxima de 24 metros, mas na prática, esse adensamento vem acontecendo de forma lenta.

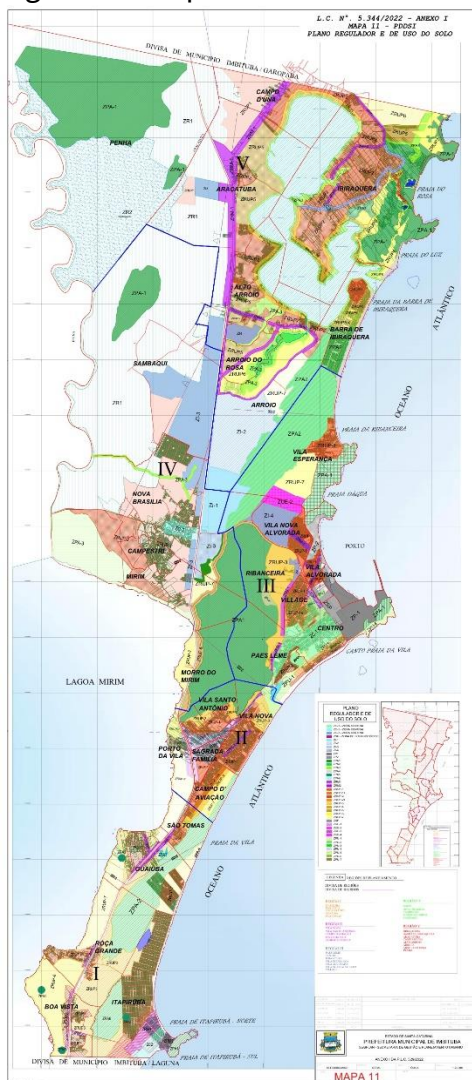
Na **Região IV** (Morro do Mirim, Mirim, Campestre, Nova Brasília, Sambaqui) – Nova Brasília concentra um novo núcleo central, de maior densidade, e em volta deste uma ocupação mais branda, mas ainda com clara tendência a se densificar. Grande parte da área é considerada de urbanização de interesse social, mas no zoneamento não há delimitação de Zona Especial de Interesse Social, também não há uma proteção ao casario do Centro Histórico do Mirim. Há área de preservação ambiental destinada à construção de condomínio náutico, próximo a Lagoa Mirim. Com exceção do Morro do Mirim e das dunas, considerados zona de proteção, as demais áreas se dividem entre de baixa e média densidade, com inclusive algumas de urbanização de interesse social. Nas oficinas de participação, houve demanda para implantação de comércio atacadista em Zona Industrial.

Por último, a **Região V** (Arroio, Arroio do Rosa, Alto Arroio, Barra de Ibiraquera, Araçatuba, Penha, Campo D'Una, Ibiraquera) – Ibiraquera tem como característica marcante a sua fragilidade ambiental. Isso remete em uma grande área de proteção em volta da Lagoa da Ibiraquera e do Morro. Como consequência desta

importante preservação a ocupação também é mais esparsa, uso esse incentivado pelo zoneamento que tem como parâmetro lote mínimo de 450m² para a Zona Residencial Uni e Pluri Familiar (ZRUP2). Na região há uso residencial e de comércio vicinal. Devido ao seu forte apelo turístico também se encontram habitações de uso transitório. No entorno da rodovia federal o zoneamento incentiva os usos mistos e industriais, houve demanda nas oficinas de participação para que a Zona Industrial seja lindeira à rodovia e não intra-bairro. Na região V, também há bairros com características predominantemente rurais, cujo o zoneamento foi delimitado como Zona Rurubana 1 e 2. Com grande área de preservação ambiental, as demais possuem uso controlado e permitido apenas além de residência unifamiliar, equipamentos públicos com fins culturais ou educacionais.

Na região V, percebe-se uma diferença entre os bairros, tornando o instrumento de gestão de regiões com características semelhantes ineficiente, há necessidade de dividir a região V, em duas regiões distintas.

Figura 11 - Mapa de Zoneamento atual



Fonte: Prefeitura Municipal de Imbituba, 2022

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia.

| | |
|----|--|
| 01 | Existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho. |
| 02 | Alguns munícipes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessar a área de centralidade econômica e política. |
| 03 | Há necessidade de incentivar o uso misto em algumas regiões do município de Imbituba. |
| 04 | Há necessidade de incentivar usos gastronômicos na faixa litorânea. |
| 05 | A ocupação urbana do município é fragmentada, dispersa ou descontínua. |
| 06 | Há partes da cidade que são descontínuas ou com vazios urbanos. |
| 07 | É necessário considerar a existência de vazios urbanos sujeitos à fragilidade ambiental e potencial rural dos vazios com real potencialidade de uso. |

Na condição de município litorâneo, há diversos entraves à ocupação urbana em diferentes porções do território, decorrentes da suscetibilidade ambiental característica. Isso foi fator

determinante na ocupação de Imbituba, que possui núcleos de ocupação bem definidos, dispersados pela BR-101 e próximos a elementos naturais como a Lagoa do Mirim, a da Ibiraquera, as praias e, como elemento antrópico, o Porto.

O uso predominante no município é residencial. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010, havia 13.160 domicílios particulares permanentes em Imbituba.

Nas áreas centrais dos distritos mesclam-se diversas tipologias habitacionais, com bastantes unidades de uso misto (comercial e residencial) e também habitações de uso transitório (hotéis de pequeno porte). Nas proximidades da orla das praias, observam-se residências de até dois pavimentos, que também apresentam características bem heterogêneas.

Em Itapirubá, no extremo sul, destaca-se a implantação de loteamentos, ainda vazios e sem a demarcação dos lotes, tendo a vegetação já avançado sobre o arruamento. Em Ibiraquera, no extremo norte, se mesclam habitações antigas a novas habitações de alto padrão, a ocupação é notadamente desordenada nas

proximidades da Lagoa do Ibiraquera. Entre a Barra de Ibiraquera e as áreas de dunas, há uma área relativamente extensa e em parte já ocupada. No distrito de Mirim, destaca-se a ocupação do bairro de Nova Brasília cujo crescimento se dá de modo acelerado e desordenado.

A sede do distrito de Imbituba é a área que apresenta ocupação mais consolidada, reunindo usos diferenciados como residencial, administrativo e de comércio e serviço. Bairros como Nova Brasília, no distrito do Mirim, Itapirubá e Vila Nova, também são áreas de ocupação notadamente consolidadas.

A cidade apresenta diversas atividades de comércio e serviços concentradas apenas nas principais vias da área central dos distritos de Imbituba e Vila Nova e em menor intensidade no distrito de Mirim.

No centro de Imbituba sua presença é bastante consolidada, tornando o centro de ocupação densa e de uso variado, conformando uma dinamicidade ao local. Nas praias esses usos ainda são poucos, embora seja observada alguma evolução nesse sentido, inclusive pelo aproveitamento de lotes já implantados,

mas ainda não ocupados. Em Nova Brasília, onde se localiza hoje grande foco de crescimento no número de residências, o centro também concentra comércio vicinal e um supermercado de maior porte que atende a todo o município.

Estabelecimentos comerciais que atendem à demanda vicinal encontram-se intra-bairros, geralmente de pequeno porte e inseridos ao lado ou em frente às residências. Para uso de comércios e serviços ocasionais, como artigos de vestuário, supermercados, serviços bancários, lotérica, entre outros, os habitantes necessitam se deslocar para o centro. Nas frente de água observa-se concentração residencial, com exceção das margens da Lagoa da Ibiraquera. Na conurbação com Garopaba na SC há predomínio de atividades comerciais.

No que se refere aos entraves espaciais existentes, tais como a presença das lagoas, dunas, morros, restinga, oceano e a BR-101, esses respondem, de certo modo, pela descontinuidade e linearidade da ocupação e estão diretamente relacionados ao ambiente físico-natural do município, exceto pela rodovia. Destaca-se a presença dos morros limitam a expansão da

ocupação em determinadas áreas, assim como restringem ampliação do trânsito da BR-101 a determinadas áreas do município.

A concentração de indústrias, galpões logísticos, comércio de grande porte acontece na marginal da BR-101 e Avenida Renato Ramos da Silva (acesso Sul) e na Avenida Marieta Konder Bornhausen (principal acesso ao Porto), sendo a maioria provenientes da atração exercida pelo Porto de Imbituba.

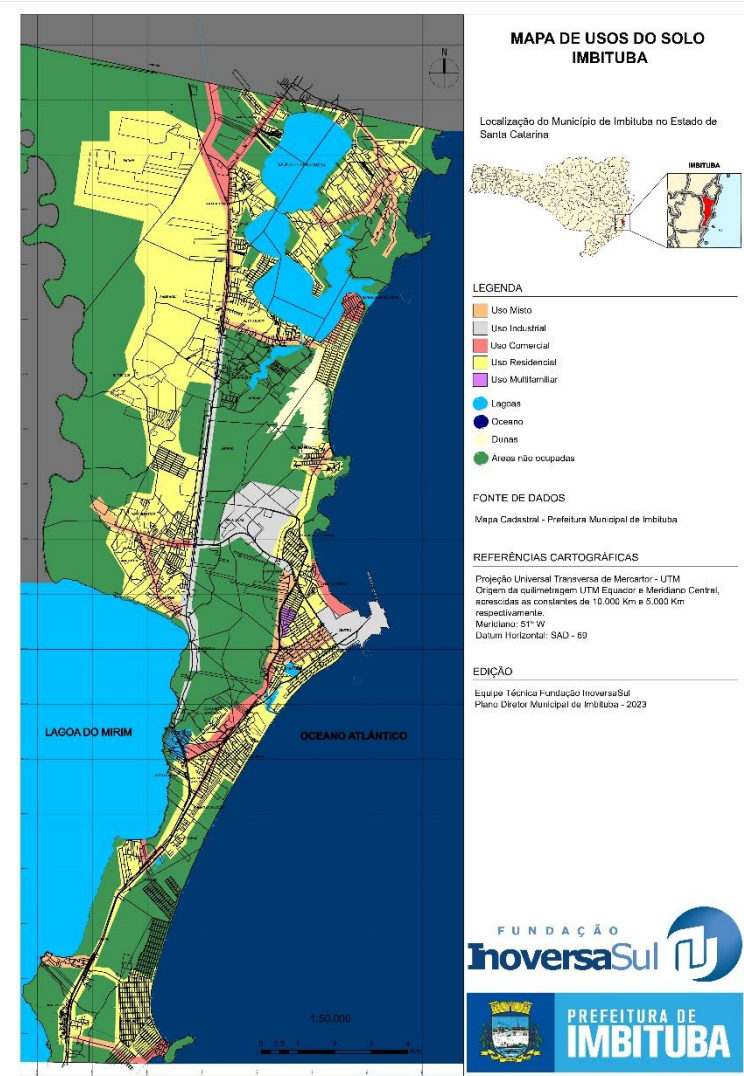
Na região IV, a análise da diversidade de usos do solo mostra a predominância de usos industriais, comércio de grande porte intra-bairro, o que acaba conflitando com área residencial. O conjunto, compreende um importante centro de comércio para o município de Imbituba. Essas características do uso do solo fazem com que o movimento de pessoas nas ruas seja intenso durante dias úteis, porém, como não há atividades não residenciais nos finais de semana e no período noturno, o movimento diminui consideravelmente, mantido apenas pelas atividades em funcionamento nestes horários.

As áreas destinadas para uso industrial concentram-se próximas às margens da rodovia BR-101, onde se encontra essencialmente as atividades de cultura do arroz e da presença de alguns armazéns nas áreas lindeiras à rodovia BR-101 para atender as demandas previstas para o Porto. Ademais, a ampliação da capacidade de escoamento do Porto favorece a ocupação de novas atividades industriais, inclusive na rodovia de acesso ao Porto, a SC-435.

A indústria de transformação tem como principal representante uma grande indústria localizada no centro de Imbituba, além de algumas fábricas de pequeno porte. A indústria de pescado também ocorre no município, porém em áreas mais afastadas, próximas a BR-101 e da Lagoa do Mirim.

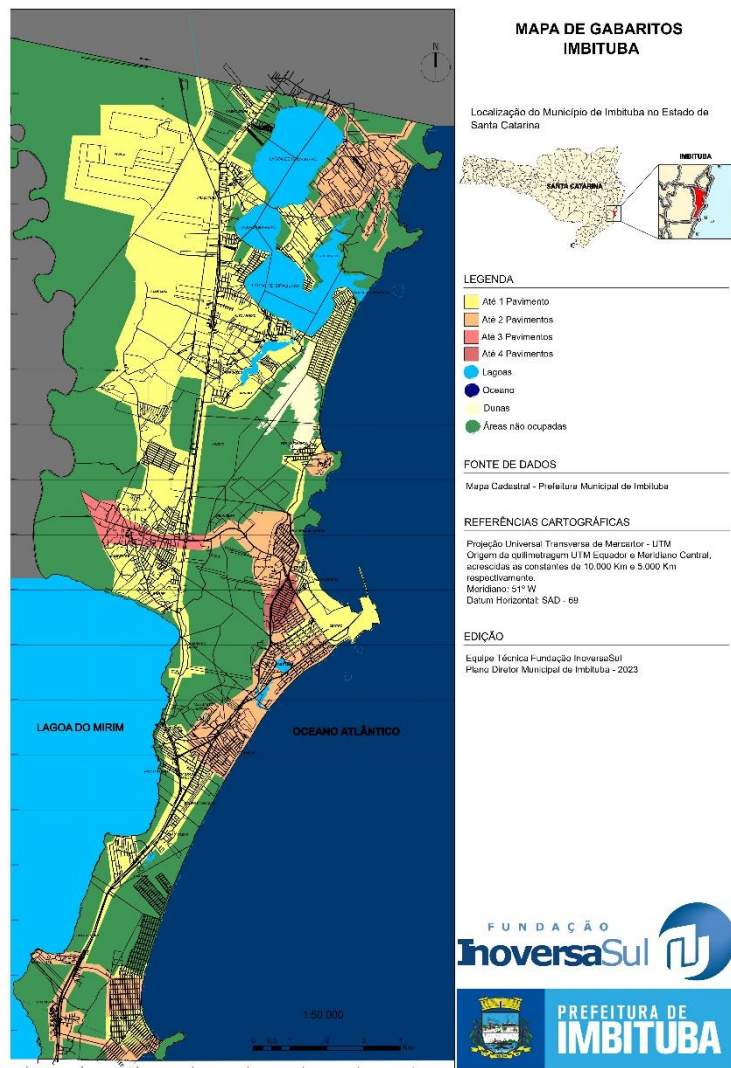
O final do bairro encontra-se implantada a estrutura portuária de Imbituba, composta por armazéns de carga, câmara de estocagem, edificação administrativa, edificação para manutenção, boxes para embarcações, área para recepção de pescados, pátios para veículos e caminhões, e tanques para armazenamento de combustível.

Figura 12 - Mapa de Usos do Solo predominantes em Imbituba



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

Figura 13 - Manchas de gabaritos predominantes em Imbituba



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O município possui vazios urbanos e alta dinâmica do mercado imobiliário.

| | |
|----|---|
| 01 | Há produção de novos loteamentos, mas faltam regras que permitam um crescimento ordenado e sustentável; |
| 02 | Possui empreendedores imobiliários de atuação regional ou nacional; |
| 03 | Há demanda para lotes menores (região IV); |
| 04 | Há demanda para transformação da área rururbana em predominante residencial (expansão urbana). |

Atualmente, o município sofre pressão da especulação imobiliária que visa à construção de hotéis, pousadas e loteamentos de alto padrão, além de loteamentos de interesse social.

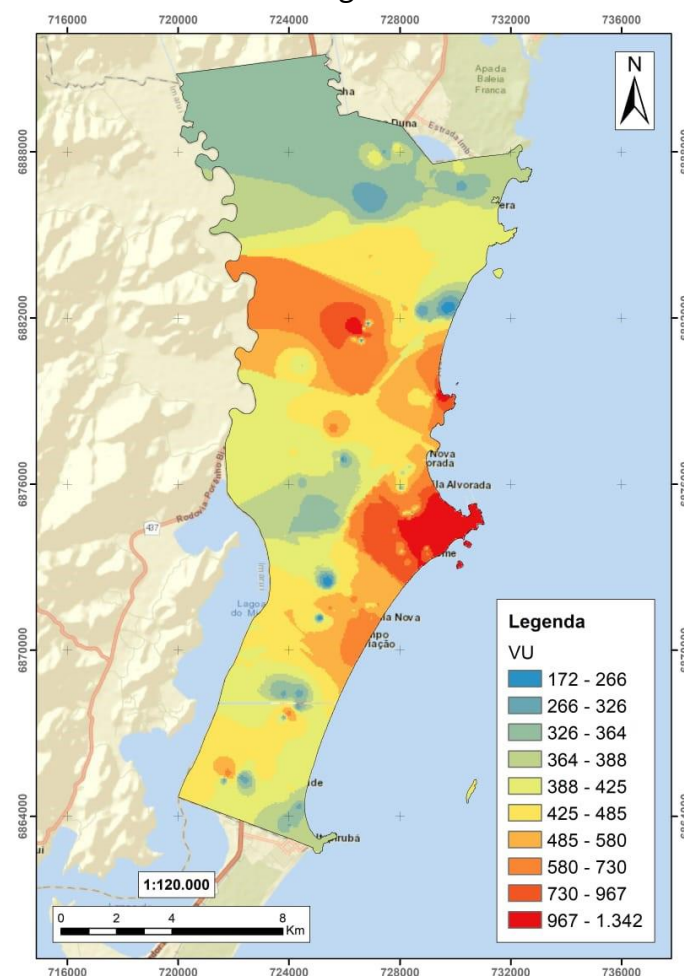
As regiões não respeitam um critério de homogeneidade, o que prejudica uma definição clara de ações. A região II – Imbituba possui área significativamente maior que as demais, sendo que algumas partes dela possuem características mais próprias das demais regiões lindeiras.

A região central de Imbituba é a área mais diversificada de Imbituba, ela possui potencial de adensamento, por não se situar

um uma área ambientalmente frágil. Os enormes vazios urbanos acabam por conter esta dinâmica, fazendo com que a cidade se expanda para outras áreas. A região de Nova Brasília está em expansão, atendendo a demanda atual principalmente por lotes de pequena dimensão, no entanto, não há delimitação de ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.

A Figura 14 apresenta a PVG do modelo gerado através da regressão hierárquica com interceptos e inclinações aleatórias. Para a obtenção dessa planta, foi utilizado um terreno paradigma com área 360 m², meio de quadra, em rua pavimentada. A técnica utilizada para a gerar graficamente a planta foi a Interpolação.

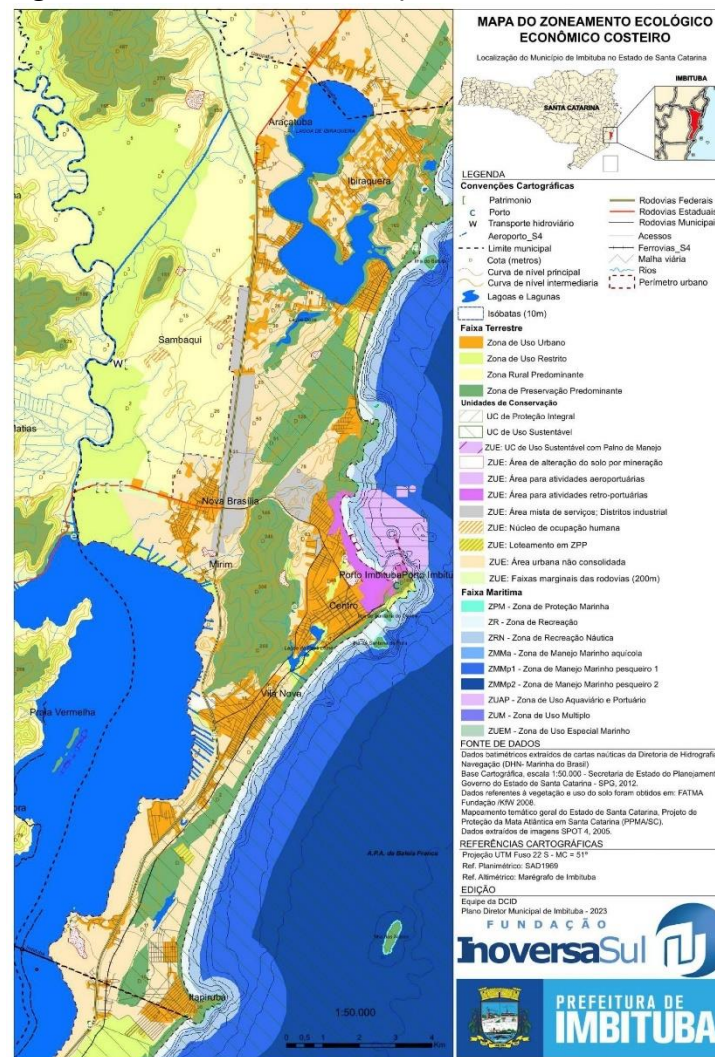
Figura 14 - Planta de valores genéricos – 20 bairros



Fonte: Vanessa Espindola, 2020

| USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | |
|---|--|
| No município há áreas que não garantem a preservação do meio ambiente e da paisagem natural, seja por irregularidade por parte do proprietário ou por necessidade de maior restrição nas normativas existentes. | |
| 01 | Algumas áreas de preservação ambiental podem ser definidas com uso sustentável. |
| 02 | Falta delimitação das áreas de preservação de mananciais de água. |
| 03 | Não há regulamentação baseada em critérios de sustentabilidade para novos loteamentos e condomínios. |
| 04 | Há necessidade de delimitação de número de pavimentos em áreas com interesse natural e ambiental. |

Figura 15 – Usos do Solo – Mapa de Zoneamento Costeiro



Fonte: DCID

Em Imbituba diversas áreas são frágeis ambientalmente, característica das zonas costeiras. São ambientes que se encontram bem distribuídos, ocupando grande parte do território do município, como lagoas e dunas extensas, vegetação de restinga nas praias e de mata atlântica nos morros, áreas de banhado e ilhas, além do habitat marinho.

Destaca-se também a APA da Baleia Franca, criada em 2000, que tem como objetivo além de proteger as enseadas de maior concentração de baleias francas, também proteger áreas terrestres como os costões rochosos, as dunas, banhados e lagoas. Na praia de Itapirubá fica o Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca, sede do Projeto Baleia Franca, que realiza pesquisas e se dedica à conservação em longo prazo da espécie.

Para preservação dessas áreas foram definidas as Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), que se subdividem em seis áreas específicas de uso restrito, voltados basicamente ao turismo, cultura, esporte e lazer. Sendo na ZPA1 e ZPA2 permitido comércio vicinal. Para estas zonas (ZPA) também foram definidos locais para Parque Temático (ZPA6), Condomínio Golfe (ZPA2) em Itapirubá, e

em Nova Brasília o para o Condomínio Náutico. Essas iniciativas tem como meta o uso racional destas áreas, garantindo a preservação do meio natural associando a isso ao desenvolvimento do turismo no município. Há necessidade de rever os usos propostos que se alinhem mais às características do município e o que se pretende construir.

São definidos também três parques urbanos para Imbituba (ZPU), no entorno da Lagoa da Bomba, paralelo a via férrea e no Morro do Mirim. Outras áreas de proteção especial ambiental a serem citadas são as ilhas, pela Zona de Relevante Interesse Ecológico (ZRIE) elas são protegidas de ocupação desordenada e seus únicos usos permitidos dizem respeito a trilhas, instalação de instrumentos científicos e de sanitários.

Além dos ambientes físico-naturais, outras áreas devem ser providas de proteção especial, como as de valor histórico-cultural, como os sambaquis e edificações históricas. Porém, deve-se levar em consideração sempre o desenvolvimento sustentável destas áreas evitando um efeito contrário ao esperado, em função de falta de gestão em determinadas situações.

Com relação às áreas livres públicas, apesar de possuir grande área verde preservada no município, poucas delas são de uso público, ou mesmo equipadas para o lazer dos munícipes. O município apresenta grande potencial para a instalação de parques e praças, áreas essas inclusive muito próximas à sede. Algumas públicas, outras privadas elas são passíveis de agregar valor à paisagem urbana e de promover infraestrutura social a Imbituba.

São considerados espaços livres públicos aqueles cuja qualidade urbana é essencial à constituição da urbanidade, provavelmente onde habita o *genius loci*, pela capacidade que têm de oferecer possibilidades para as interações urbanas e estimular o processo de ativação de inúmeras outras atividades. As ações nestes espaços se classificam como acontecimentos de uma presença conjunta, na qual podemos encontrar as mais significativas manifestações da vida urbana, a síntese dos acontecimentos e as características que marcaram uma determinada época.

Macedo (1995) classifica os espaços livres de edificação em:

1. Espaços Verdes: correspondentes a toda área urbana coberta de vegetação e que tenha valor

social, como, por exemplo, os bosques, campos, matas, jardins, praças e parques, entre outros, sejam estes para produzir alimentos, conservação, preservação de ecossistemas, aproximação cultural e estética ou lazer (passivo ou ativo). Observamos, contudo, que esse tipo de espaço livre nem sempre é acessível ao cidadão, como algumas matas e bosques urbanos que contêm apenas valor de conservação;

2. Áreas Verdes: referem-se às áreas onde existe vegetação por qualquer motivo; entretanto, são residuais e não possuem valor social expressivo. Geralmente, são consideradas em relação ao número de habitantes como índice de qualidade urbana, sendo conhecidas mais pelo aspecto quantitativo, como, por exemplo, as rótulas ou ilhas do sistema viário;
3. Áreas de Lazer: consideradas como todos os espaços livres entre as edificações destinadas ao lazer ativo

e/ou contemplativo (passivo) e áreas em potencial, como os terrenos vazios utilizados alternativamente para o lazer, que também são englobados nesta categoria; e

4. Áreas de Circulação: constituídas pela maioria dos espaços livres de apropriação pública, totalizando grande parte da área da cidade destinada à fruição de veículos e pedestres, podendo assumir funções de lazer, quando o tráfego é restrito ou controlado. Classificam-se também como áreas de circulação os calçadões e as escadarias que podem abrigar diversos usos além da passagem de pedestres.

Foram identificadas a existência de onze delas implantadas, ou seja, equipadas com meio-fio, iluminação e canteiros com grama no município. São elas: Praça de Ibiraguera; de Araçatuca; de Nova Brasília; do Mirim; de Vila Nova Alvorada; Henrique Lage; do Ginásio de Esportes; de Paes Leme; de Vila Santo Antônio; de Vila Nova e da Roça Grande. Observa-se uma maior concentração de praças na

área central de Imbituba, havendo algumas também em outros núcleos de evolução da ocupação da cidade.

As áreas turísticas de Imbituba coincidem-se com suas áreas naturais, entre elas, suas nove praias, com destaque para a Praia do Rosa, a Praia da Vila e a Praia da Barra da Ibiraguera, que é recanto dos velejadores.

Além das praias, as lagoas, dunas e ilhas também atraem turistas. A Lagoa de Ibiraguera é considerada uma das mais belas paisagens do município, famosa também pela pesca do camarão. A Lagoa do Mirim apresenta também grande potencial turístico. Muitas áreas ainda estão intocadas e não possuem infraestrutura, em algumas pode se encontrar apenas trilhas ecológicas.

Na época de veraneio a cidade recebe muitos turistas que se utilizam de vários hotéis, pousadas e outras formas de hospedagem disponibilizadas, distribuídas pelo município em seus distritos, a maioria na orla.

| USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | |
|--|---|
| Há bairros com ameaça de descaracterização do perfil da população, do uso, da morfologia urbana ou de outros elementos típicos da sua ocupação original. | |
| 01 | O mercado imobiliário dinâmico vem alterando a ocupação no território; |
| 02 | Há necessidade de limitar o número de casas noturnas no Bairro Ibiraquera, assim como estabelecer critérios que visem a menor incomodidade dos moradores do bairro; |
| 03 | Há necessidade de obrigatoriedade de realização de EIV em empreendimentos de impacto; |
| 04 | Há necessidade de estabelecer a necessidade de zonas de estacionamento ou estacionamentos no próprio lote no bairro Ibiraquera. |

Até a década de 1970 as atividades econômicas de Imbituba eram essencialmente a agricultura itinerante e a pesca artesanal ainda preservada em algumas regiões do município. Na área urbana as atividades eram portuárias e também ligadas à indústria cerâmica. O município desempenhou papel importante no desenvolvimento da indústria do carvão catarinense em razão de sua localização estratégica que possibilitou o escoamento da produção do mineral.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

A Praia do Porto, a Praia da Ribanceira, a Praia D'Água, a Praia da Vila, a Lagoa da Ibiraquera e a Aguada são lugares que possuem ligação direta com a trajetória histórica da pesca e revelam as fronteiras físicas e também simbólicas que desenham uma poligonal da área de pesca da Comunidade como parte de um território tradicionalmente ocupado e formado por agricultores, pescadores e extrativistas.

A agricultura e a pesca, no entanto, atividades presentes desde a chegada dos primeiros ocupantes, vêm sofrendo com as implicações do impacto de outras atividades econômicas que, embora tenha trazido riqueza e importantes conquistas para o município, ignorou a conservação do saber/fazer local cujas peculiaridades presentes na agricultura itinerante, na pesca artesanal e no manejo da biodiversidade da região.

O Porto de Imbituba e todas as suas modificações acarretaram em consequências diretas para a pesca artesanal. No ano de 2007, a IEP, empresa que atua como prestadora de serviços de consultoria gerencial, recebeu autorização para construir e explorar terminal portuário de uso privativo. Uma das intenções da empresa era a

retirada dos 150 ranchos dos pescadores da praia do Porto e a transferência para uma área a 300m de distância, o que iniciou uma série de conflitos no ano de 2008 e 2009.

É necessário encontrar o equilíbrio entre a diversidade de usos e atividades existentes no município, garantindo que as atividades econômicas desenvolvidas pelo Porto possam ser asseguradas, mas sem a retirada de direitos dos povos tradicionais que contam com garantias previstas na Constituição Federal Brasileira de 1988 em normas internacionais que estabelecem mecanismos de proteção aos elementos culturais, materiais e imateriais, que compõem o testemunho da interferência humana sobre a natureza.

Em 2008, o Porto de Imbituba recebeu investimentos do PAC do governo federal destinados à ampliação e modernização de suas instalações, atraindo empresas como a Votorantim e a Santos Brasil. Em 2012, a SCPar Porto de Imbituba S.A. passa a gerir o Porto de Imbituba.

As áreas consideradas como históricas são os centros históricos de Mirim e Vila Nova, onde se observam as edificações mais antigas do

município de Imbituba. Na Praça do Mirim, por exemplo, as casas antigas circundam a praça, bem alinhadas com estilo da colonização vicentista e açoriana, assim como a Igreja Sant'Ana do Mirim, outro remanescente da época.

Imbituba possui ainda alguns edifícios históricos, retratados no capítulo 7, do período colonial, como o conjunto que cerca a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, localizada à Praça Henrique Lage, no bairro Vila Nova.

| USO E OCUPAÇÃO DO SOLO | |
|--|---|
| O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas. | |
| 01 | Existem loteamentos, condomínios ou ocupações precárias implementados de forma irregular em áreas de risco ou ambientalmente sensíveis. |
| 02 | Há áreas propícias ou que já possuem função agrícola e que devem ser mantidas ou ampliadas. |
| 03 | Há áreas com características urbanas e que se deseja consolidar. |

Embora não haja delimitação de perímetro urbano no município, sendo considerada uma única área denominada de zona

rururbana, as áreas de características rurais podem ser observadas em grande parte da porção oeste de Imbituba. Na margem oeste da rodovia BR-101 que secciona o município de norte a sul, observam-se poucas unidades habitacionais, predominando o uso agrícola.

Ela é a mais específica do município, com uso controlado ou restringido, permitindo em somente algumas zonas além de residência unifamiliar, a construção de equipamentos públicos com fins culturais ou educacionais. Grande parte da sua extensão é de preservação ambiental.

Pode se observar a predominância de atividades rurais, demarcadas pela linha amarela, na Região. A Região Rururbana, mostra claramente a diferença da ocupação dominante, porém já se percebe um início de adensamento próximo a BR-101, que deve ser considerado a fim de análise para propostas. As áreas de Região Rururbana, presente na região V, entre os bairros de Penha e Sambaqui, mantêm seu uso predominantemente agrícola. Esse fato pode ser considerado uma potencialidade, contendo ocupação nas áreas de preservação.

A pressão por ocupação em áreas ambientalmente frágeis ocorre nas dunas e lagoas, nos morros ocorre com menor intensidade, se concentrando na Praia do Rosa e em Itapirubá.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O município possui atividades de mineração no seu território. A atividade de mineração é geradora de impactos ambientais ou urbanos:

| | |
|----|---|
| 01 | A área e o uso do solo municipal como um todo possuem necessidade de regulação; |
| 02 | Há necessidade de formular instrumentos que regulem o licenciamento, a mitigação e as contrapartidas desses projetos. |
| 03 | Há necessidade de mitigação dos efeitos negativos da extração de pedras (Lasca Mineração) (região III). |

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O município apresenta áreas de alagamento e áreas com atividades em que precisam ser mitigados seus efeitos negativos.

| | |
|----|---|
| 01 | ► Imbituba possui áreas com ocorrência de alagamento; |
|----|---|

| | |
|----|---|
| 02 | ▸ Há necessidade de prever formas de controlar, diminuir e mitigar as situações de risco por alagamentos; |
|----|---|

As áreas reservadas a atividades portuárias são definidas como Zona de Porto (ZP) e se dividem em área para porto recreativo, industrial/ comercial e de serviços. Todas elas situadas no local e entorno do porto.

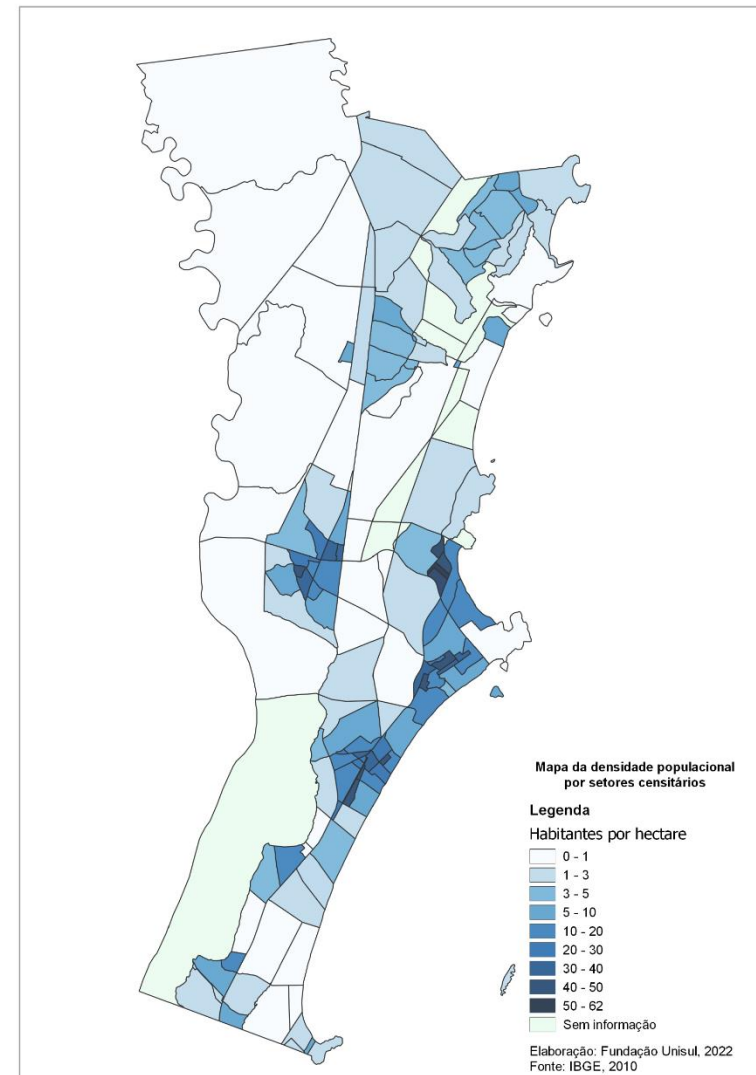
4.1 DENSIDADE CONSTRUTIVA E POPULACIONAL

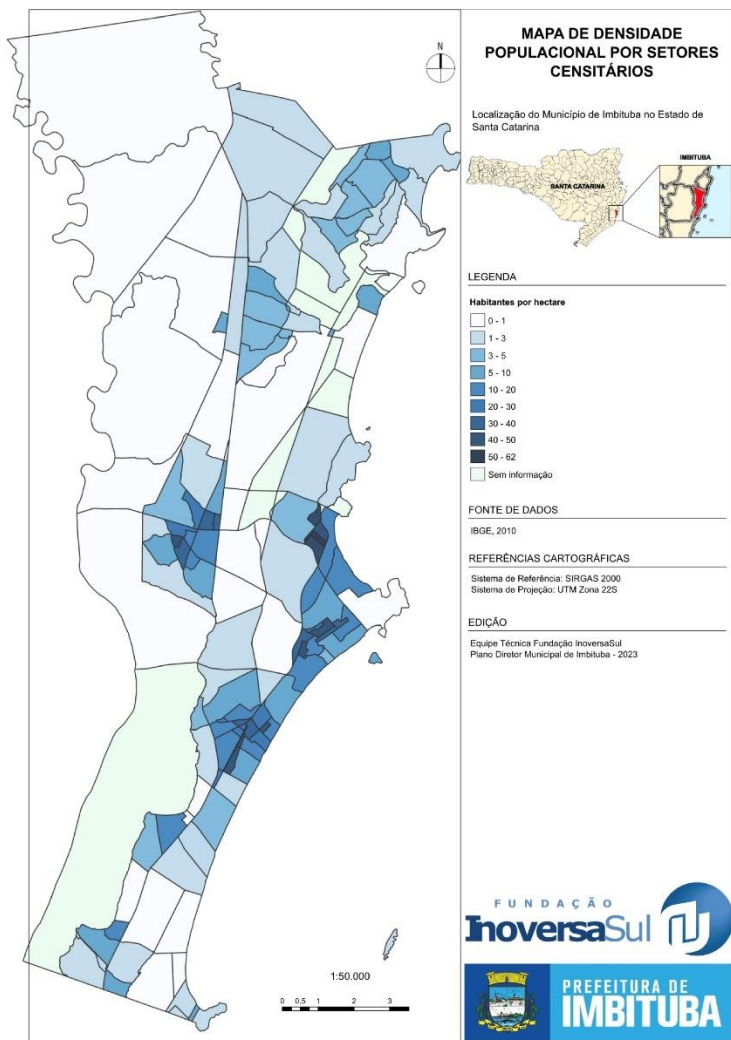
A densidade demográfica apresentada atualmente pelo município é de 242,78 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), de acordo com a contagem populacional de 2018 realizada pelo IBGE.

Na figura 16, pode-se observar a densidade demográfica considerando a população residente segundo os setores censitários do IBGE. Ao analisar o mapa percebe-se claramente uma ocupação mais intensa nas regiões próximas a costa, que se torna mais esparsa a medida que se adentra o continente. Essa é uma tendência nas cidades costeiras e deve ser levada em consideração no planejamento urbano, pois estas áreas, além de serem elementos importantes da paisagem, são também espaços de fragilidade ambiental.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Figura 16 - Mapa de Densidade populacional por setor censitário





Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

O aumento das populações urbanas, em função da emigração dos habitantes das zonas rurais, é o fluxo migratório característico da área. A desarticulação das comunidades pesqueiras nas áreas da costa, aliada à maior diversidade das economias urbanas, representam os fatores responsáveis por este movimento. A área comporta também o fluxo sazonal de pescadores que durante a safra do camarão dirigem-se a áreas de estuário, retornando aos locais de origem após a época.

O uso industrial tende a se concentrar nas margens da rodovia federal, BR-101, favorecendo a economia do município, mas causando impactos, implicando em conflitos de usos no espaço, favorecendo a instalação de indústrias e armazéns e o aumento do tráfego de veículos pesados em áreas urbanizadas próximas à SC-435, rodovia de acesso ao Porto a partir da BR-101

A crescente urbanização na microrregião sul costeira catarinense é responsável por sérios impactos ambientais, como poluição de mananciais de água, do ar (através das indústrias e queimadas), do solo (através de depósitos de lixo a céu aberto), além da ocupação desordenada do solo.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

O processo de urbanização está diretamente relacionado com a redução da vegetação original na região costeira, muitas vezes descaracterizando completamente ecossistemas naturais.

4.2 TIPOLOGIA HABITACIONAL

| HABITAÇÃO | |
|--|---|
| O município possui assentamentos precários sem infraestrutura básica, com predominância de população de baixa renda, e em áreas ambientalmente frágeis ou em área muito próxima à linha férrea | |
| 01 | São identificados assentamentos sem infraestrutura básica ou insuficientes (saneamento básico, drenagem, iluminação pública, calçamento etc.); |
| 02 | São identificados assentamentos ou loteamentos implementados sem regularidade fundiária; |
| 03 | Há dificuldade na regularização de imóveis; há demanda de mais facilidade no processo de implementação do REURB; |
| 04 | Há necessidade de implantação de ZEIS; |
| 05 | Os assentamentos precários localizam-se integral ou parcialmente em conflito com a preservação do meio ambiente (córregos, APPs ou áreas protegidas, dentre outras) ou em área de risco próxima à linha férrea. |

São considerados loteamentos clandestinos aqueles sem aprovação na Prefeitura e sem registro em cartório e como ocupação irregular, as habitações registradas apenas em cartório, não sendo aprovados pela prefeitura ou que estão implantados de forma diferente daquela aprovada pelo poder público municipal.

Ambas são tipos de ocupação que normalmente não possuem organização espacial, desenvolvendo-se aleatoriamente, não respeitando desenhos do loteamento ou projeto original.

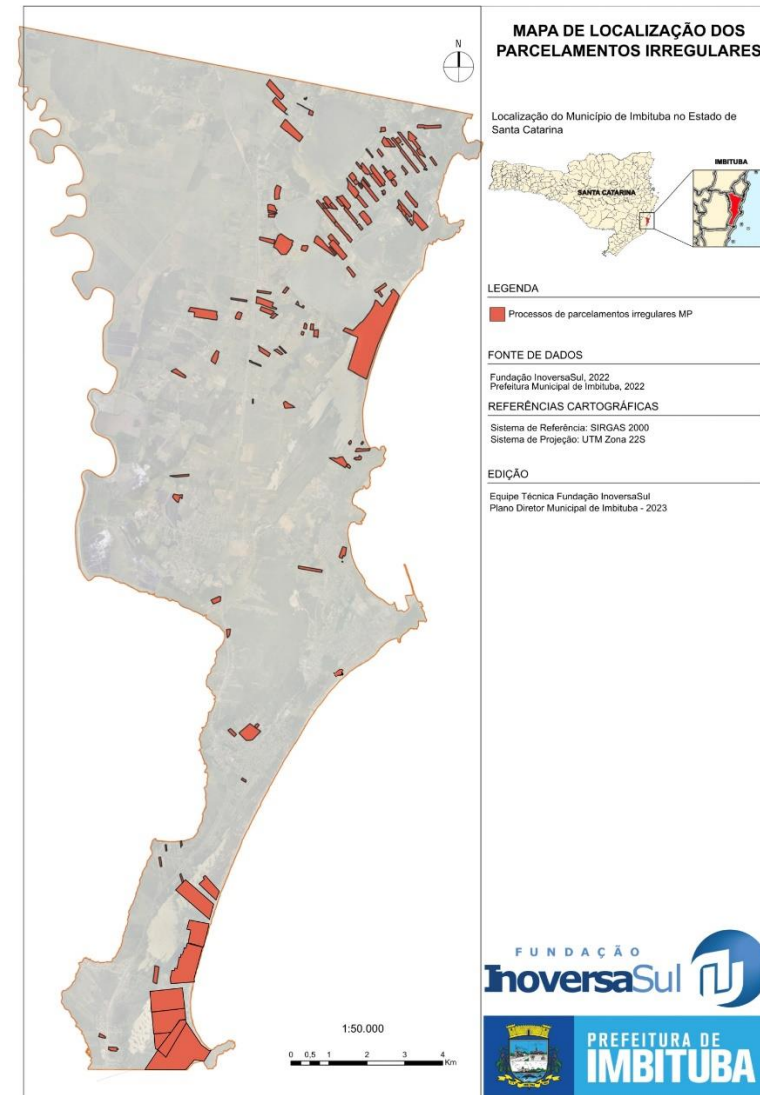
Em Imbituba observam-se algumas áreas nessas condições, não se excluindo a possibilidade de haver outros focos de habitações nessas condições, mas de menor acuidade do ponto de vista da quantidade de domicílios. Três dessas áreas irregulares ficam no distrito de Imbituba, uma na extensão sul da Praia da Vila, chamada de Araçá, uma em encosta com vista para Praia do Porto, conhecida por “Portelinha” e outra na Praia do Porto, conhecida como Divinéia.

A primeira conta com quase cem famílias que estão assentadas em área de restinga entre as dunas e a Lagoa da Bomba, próximas da ferrovia.

A Portelinha é uma ocupação mais recente, com cerca de quarenta famílias que estão ocupando uma encosta com vista para a Praia do Porto, onde se encontra outra ocupação de características irregulares.

Já no Bairro Roça Grande (ZEIS), distrito de Vila Nova e parte da Região de Planejamento I, de Itapirubá, existe uma ocupação em que é prevista regularização para as habitações clandestinas. Assim como em Nova Brasília, onde pelo já está delimitada uma área de interesse de urbanização de forma a ordenar essa ocupação. A figura 17 localiza essas ocupações irregulares no município de Imbituba.

Figura 17 - Parcelamentos irregulares apontados pelo MP



Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

| HABITAÇÃO | |
|---|---|
| O município possui demanda para áreas de interesse social | |
| 01 | Há demanda para implantação de lotes de ZEIS com testada de 10 metros para facilitar a implantação da infraestrutura; |
| 02 | Há demanda para implantação de lotes com menor área (região IV). |

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) são um instrumento urbanístico usado pelas prefeituras para promover a regularização fundiária de ocupações desordenadas. Utilizando-se do zoneamento, são estabelecidos parâmetros que possibilitam essa regulamentação. No Zoneamento não há delimitação de ZEIS – Zona Especial de Interesse Social em nenhum dos bairros de Imbituba.

As zonas de interesse social pretendem viabilizar o acesso à moradia das famílias de baixa renda, através da construção de unidades habitacionais em terrenos regularizados ainda não definidos com provisão de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica.

A dinâmica da ocupação urbana de Imbituba tem como principais vetores as atividades portuárias e os serviços de turismo. Além disso, o espaço de Imbituba é marcado pelos elementos naturais que limitam a sua ocupação. Esse aspecto influencia na distribuição das construções, que são geralmente esparsas e distribuídas em núcleos dispersores principalmente nos locais onde há forte presença de empreendimentos turísticos no entorno da Lagoa da Ibiraquera, Lagoa do Mirim e praias. Outro ponto de dispersão é no entorno do Porto de Imbituba, atraindo principalmente comércio, serviços e indústrias, influenciando no desenvolvimento da área.

A região de Ibiraquera se encontra em uma área bastante suscetível ambientalmente, o que torna seu adensamento preocupante. Nesse ponto salienta-se o contínuo crescimento nas margens de água, assim como no morro próximo à Praia do Rosa. Há necessidade de criar uma centralidade nesta região, visto que se encontra distante da sede urbana.

5. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

5.1 DENSIDADE POPULACIONAL

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), Imbituba apresentava uma população fixa de 40.170 habitantes e uma estimativa de crescimento de 45.711 habitantes para o ano de 2021 e densidade demográfica, em 2010, de 219,59 hab/km².

Considerando o número populacional, em 2010, Imbituba encontrava-se na posição 756º no ranking, a nível de Brasil, e no ranking a nível de Santa Catarina, encontrava-se em 32º.

Quando comparado aos municípios limítrofes, se destaca em 2º lugar, em número populacional e seu território é considerado urbano em sua totalidade.

Tabela 03 - População de Imbituba e municípios limítrofes

| MUNICÍPIO | URBANA | RURAL | TOTAL | MULHERES | HOMENS |
|-----------------|---------------|--------|---------------|---------------|---------------|
| Imbituba | 40.170 | --- | 40.170 | 20.365 | 19.805 |
| Laguna | 40.655 | 10.907 | 51.562 | 26.257 | 25.305 |
| Garopaba | 15.320 | 2.818 | 18.138 | 9.011 | 9.127 |
| Paulo Lopes | 4.820 | 1.872 | 6.692 | 3.288 | 3.404 |
| Imaruí | 4.005 | 7.667 | 11.672 | 5.807 | 5.865 |

Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Quando comparados os quantitativos para homens e mulheres, os números se mostram bem iguais para todos os municípios.

Tabela 04 - População de Imbituba e municípios da AMUREL

| Municípios da AMUREL | População 1991 | População 2000 | População 2010 | População 2021 - proj |
|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|
| Imbituba | 30.479 | 34.770 | 40.170 | 45.711 |
| Brasil | 146.825.475 | 169.798.885 | 190.755.799 | 213.317.639 |
| Armazém | 6.553 | 6.873 | 7.753 | 8.843 |
| Braço do Norte | 17.037 | 24.355 | 29.018 | 34.294 |
| Capivari de Baixo | 16.216 | 18.561 | 21.674 | 25.477 |
| Grão Pará | 5.626 | 6.040 | 6.223 | 6.621 |
| Gravatá | 6.550 | 10.799 | 10.635 | 11.652 |
| Imaruí | 15.210 | 13.404 | 11.672 | 9.764 |
| Garopaba | 10.821 | 13.164 | 18.138 | 24.070 |
| Jaguaruna | 12.315 | 14.613 | 17.290 | 20.547 |
| Laguna | 44.684 | 48.498 | 51.562 | 46.424 |
| Pedras Grandes | 5.359 | 4.525 | 4.107 | 3.931 |
| Pescaria Brava | | | | 10.225 |
| Rio Fortuna | 4.316 | 4.543 | 4.446 | 4.630 |
| Sangão | 5.251 | 8.128 | 10.400 | 13.128 |
| Santa Rosa de Lima | 2.555 | 2.007 | 2.065 | 2.151 |
| São Ludgero | 5.488 | 8.587 | 10.993 | 13.886 |
| São Martinho | 3.300 | 3.274 | 3.209 | 3.162 |
| Treze de Maio | 6.610 | 6.716 | 6.876 | 7.104 |
| Tubarão | 80.841 | 88.470 | 97.235 | 107.143 |
| | 279.211 | 317.327 | 353.466 | 398.763 |

(*) Elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 12.690, de 25-10-2003.

Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2010; IBGE, 2010.

A Tabela acima, demonstra uma série temporal do quadro de crescimento populacional do município, em relação aos municípios integrantes da Região da AMUREL, entre os anos de 1991, 2000, 2010 e projeção 2021, no qual, nota-se um crescimento gradativo para a população de Imbituba, em todos os períodos (ATLAS BRASIL-2010; IBGE-2010).

1º LUGAR: Tubarão com 107.143 habitantes

2º LUGAR: Laguna com 46.424 habitantes

3º LUGAR: Imbituba com 45.711 habitantes

Considerando análises realizadas pela empresa SANEVILLE para a revisão do PMSB (2022), sobre a definição da melhor projeção populacional para o município, foi considerada a evolução da população entre os anos de 1980 a 2010, segundo dados do IBGE (2021).

De acordo com o PMSB (2022), “nota-se que entre os anos de 1980 e 2010 (último censo realizado), houve um crescimento populacional da ordem de 60%”, considerando dados da população fixa, o que corresponde a 14.962 habitantes, “com

crescimento anual médio de 1,81%, passando de 25 mil habitantes em 1980 para 40 mil habitantes em 2010” (SANEVILLE, 2022).

Tabela 05 - Crescimento populacional de Imbituba

| | População Total (hab) | Taxa de Cresc. da Pop. Total (%a.a.) |
|------|------------------------------|---|
| 1980 | 25.155 | |
| 1991 | 30.942 | 1,90% |
| 2000 | 35.700 | 1,60% |
| 2007 | 36.117 | 0,17% |
| 2010 | 40.117 | 3,56% |

Fonte: SANEVILLE, 2021; Dados: IBGE, 2021.

É importante salientar que a empresa SANEVILLE, analisou diversos modelos de cálculo, sobre projeções populacionais existentes, contidas em planos municipais e regionais, que coincidiram integralmente ou parcialmente, com o horizonte futuro definido para o município de Imbituba.

Considera-se também, as dificuldades enfrentadas por conta do longo período sem realização do censo populacional pelo IBGE,

sendo o último, referente a 2010, e a partir desta data, foram “divulgadas estimativas populacionais que podem ou não divergirem da realidade de Imbituba/SC” (SANEVILLE, 2022).

Desta forma, a partir de bibliografias existentes sobre os modelos de projeção populacional, a empresa, buscou “a elaboração de alternativas que melhor se enquadrassem com a realidade observada no município bem como aos planos municipais e regionais, evitando, na medida do possível, modelos que apresentassem divergências acentuadas” (SANEVILLE, 2022).

Foram elaboradas 5 alternativas, entre as quais, a escolhida foi a Alternativa 01, que segundo SANEVILLE (2022),

após a análise e reunião ocorrida com o GA – Grupo de Acompanhamento criado pelo município de Imbituba para auxiliar os trabalhos de revisão do PMSB, adotou-se a Alternativa nº 01 como a mais adequada para a cidade de Imbituba.

Esta alternativa consiste na utilização da estimativa elaborada no PMSB de 2015, a qual, havia adotado um horizonte de 35 anos (2016 a 2050), no entanto, para a nova revisão do PMSB de 2022, foi adotado um horizonte de 20 anos (2021 a 2041).

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

A elaboração da projeção populacional, realizada no PMSB (2015), adotou o método Geométrico, da seguinte forma:

observando o crescimento da população fixa ocorrido entre o ano de 2010 e 2014 (estimado pelo IBGE), sendo então aplicado a taxa de 1,54% a.a. Já para a população flutuante, decorrente da temporada de verão, utilizou-se a média observada nos municípios vizinhos de Garopaba e Laguna, chegando ao valor de 71,5% em relação à população fixa do município de Imbituba.

Tabela 06 - Estimativa populacional – 20 anos

| Estimativa Populacional do PMSB de 2015 | | | |
|---|-----------------------|----------------------------|------------------------|
| Ano | População Fixa (hab.) | População Flutuante (hab.) | População Total (hab.) |
| 2021 | 47.541 | 34.006 | 81.547 |
| 2022 | 48.275 | 34.531 | 82.806 |
| 2023 | 49.020 | 35.064 | 84.084 |
| 2024 | 49.777 | 35.605 | 85.382 |
| 2025 | 50.545 | 36.155 | 86.700 |
| 2026 | 51.325 | 36.713 | 88.038 |
| 2027 | 52.117 | 37.279 | 89.396 |
| 2028 | 52.922 | 37.855 | 90.777 |
| 2029 | 53.739 | 38.440 | 92.179 |
| 2030 | 54.568 | 39.032 | 93.600 |
| 2031 | 55.410 | 39.635 | 95.045 |
| 2032 | 56.266 | 40.247 | 96.513 |
| 2033 | 57.134 | 40.868 | 98.002 |
| 2034 | 58.016 | 41.499 | 99.515 |
| 2035 | 58.911 | 42.139 | 101.050 |
| 2036 | 59.820 | 42.789 | 102.609 |
| 2037 | 60.744 | 43.450 | 104.194 |
| 2038 | 61.681 | 44.120 | 105.801 |
| 2039 | 62.633 | 44.801 | 107.434 |
| 2040 | 63.600 | 45.493 | 109.093 |
| 2041 | 64.582 | 46.196 | 110.778 |

Fonte: PMSB Imbituba, 2015.

Neste método, a população fixa apresenta-se coerente com as estimativas do IBGE, resultando “um crescimento da população fixa, da ordem de 1,54% a.a., o que resulta em um acréscimo médio de 852 habitantes por ano, sendo este valor 28% maior do que o crescimento observado nos censos populacionais realizados”,

sendo a que mais se aproxima a realidade de Imbituba (SANEVILLE, 2022).

Diante do contexto apresentado, este modelo de projeção populacional será adotado, também, para o planejamento da revisão do Plano Diretor Municipal, visando equiparar-se aos demais planos municipais e regionais. No entanto, é importante que seja revisto, logo após a conclusão do novo Censo Demográfico do IBGE, visando conferir se há inconsistências nos dados utilizados.

De acordo com os resultados demonstrados na tabela de Estimativa Populacional e considerando a projeção de revisão dos Planos Diretores, ocorrerem de 10 em 10 anos, nota-se uma projeção populacional para o ano de 2033, em torno de 57.134 hab. para população fixa e, 98.002 hab. para população fixa somada a flutuante, correspondendo a um aumento de 13.918 hab., quando comparado ao ano de 2023.

Esta projeção permite criar reflexões sobre o planejamento urbano futuro, diante da dinâmica das atividades portuárias de escoamento de mercadorias, bem como, turísticas no município de

Imbituba, que intensificam tanto o crescimento urbano, quando a chegada de turistas, principalmente, no verão, gerando um inchaço da população.

Este inchaço reflete também, na oferta da infraestrutura básica (água, energia, esgoto, coleta de lixo), e em congestionamentos, falta de lugares para estacionamento e conflitos viários, que necessitam ser ampliados e bem estruturados para absorver este impacto sem afetar a população local.

5.2 DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA

Os aspectos relacionados à economia no município de Imbituba, giram, principalmente, em torno do Porto de Imbituba e das atividades relacionadas ao Turismo, que constituem as principais fontes de emprego do município.

O Porto de Imbituba, desenvolveu importante papel econômico para o desenvolvimento da região sul catarinense até a década de 90, data em que se encerra o ciclo do carvão e dá início a uma nova reestruturação interna, com a movimentação de navios de carga

para o transporte de cargas diversificadas em contêineres (fertilizantes, ração animal e granéis sólidos) (SCPAR, 2023).

Este fato, gerou uma mudança no cenário econômico, na circulação de pessoas, bens e serviços da região, proporcionando instalações de novas empresas de logística, no município.

Em 2012, o Governo de Santa Catarina, por meio da SCPAR - Participações e Parcerias, assumiu a administração do Porto de Imbituba, onde em 2016, bateu recorde de movimentação anual, com o início do “sistema de agendamento eletrônico para recebimentos de caminhões”.

Em 2017, cerca de 250 navios atracaram no porto, movimentando cerca de 50 mil contêineres, totalizando mais de 4,5 milhões de toneladas de cargas e, em 2020, conquistou o Prêmio Portos + Brasil, através dos resultados do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias – IGAP (SCPAR, 2023).

Outro setor primordial e que movimenta a economia do município é o Setor de Serviços, impulsionado pelas demandas do Porto de Imbituba e pela atividade turística, tendo em vista que as praias de

Imbituba são amplamente conhecidas e procuradas (SANEVILLE, 2022).

PERFIL ECONÔMICO

Comércio e Prestação de Serviços: 57,9% de todo o valor agregado

Serviços Públicos: 29,2%

Indústria: 10,9%

Agricultura: 2,0%

Fonte: (SANEVILLE, 2022).

Segundo dados do IBGE, Imbituba ocupa o 72º lugar no ranking com maior PIP Per Capita, entre os 295 municípios catarinenses, chegando ao valor de R\$ 47.432,32, em 2020. Já quando comparado aos municípios do Brasil, encontra-se na posição 685º de 5.570 (IBGE, 2010).

RENDA PER CAPITA: R\$ 768,81 (ATLAS, 2010)

POPULAÇÃO COM EMPREGO FORMAL: 27,6% (IBGE, 2020)

RENDA MÉDIA: 2,2 salários mínimos (IBGE, 2020)

POPULAÇÃO COM RENDA MENSAL PER CAPITA DE ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO: 31,3% (IBGE, 2010)

Considerando os dados indicados na tabela sobre o comparativo do PIB per capita entre os municípios da AMUREL, percebe-se que Imbituba se destaca, pois apresenta uma variação percentual positiva de 5,81%.

No entanto, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico com Sustentabilidade do Município (2023), sugere-se que o município desenvolva novas estratégias para potencializar as existentes, incorporando novas alternativas para alavancar seu desenvolvimento econômico, contribuindo para elevar seu PIB, em benefício da população.

Tabela 07 - PIB per Capita – municípios da AMUREL

| Municípios da Região AMUREL | PIB per capita 2013 | PIB per capita 2014 | PIB per capita 2015 | PIB per capita 2016 | Variação % |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| Imbituba | 19,61 | 19,80 | 19,71 | 20,75 | 5,81% |
| Brasil | 22,20 | 22,44 | 21,17 | 20,19 | -9,05% |
| Armazém | 14,05 | 15,93 | 13,86 | 13,07 | -6,98% |
| Braço do Norte | 20,93 | 22,83 | 22,26 | 20,92 | -0,05% |
| Capivari de Baixo | 29,74 | 23,79 | 17,07 | 17,64 | -40,69% |
| Grão Pará | 19,58 | 22,46 | 20,61 | 20,25 | 3,42% |
| Gravatal | 10,38 | 10,36 | 12,18 | 11,91 | 14,74% |
| Imaruí | 11,25 | 11,12 | 10,82 | 10,72 | -4,71% |
| Garopaba | 14,49 | 15,55 | 15,08 | 14,71 | 1,52% |
| Jaguaruna | 13,85 | 15,16 | 15,26 | 15,68 | 13,21% |
| Laguna | 12,72 | 13,30 | 12,25 | 11,57 | -9,04% |
| Pedras Grandes | 17,33 | 20,48 | 19,79 | 21,87 | 26,20% |
| Rio Fortuna | 39,09 | 40,81 | 36,15 | 33,36 | -14,66% |
| Sangão | 16,54 | 15,95 | 15,28 | 13,79 | -16,63% |

| | | | | | |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|---------|
| Santa Rosa de Lima | 15,45 | 16,58 | 16,47 | 14,70 | -4,85% |
| São Ludgero | 39,12 | 37,65 | 34,62 | 30,79 | -21,29% |
| São Martinho | 16,45 | 17,18 | 15,31 | 15,80 | -3,95% |
| Treze de Maio | 13,23 | 12,63 | 12,82 | 13,38 | 1,13% |
| Tubarão | 23,07 | 25,58 | 22,72 | 21,85 | -5,29% |

Fonte: (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2022); (IBGE, 2010).

Tabela 08 - Renda per Capita – municípios da AMUREL

| Municípios da Região AMUREL | Renda per capita 1991 | Renda per capita 2000 | Renda per capita 2010 | Variação % |
|-----------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| Imbituba | 330,05 | 500,55 | 768,81 | 132,94% |
| Brasil | 447,56 | 592,46 | 793,87 | 77,38% |
| Armazém | 322,36 | 545,88 | 814,95 | 152,81% |
| Braço do Norte | 340,57 | 855,53 | 831,77 | 144,23% |
| Capivari de Baixo | 305,37 | 459,74 | 723,04 | 136,78% |
| Grão Pará | 474,42 | 774,55 | 845,01 | 78,11% |
| Gravatal | 321,27 | 469 | 730,8 | 127,47% |
| Imaruí | 259,79 | 378,37 | 516,73 | 98,90% |

| | | | | |
|--------------------|--------|--------|---------|---------|
| Garopaba | 222,32 | 468,80 | 784,88 | 253,04% |
| Jaguaruna | 317,06 | 526,58 | 701,05 | 121,11% |
| Laguna | 275,14 | 494,74 | 684,42 | 148,75% |
| Pedras Grandes | 267,48 | 435,53 | 683,36 | 155,48% |
| Rio Fortuna | | | | |
| Sangão | 259,5 | 511,55 | 1570,51 | 505,21% |
| Santa Rosa de Lima | 284,2 | 620,98 | 730,38 | 157,00% |
| São Ludgero | 229,78 | 461,56 | 731,43 | 218,32% |
| São Martinho | 457,56 | 675,16 | 884,18 | 93,24% |
| Treze de Maio | 249,85 | 858,09 | 870,77 | 248,52% |
| Tubarão | 275,87 | 566,64 | 746,89 | 170,74% |

Fonte: (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2022); (IBGE, 2010).

Segundo dados informados no ATLAS BRASIL (2010), a renda per capita no município é de R\$ 768,81, muito próxima ao índice brasileiro, sendo que a renda média é de 2,2 salários mínimos (IBGE 2020).

Porém, o resultado da variação percentual positiva, de 132,94%, indicada na tabela de comparativo sobre Renda per capita, entre
Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

municípios da região da AMUREL, incorpora importantes variáveis de fatores locais e externos, como a chegada de novos residentes que trazem uma renda consolidada, gerando um aumento no índice de renda per capita, que, conseqüentemente, eleva seu nível para intermediário.

De acordo com análises realizadas pelo SEBRAE, para o Plano Estratégico do Turismo de Imbituba (2018), sobre criar novas oportunidades de trabalho e renda, o plano propõe a seguinte missão do turismo de Imbituba:

Promover o desenvolvimento sustentável do turismo, com especial ênfase nos segmentos de ecoturismo, sol & praia e turismo de aventura, de modo a superar as expectativas dos visitantes, gerar novas oportunidades de trabalho e renda e ampliar qualidade de vida para seus moradores (SEBRAE, 2018).

Outro fator a considerar é o baixo percentual de emprego formal, de 27,6% e a população com renda mensal per capita de até 1,5

salário mínimo, de 31,3%, neste sentido, sugere-se criar novas estratégias para elevar a renda local (IBGE 2020).

Já em relação aos dados informados pelo IBGE, sobre a situação da população vulnerável a pobreza, notou-se um índice bastante alto, de 15,99%, quando comparado a população total do município.

POPULAÇÃO FIXA: 40.170hab (Censo - IBGE, 2010)

POPULAÇÃO ESTIMADA: 45.711hab (IBGE, 2021)

POPULAÇÃO EXTREMAMENTE POBRE: 0,88% (IBGE, 2010)

POPULAÇÃO POBRE: 5,08% (IBGE, 2010)

POPULAÇÃO VULNERÁVEIS A POBREZA: 15,99% (IBGE, 2010)

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025), tem-se identificado no município, um aumento na quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade a pobreza, bem como, identifica também, alguns locais com habitações em áreas de risco

nos bairros Paes Leme, Vila Nova Alvorada, Praia do Porto e Morro do Pacheco.

O Plano apresenta estudos sobre os principais tipos de vulnerabilidades e riscos, vivenciados pelas famílias e/ou indivíduos no município, e desenvolve diversos projetos e programas de assistência social, bem como, ajuda econômica, através de cadastros em plataformas governamentais, com o intuito de reduzir esta demanda.

Aponta também, que “as situações de vulnerabilidade podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos, de discriminações etárias, étnicas, de gênero, as quais estão expostos às famílias e indivíduos” (PMAS – PMI, 2022-2025).

Registra-se que o ano de 2020, foi marcado pela Pandemia do novo coronavírus, onde as famílias passaram por períodos de quarentena, agravando situações de risco ou vulnerabilidades, já que houve o aumento do período de convivência familiar, um outro

dado, que reflete em números as vulnerabilidades presentes no município, diz respeito à Pessoa em Situação de Rua.

Segundo dados cadastrados no CREAS, estas pessoas são originárias dos estados da região sul e sudeste do Brasil e do Mercosul (argentinos, uruguaios, venezuelanos e peruanos); em maioria do sexo masculino e com idades variando entre 17 e 59 anos (PMAS – PMI, 2022-2025).

Diante do contexto apresentado, são inúmeros os tipos de situação de vulnerabilidade encontrados no município, porém, o município tem uma boa base de apoio e já atua efetivamente na solução destas problemáticas.

De acordo com a dinâmica social e econômica, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de Imbituba é de 0,765, considerado como de alto nível de qualidade de vida da população, o qual quase se equipara aos valores a nível de Estado e País.

IDHM Imbituba: 0,765 (IBGE 2010).

IDHM Santa Catarina: 0,774 (IBGE 2010).

IDHM Brasil: 0,727 (ATLAS BR, 2017).

Quando comparado com os municípios da região da AMUREL, percebe-se que o município de Imbituba foi elevando seus índices ao longo dos anos, passando de 0,542, nível baixo, em 1991; para nível médio, em 2.000; e, para alto, em 2010 e apresenta uma variação de apenas 41,14%, considerada baixa.

Ao comparar os resultados com os demais municípios, a exemplo de Santa Rosa de Lima, que chegou ao máximo de 79,38% e Garopaba, com 67,33%, duas realidades bem distintas, mas que se desenvolvem amplamente na área do turismo rural, para Santa Rosa de Lima e, litorâneo, para Garopaba, dentre outros dados importantes que elevam os níveis de Renda, Educação e Longevidade.

Tabela 09 - IDHM – municípios da AMUREL

| Municípios da Região da AMUREL | IDHM 1991 | IDHM 2000 | IDHM 2010 | Variação % |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Imbituba | 0,542 | 0,658 | 0,765 | 41,14% |
| Brasil | 0,493 | 0,612 | 0,727 | 47,46% |
| Armazém | 0,529 | 0,666 | 0,770 | 45,56% |
| Braço do Norte | 0,559 | 0,687 | 0,778 | 39,18% |
| Capivari de Baixo | 0,554 | 0,672 | 0,767 | 38,45% |
| Grão Pará | 0,495 | 0,634 | 0,736 | 48,69% |
| Gravatal | 0,552 | 0,629 | 0,757 | 37,14% |
| Imaruí | 0,474 | 0,557 | 0,667 | 40,72% |
| Garopaba | 0,450 | 0,635 | 0,753 | 67,33% |
| Jaguaruna | 0,456 | 0,616 | 0,721 | 58,11% |
| Laguna | 0,526 | 0,646 | 0,752 | 42,97% |
| Pedras Grandes | 0,448 | 0,609 | 0,728 | 62,50% |
| Rio Fortuna | 0,489 | 0,652 | 0,806 | 64,83% |
| Sangão | 0,427 | 0,567 | 0,700 | 63,93% |
| Santa Rosa de Lima | 0,422 | 0,587 | 0,757 | 79,38% |

| | | | | |
|---------------|-------|-------|-------|--------|
| São Ludgero | 0,542 | 0,664 | 0,755 | 39,30% |
| São Martinho | 0,495 | 0,635 | 0,742 | 49,90% |
| Treze de Maio | 0,445 | 0,607 | 0,729 | 63,82% |
| Tubarão | 0,602 | 0,721 | 0,796 | 32,23% |

Fonte: (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2022); (IBGE, 2010).

Em relação aos indicadores das três esferas do desenvolvimento humano, Imbituba apresenta para 2010, um IDHM – Renda, com índice de 0,734, considerado alto; um IDHM – Educação, com índice de 0,703, alto e, um IDHM – Longevidade, com índice de 0,868, considerado muito alto (ATLAS BR, 2020).

IDHM Renda Imbituba: 0,734 – Nível ALTO

IDHM Educação Imbituba: 0,703 – Nível ALTO

IDHM Longevidade Imbituba: 0,868 – Nível MUITO ALTO

Fonte: (IBGE, 2010).

Desta forma, perante os dados analisados, percebe-se que o município de Imbituba, apresenta bons resultados de crescimento econômico, bem como, já possui um alto nível de qualidade de vida, no entanto, é necessário explorar melhor seu potencial, tanto ambiental, quanto econômico, criando novas estratégias para ampliar as oportunidades de trabalho e renda.

| QUESTÕES QUALIFICADORAS | |
|---|---|
| Questão 1: O município possui potencial para estimular novas atividades econômicas em diferentes áreas. | |
| 01 | Na região do município, percebe-se potencial para expansão de diferentes atividades: turismo, comercial e serviços, industrial, rural e pesca; |
| 02 | Há potencial para ampliação da área industrial, ampliando a oferta de empregos, e fornecendo maior suporte às atividades portuárias. |
| Questão 2: O município possui atividade rural e de pesca, especialmente artesanal, com potencial para ampliar essas áreas e atividades. | |
| 01 | O município possui áreas não ocupadas por atividades rurais ou urbanas, que tampouco apresentam relevância ambiental, passíveis de serem convertidas em áreas rurais; |

| | |
|--|--|
| 02 | O município necessita criar mecanismos para incentivar a atividade da pesca. |
| Questão 3: O Porto de Imbituba tem um grande impacto positivo economicamente no município e região, mas tem um impacto negativo relacionado à mobilidade, à poluição e à percepção das pessoas | |
| 01 | A atividade portuária e sua cadeia logística e produtiva impacta na mobilidade do município; |
| 02 | Há região de pesca artesanal no entorno do Porto que deve ser preservada; |
| 03 | Há necessidade de alterar o sistema viário para facilitar as atividades portuárias e minimizar os conflitos com os moradores próximos da região. |
| Questão 4: O município tem potencial para produção rural e possui áreas sem uso ou subutilizadas | |
| 01 | Há conflitos entre a ocupação urbana e a ocupação rural; |
| 02 | Há necessidade de preservação de áreas destinadas à produção rural e agropastoril; |
| 03 | Há necessidade de preservação ao equilíbrio existente entre atividades agrícolas, pecuárias e área urbana; |
| 04 | Há necessidade de um programa de incentivo agrícola e preservação de áreas para a prática no Bairro Ibiraquera; |
| 05 | Há áreas rurais com potencial turístico sustentável para favorecer a economia local. |

6. ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

O diagnóstico da realidade sobre a infraestrutura urbana e oferta de serviços públicos no município de Imbituba, tem como objetivo demonstrar as necessidades, deficiências e potencialidades encontradas nos diferentes bairros, visando um planejamento comprometido com a equitativa distribuição regional de serviços e equipamentos comunitários, comprometido com o bem estar da população.

A infraestrutura urbana de uma cidade, compreende o conjunto de serviços básicos e necessários à instalação de edificações em geral - seja residencial, comercial, institucional ou industrial, dentre eles, água, esgoto, energia, transporte público, que são os principais sistemas obrigatórios de abastecimento e saneamento básico a qualquer área urbanizada e ocupada pela população.

Os serviços públicos, compreendem os equipamentos urbanos de uso coletivo, que devem atender toda a cidade, mas dependem de sua área de abrangência e representam o conjunto de atividades prestadas à cidade, dentre eles, saúde, educação, lazer, segurança, que contribuem para uma melhor qualidade de vida da população.

6.1 INFRAESTRUTURA

6.1.1 Abastecimento de Água, Esgoto e Drenagem de águas pluviais

As informações referentes ao atendimento de abastecimento de água, esgoto e drenagem de águas pluviais no município, são retiradas de documentos resultantes da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB (2022), do Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico – SNIS, (2015 a 2019), do Plano de Emergência e Contingência SAA e SES (temporada 2019/2020) e de outras fontes que se fizerem necessárias.

O gerenciamento e execução dos serviços de abastecimento de água, esgoto e drenagem pluvial, do município de Imbituba, estava sobre responsabilidade da Prefeitura Municipal, até o ano de 2019.

Em 2018, foi criado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE, através da Lei Municipal nº 4.906/2018 e, atualmente, segundo PMSB (2022), “as competências sobre o saneamento municipal se encontram em processo de transição”, passando da Prefeitura para o SAMAE, o qual, iniciou seu funcionamento em janeiro de 2021, estando, ainda, em processo de implantação.

De acordo com a Lei, o SAMAE de Imbituba, ficou responsável pelos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem urbana.

Em 2018, o município, também, ingressou no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM-SUL, através da Lei Municipal nº 4.951/2018, junto a outros 21 municípios. Este consórcio tem como finalidade dar apoio ao desenvolvimento do saneamento básico nos municípios do sul e extremo sul catarinense, por meio dos serviços de regulação, fiscalização e análises laboratoriais.

No entanto, segundo PMSB (2022), “o CISAM-SUL não realiza a regulação do município de Imbituba”, pois, os procedimentos de contratação, encontram-se em tramitação, permanecendo, ainda, como órgão fiscalizar, a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC.

Atualmente, o Sistema de Abastecimento de Água – SAA de Imbituba é composto por duas estações de tratamento de água, localizados nos bairros Nova Brasília (ETA Principal) e Boa Vista (ETA Secundária), tendo como manancial principal, o Rio D’Una.

O manancial é monitorado periodicamente, sendo analisado por diversos parâmetros e, seus resultados, o caracterizam ser de boa qualidade para o consumo humano, porém, segundo PMSB (2022), “é importante ressaltar que não foram identificados controles referentes à presença de defensivos agrícolas no manancial”, no entanto, este controle se faz necessário, devido à presença de rizicultura, no entorno da captação.

Outro parâmetro que não foi observado no monitoramento, é em relação ao controle da salinidade no ponto de captação de água, pois o manancial sofre influência pontual da maré.

A ETA – 01 (Principal), possui um sistema de tratamento convencional com capacidade máxima de 290 l/s, suficiente para o atendimento de uma população de aproximadamente, 167 mil pessoas - não considerando perdas do sistema; sua captação ocorre no Rio D’Una e, após tratada, é recalçada para 10 reservatórios espalhados pela cidade, com capacidade total de 4.750m³.

Já a ETA – 02 (Secundária), corresponde a um sistema complementar de abastecimento de água, que faz parte do SAA de

Laguna, administrado pela CASAN. Está localizado no bairro Boa Vista, em Imbituba, com captação subterrânea em poço raso de 44m e extração máxima de água, de apenas 18,6 l/s, possui um sistema de tratamento por desinfecção simples e é utilizada apenas para o abastecimento do bairro Itapirubá e região norte de Laguna.

A rede de distribuição de água tratada, possui em torno de 327 km e atende, praticamente, todos os bairros do município, atingindo 100% da população.

De acordo com o relatório mensal dos serviços de água e esgoto de dezembro de 2020, fornecido pela Serrana Engenharia, existem ao todo, no município de Imbituba, 26.549 economias de água, destas, 92,26% são do tipo residencial; 6,54% comercial; 0,17% industrial e 1,03% público.

Tabela 10 - Número de economias

| ECONOMIAS | DEZEMBRO DE 2020 |
|--------------------|-------------------------|
| RESIDENCIAL | 23.753 |
| RESIDENCIAL SOCIAL | 740 |
| COMERCIAL | 1.737 |
| INDUSTRIAL | 46 |
| PODER PÚBLICO | 273 |
| TOTAL | 26.549 |

Fonte: Serrana Engenharia, 2020, com adaptação Fundação UnoversaSul, 2023.

Conforme análise do histórico de informações entre os anos de 2015 a 2019, fornecido pelo SNIS, notou-se que houve um aumento em torno de 14,1% no número de economias ativas no município, bem como, um acréscimo de 18,5% no número de economias residenciais ativas, que corresponde a 3.239 novas residências atendidas num período de 5 anos.

Obras, investimentos e metas a serem alcançadas

Conforme dados fornecidos pelo SNIS, entre os anos de 2015 a 2019, foram investidos em obras de melhorias no SAA de Imbituba, em torno de R\$ 3 milhões, com média de, aproximadamente, R\$ 629 mil por ano.

Em 2020, segundo dados informados pela Serrana Engenharia, foram realizadas melhorias significativas no SAA, que totalizaram um investimento de R\$ 820 mil reais, sendo R\$ 759 mil em serviços de operação e R\$ 61 mil em serviços emergenciais.

Com relação as metas a serem alcançadas em melhorias para o SAA, o PMSB anterior, elaborado em 2015, havia previsto 18 metas imediatas (2016 – 2018) e outras 7 metas, de curto prazo, totalizando 25 metas, que deveriam ser atendidas até o ano de 2023.

Considerando as análises realizadas para a revisão do PMSB (2022), observou-se a conclusão plena ou parcial de 9 metas imediatas e 4 metas de curto prazo, atendendo de uma maneira geral, 52% do montante de 25 metas, podendo ainda haver conclusão das demais metas, até o final do prazo estipulado, durante o ano de 2023.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Demandas PMSB (2015) – Metas Imediatas 2016 - 2018

- Implantação de programas de proteção do manancial (Rio Duna);
- Recomposição de mata ciliar dos mananciais;
- Manutenção de adutoras de água bruta;
- Projetos e implantação p/ regularização de vazão mínima p/ 250 L/s de outorga;
- Adequação do processo de tratamento de água;
- Investimento em reservação;
- Cadastro técnico;
- Eficiência energética;
- Criação do Núcleo de Mobilização e Educação Ambiental;

Demandas (2015) – Metas Curto Prazo 2019 - 2023

- Ampliação/substituição de redes e ligações, criado em 2020, adutora Nova Brasília;

- Manutenção do Núcleo de Mobilização e Educação Ambiental;
- Manutenção de Cadastro Georreferenciado.

De acordo com as análises realizadas pelo PMSB (2022), o Sistema de Esgotamento Sanitário – SES, do município de Imbituba começou a ser planejado no ano de 2007 e entrou em operação, em 2009 e, até o momento, “apenas o Bairro Paes Leme e uma pequena parcela da área central possuem a rede coletora instalada”.

Informa ainda que, a prioridade de implantação nesta região, ocorreu devido aos impactos causados pelo esgoto doméstico na Lagoa da Bomba e pela característica do lençol freático da região ser muito raso, o que dificultava o uso do sistema de fossa e filtro.

De acordo com os dados do SNIS (2015 a 2019), o município possui, atualmente, 10.340m de rede coletora de esgoto instalada e o esgoto domiciliar coletado é direcionado até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), localizada na Rua Pedro Saruga, no bairro Paes Leme, as margens da Lagoa da Usina.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Esta ETE foi concebida para atender uma população máxima de 3.000 pessoas, com vazão média de 5 l/s e, máxima de 9 l/s e, conforme informações do SNIS, em 2019, realizou-se o tratamento de 180.000m³ de efluentes, que correspondeu uma vazão média de 5,71l/s, o que corresponde aproximadamente, 3.140 pessoas, distribuídas em 476 ligações e 684 economias ativas, o que corresponde ao atendimento de 7% da população total do município, o que confirma sua eficiência.

A Lagoa da Usina, é o corpo hídrico receptor dos efluentes tratados pela ETE Paes Leme, possui aproximadamente, 8 ha de lâmina d'água e recebe também águas de pequenos córregos, mas não tem ligação direta com o mar.

No entanto, em abril de 2020, foram realizadas análises em amostragens das águas da lagoa, em dois pontos distintos, que segundo o PMSB (2022), notou-se que as águas apresentaram qualidade ruim, quanto aos parâmetros de Decomposição de Matéria Orgânica – DBO e Oxigênio Dissolvido – OD, “estando estes valores acima do permitido pela legislação vigente”.

O PMSB (2022), afirma que “a falta de circulação e troca de água da lagoa influencia negativamente a sua capacidade de autodepuração e, conseqüentemente, a qualidade de suas águas, não sendo assim, um local indicado para o lançamento de maiores volumes de efluentes tratados”.

Segundo informações atualizadas, em 2021, o município possuía 950 economias atendidas pelo atual sistema de esgotamento sanitário, onde 657 são economias residenciais, 266 comerciais, 13 públicas e 14, residenciais do tipo social, PMSB (2022).

Considerando a baixa cobertura de rede de coleta de esgoto no município, e tendo a possibilidade de escoamento de efluentes de esgotos domésticos estarem atingindo e contaminando as praias da orla marítima, são realizadas, periodicamente, coletas de amostras de água das principais praias, visando verificar a balneabilidade.

Quadro 07 - Balneabilidade das praias de Imbituba

| BALNEÁRIO / LOCAL DE COLETA | DATA DA COLETA | SITUAÇÃO |
|--|----------------|----------|
| LAGOA DE IBIRAQUERA (Ponto 02) Próximo à boca da barra | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DA RIBANCEIRA (Ponto 04) Frente rua Joao Martins, salva vidas | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DA VILA NOVA (Ponto 06) Rua Francisco Moreira Alves | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DA VILA NOVA (Ponto 07) Rua Hans de Schimidt | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DE IBIRAQUERA (Ponto 03) 100 m ao sul da boca da barra | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DO PORTO (Ponto 05) Próximo ao navio encalhado | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DO PORTO (Ponto 08) Esquerda do molhe central | 28/02/2023 | PRÓPRIA |
| PRAIA DO ROSA (Ponto 01) Canto Sul | 28/02/2023 | PRÓPRIA |

Fonte: IMA/SC, 2021.

A pesquisa de balneabilidade analisa as águas de cada amostra e determina se estão próprias ou impróprias para o banho, ou seja, se estão contaminadas ou não por esgotos domésticos. A existência de esgoto é verificada por meio da contagem da bactéria *Escherichia coli* (E.c.), presente nas fezes de animais de sangue quente (IMA/SC, 2023). Segundo o IMA/SC (2023), as coletas são realizadas mensalmente entre os meses de abril a outubro e, semanalmente, durante a temporada de verão, de novembro a março e, a partir dos parâmetros de análise, considera-se própria ou imprópria para banho.

De acordo com os dados históricos consultados pelo PMSB (2020), entre os anos de 2015 e 2021,

as análises de balneabilidade das praias de Imbituba apresentam-se em perfeitas condições para banho, sendo raras as vezes em que os resultados apresentaram o contrário, com exceção da Praia do Porto (ponto 08), que, em alguns momentos, apresenta-se imprópria para banho, principalmente, pela presença em excesso da bactéria *Escherichia coli*, indicando que neste ponto há, muito provavelmente, a contaminação das águas por esgoto doméstico.

Conforme o Relatório de Balneabilidade nº 16, referente a temporada de 2022/2023, emitido pelo IMA, em 10 de março de 2023, em Imbituba, o ponto 08, mudou de próprio para impróprio, os demais resultados se mantiveram na condição “própria para banho”, ou seja, nenhum ponto apresentou resultado fora dos padrões de balneabilidade. Diante deste contexto, considerando a baixa cobertura de esgoto sanitário existente no município, a gestão da SAMAE, vê a necessidade de se realizar estudos técnicos, sociais e financeiros para implantação de uma única Estação de

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Tratamento de Esgoto para todo o município, assim como também, a ampliação da rede coletora.

O PMSB (2022), afirma ainda que, tanto o SAA, quanto o SES de Imbituba não possuem a Licença de Operação e esta situação deverá ser corrigida com prioridade.

Obras, investimentos e metas a serem alcançadas

De acordo com o PMSB (2022), no ano de 2018, foram investidos em torno de R\$ 286 mil reais na reforma da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, do bairro Paes Leme e, desde então, não foram identificados outros investimentos.

Com relação as metas a serem alcançadas em melhorias para o SES, o PMSB anterior, elaborado em 2015, havia previsto 3 metas imediatas (2016 – 2018) concluindo apenas uma, que corresponde a reforma da ETE, em 2018 e, as demais foram parcialmente concluídas, sendo que as metas de curto prazo, ainda não foram concluídas, mas podem ser atendidas até o ano de 2023.

Demandas PMSB (2015) – Metas Curto Prazo 2019 - 2023

- Elaboração do Projeto Básico e Executivo do SES;

- Adequação documental para Licença Ambiental e Outorga;
- Ligações / Rede Coletora / Elevatórias/ Recalque/ Emissário;
- Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto ETE - 1ª Etapa;
- Implantação de Estação de Tratamento de Esgoto ETE - 2ª Etapa.

Outro serviço prestado pela SAMAE - Imbituba é a drenagem e manejo das águas pluviais no município. Considerando dados retirados do SNIS, entre os anos de 2017 e 2019 e análises realizadas pelo PMSB (2022), pode-se caracterizar a situação atual e as demandas de melhorias futuras.

Segundo informações disponibilizadas pelo SNIS, analisado pelo PMSB (2022), o município possui 700 km de vias, destas, 250 km são vias pavimentadas, mas apenas 122 km, possui algum tipo de estrutura para drenagem pluvial, o que corresponde em torno de 50% das vias pavimentadas e 17,4% do total.

6.1.1.1 Vias públicas e redes de drenagem

Tabela 11 - Rede de drenagem em Imbituba/SC

| Ano | Tipo do Uso | Extensão total de vias (Km) | | Total com pavimento e meio-fio (ou semelhante) | Total de vias públicas com redes ou canais de águas pluviais subterrâneos | Quantidade de bocas de lobo existentes | Quantidade de bocas de leão ou bocas de lobo múltiplas | Quantidade de poços de visita (PV) existentes |
|------|-------------------------|-----------------------------|-------|--|---|--|--|---|
| | | IE016 | IE017 | IE019 | IE024 | IE021 | IE022 | IE023 |
| 2019 | Exclusivo para drenagem | 700,00 | | 250,00 | 122,00 | 4.900 | 50 | 75 |
| 2018 | | 700,00 | | 250,00 | 122,00 | 4.800 | 50 | 75 |
| 2017 | | 700,00 | | | | 4.800 | 50 | 75 |

Fonte: SANEVILLE, 2020 – adaptado de SNIS

Possui 4.950 bocas de lobo e 75 poços de visita, no entanto, segundo o Plano de Saneamento, analisando o conteúdo de anos anteriores, percebe-se que “não há um controle efetivo e atualizado sobre a evolução do sistema de drenagem no município”.

Obras, investimentos e metas a serem

De acordo com contratos e licitações analisados pelo PMSB (2022), entre os anos de 2015 e 2020, o município de Imbituba implantou, aproximadamente, 14,7 km de redes de drenagem pluvial, apresentando um maior investimento em obras, no ano de 2016, chegando a um montante de 1,5 milhão de reais.

Investimentos em drenagem urbana

Tabela 12 - Investimentos em drenagem urbana em Imbituba

| Investimentos | | |
|---------------|--------------------|---------------------|
| Ano | Metros de Drenagem | Recursos (R\$) |
| 2020 | 2.174,80 | 797.194,92 |
| 2019 | 1.858,95 | 466.048,48 |
| 2018 | 2.758,23 | 1.172.499,08 |
| 2017 | 274,00 | - |
| 2016 | 6.022,20 | 1.507.969,72 |
| 2015 | 1.659,63 | 257.938,30 |
| Total | 14.747,81 | 4.201.650,50 |

Fonte: SANEVILLE, 2021 – Obtido junto a contratos e licitações (2015 a 2020).

A maioria dos projetos executivos são elaborados pelo município, em parceria com a AMUREL, sendo que, no período entre 2015 e 2020, foram realizadas obras de infraestrutura para implantação de redes de drenagem pluvial, em 30 ruas espalhadas em diversos bairros, com destaque para os bairros Vila Nova, Centro e Nova Brasília.

Outra questão a ser analisada sobre a eficiência do sistema de drenagem no município é em relação as áreas propícias a ocorrências de alagamentos, principalmente, em sua região central e norte PMSB (2022)

Segundo dados diagnosticados em estudos de mapeamento de áreas de risco, elaborado pela Defesa Civil de Santa Catarina em parceria com o CPRM, em 2014, foram identificadas no município, áreas de média e alta suscetibilidade de inundação de grande energia e áreas de risco geológico – movimentações de terra, deslizamentos e rolamentos, que podem causar grandes danos materiais e vidas perdidas PMSB (2022).

De acordo com histórico de alagamentos, as áreas com situações mais críticas, consideradas de alto e muito alto risco de enxurradas e deslizamentos, ocorrem nos bairros Paes Leme (2 pontos); Vila Nova Alvorada (1 ponto); Praia do Porto (1 Ponto) e no Morro do Pacheco (1 ponto) identificadas pelo CPRM, em 2014 recebendo instruções do mesmo, para monitoramento e mitigação dos riscos.

Na época, foram identificadas em torno de 163 moradias localizadas em áreas de risco, com população estimada de 642 pessoas, sendo monitoradas periodicamente, pela Defesa Civil do município.

Em 2020, foi aprovado o Plano Municipal de Contingência, com o objetivo de antecipar medidas de ações dos órgãos municipais e de

segurança pública, em casos de fenômenos naturais ou de situações emergenciais, tais como, deslizamentos, alagamentos e vendavais, além de orientar as equipes de trabalho, após a ocorrência de um desastre natural PMSB (2022).

Com relação as metas a serem alcançadas em melhorias para o sistema de drenagem e manejo das águas pluviais, o Plano Municipal de Saneamento Básico (2022), identificou que o PMSB anterior, elaborado em 2015, já previa 3 metas imediatas de curto prazo, entre 2016 e 2023, no entanto, nenhuma delas foi concluída.

Demandas PMSB (2015) – Metas Curto Prazo 2019 – 2023

- Elaboração da Base Cartográfica Planialtimétrica Cadastral Municipal dos demais Bairros do Município;
- Elaboração do Plano Diretor de Drenagem Urbana e Projetos de Macrodrenagem;
- Execução de Obras de Drenagem da Fase 01 nos Bairros Nova Brasília e Campestre.

Este fato se dá, talvez pelo fator de alta complexidade, necessitando a contratação de serviços especializadas e um

investimento previsto de 7 milhões de reais, porém, não existe no município, uma arrecadação específica para este tipo de investimento (PMSB, 2022).

6.1.1.2 Limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos

A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos, compreendem os serviços de varrição e limpeza de áreas e estruturas públicas; coleta, transporte e destinação de Resíduos Sólidos Públicos e Domiciliares – RSP e RDO (convencionais e recicláveis); coleta, transporte e destinação de Resíduos do Serviço de Saúde – RSS.

A Empresa responsável pela coleta de resíduos convencionais no município é a Serrana Engenharia, através do Contrato nº 40/2019,

- a) coleta de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, com monitoramento via satélite;
- b) transporte rodoviário, com monitoramento via satélite, tratamento e

destino final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos em aterro sanitário devidamente licenciado.

De acordo com dados analisados, fornecidos pelo SNIS, entre os anos de 2015 a 2019, o sistema consegue atingir 100% de cobertura ao atendimento populacional, que corresponde 43.168 habitantes, destes, 80% são contemplados pela coleta de resíduos entre duas ou três vezes por semana, 15% com frequência diária e 5%, são atendidos semanalmente.

Com relação a quantidade de resíduos domiciliares coletados de forma convencional, na baixa temporada, são recolhidos em média, 36 ton./dia, o que equivale a 1.080 ton./mês. Já na alta temporada, a geração de resíduos aumenta significativamente, chegando a 50 ton./dia e 1.500 ton./mês.

Os resíduos são transportados para a Estação de Transbordo, da Empresa SELUMA, localizada no bairro Mirim, para posteriormente, ser encaminhado ao Aterro Sanitário da Serrana Engenharia, localizado no município de Pescaria Brava, distante 42 km.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

De acordo com o atual contrato de prestação de serviços, o custo da coleta convencional, chega a um valor em torno de R\$ 312 mil reais por mês e R\$ 3,7 milhões por ano.

A Empresa responsável pela coleta seletiva no município é a Cooperativa Cooperzimba, localizada no bairro Vila Nova Alvorada, através do Contrato nº 2019/2003, com o objetivo de realizar a triagem dos materiais recicláveis, porém, apenas em 2019, passou a realizar também, a coleta seletiva, de segunda a sexta-feira, atendendo de 7 a 10 bairros por dia.

Esta alteração aumentou a quantidade de resíduos manejados, passando de 40 ton./mês, em 2018, para em torno de 120 ton./mês, em 2020. Outro fator a considerar são os meses de sazonalidade provocados pela temporada de verão, onde ocorre uma grande variação, chegando até 50% de redução, quando comparado aos meses de temporada.

Segundo dados do SNIS (2020), a empresa atende 100% da população e recupera 6,28% do lixo reciclável, sendo que, a renda gerada sobre a venda do material é rateada entre os cooperados.

Considerando os valores cobrados para a execução dos serviços, o contrato determina que até o limite de 50 ton. ou 100 ton., considerando uma ou duas equipes na frente de trabalho, o valor é de R\$ 872,43/ton. e após este limite, o valor pago reduz para R\$ 368,16/ton. para o volume excedente.

Já os resíduos provenientes dos serviços de saúde, são realizados por empresas terceirizadas, ficando responsável pela coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos e, segundo informações do SNIS, desde 2017, este tipo de resíduo é encaminhado para o município de Chapecó/SC, distante 595 km.

A coleta é realizada três vezes por semana, em 33 instituições relacionadas a saúde pública no município, tais como: hospital, postos de saúde, Vigilância Sanitária; Centro de Referência da Mulher; Policlínica Central; SAMU; Rede Feminina de Combate ao Câncer; Bem-estar animal; Farmácia Básica Municipal; e Centro de Especialidades Odontológicas.

Em 2020, a Empresa RCA Saneamento LTDA, venceu o Pregão Presencial, com o compromisso de executar o serviço pelo valor de R\$1.000,00/mês, totalizando R\$12.000,00 por ano, representado

uma economia de 88,7%, em relação ao valor praticado no contrato anterior.

Os serviços de limpeza urbana, que compreendem a varrição, capina e roçada de áreas públicas de ruas, passeios e praças, eram de responsabilidade da Prefeitura Municipal, passando a Sanitary Serviços de Conservação e Limpeza Eireli – SEINFRA, através do contrato nº 137/2020.

O valor global para a prestação dos serviços é de R\$ 2 milhões por ano, sendo uma remuneração mensal de R\$ 156 mil, durante a baixa temporada e R\$ 186 mil, durante os 4 meses da temporada de verão.

Com relação as metas a serem alcançadas em melhorias nos serviços de resíduos sólidos, o Plano Municipal de Saneamento Básico (2022), identificou que o PMSB anterior, elaborado em 2015, já previa 36 metas imediatas e de curto prazo, das quais, 28 foram atendidas de forma total ou parcial, correspondendo um resultado de 77,8% do total.

Segundo o PMSB (2020), “as metas consideradas não atingidas são, em sua maioria, relacionadas ao licenciamento do sistema de

manejo de resíduos, principalmente quanto à Unidade de Triagem de Resíduos Recicláveis”.

6.1.1.3 Cenários futuros para o saneamento básico de Imbituba

De acordo com o Edital nº 10/2020, realizado pelo CISAM-SUL, os programas, projetos e ações municipais devem possuir um horizonte de 20 anos, tendo os seguintes prazos para o cumprimento das metas – Emergencial (Imediato), Curto Prazo, Médio Prazo e Longo Prazo.

Desta forma, a nova Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, realizada em 2022, apresentou em seu Prognóstico, 3 cenários possíveis, descritos na tabela abaixo, como Tendencial, Normativo e Universalização, sendo que, a escolha de um cenário como referência, permitirá definir a trajetória considerada mais adequada da política e das ações necessárias para o enfrentamento dos desafios diagnosticados para o saneamento no município.

Quadro 08 - Cenários Futuros para Imbituba

| Cenário | Detalhamento |
|-----------------|---|
| Tendencial | Manutenção dos padrões atuais da prestação dos serviços, formulando uma estimativa da realidade futura até o final do horizonte de projeto. |
| Universalização | Pleno atendimento dos serviços, conforme preconiza o NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO (Lei 14.026/2020) |
| Normativo | Assumido como referência para o desenvolvimento do Plano, com base no conhecimento local e capacidade de investimento. |

Fonte: SANEVILLE, 2021.

Desta forma, foi escolhido o cenário Normativo, onde há a busca pela universalização, observando os objetivos do PLANSAB, priorizando as necessidades específicas do saneamento no município e sua capacidade econômico-financeira de investimentos, conforme Metas, distribuídas em programas, projetos e ações, detalhadas no PMSB (2022).

6.1.2 Energia elétrica e iluminação

O fornecimento de energia elétrica no município de Imbituba é realizado pela CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina, com Agência localizada no bairro Paes Leme e a CERPALO - Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes, com agência localizada no bairro Ibraquera.

A partir de dados históricos fornecidos pela CELESC, de janeiro de 1994 a dezembro de 2022, o município possui, sob sua responsabilidade, atualmente, um total de 6.994 unidades consumidoras, considerando, também, a área rural, dentre elas, 3.931 correspondem a unidades residenciais, 1.468 comerciais e 958 industriais (CELESC, 2022).

As demais unidades consumidoras são atendidas pela CERPALO, compreendendo, um total de 10.047 unidades consumidoras, sendo 9.237 unidades residenciais, 763 comerciais, 19 industriais e 28 pelo poder público (CERPALO, 2022).

Tabela 13 - Unidades consumidoras de energia elétrica - CELESC

| UNIDADES CONSUMIDORAS | DEZ/1995 | DEZ/2000 | DEZ/2010 | DEZ/2022 |
|------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Residencial | 1.221 | 1.591 | 2.030 | 3.931 |
| Industrial | 1.027 | 1.043 | 404 | 958 |
| Comercial | 541 | 739 | 1.247 | 1.468 |
| Rural | 16 | 18 | 14 | 25 |
| Poder Público | 38 | 50 | 92 | 127 |

| | | | | |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Iluminação Pública | 164 | 249 | 309 | 339 |
| Serviço Público | 95 | 91 | 105 | 138 |
| Próprio | 7 | 9 | 1 | 8 |
| TOTAL | 3.109 | 3.790 | 4.202 | 6.994 |

Fonte: CELESC – Imbituba, 2022.

De acordo com os dados históricos fornecidos pela CELESC, na tabela acima, pode-se observar um aumento progressivo entre os anos de 1995 a 2022, para ligações de unidades residenciais e comerciais, o que reflete no aumento de áreas consolidadas urbanas e caracteriza, o setor de comércio e prestação de serviços como o mais representativo economicamente.

Outro fator importante a considerar é em relação aos números de unidades industriais, onde se percebe uma queda significativa de 60%, em 2010, quando comparado aos anos de 1995 e 2000, podendo-se constatar o reflexo econômico da paralização do transporte de carvão no Porto de Imbituba, na década de 90.

Após reestruturações realizadas no Porto de Imbituba, em busca da retomada econômica, com o transporte de cargas diversificadas por contêineres, chegando ao auge em 2016, com recorde de

movimentação anual e mantendo este nível, ao longo dos anos, pode-se observar novamente, um impulso na economia do município, perante o aumento de quase 60%, para o ano 2022, no setor industrial.

Este estímulo se dá, não apenas pelas demandas do Porto de Imbituba, mas também, pela Lei nº 3.265, criada em 2007, que oferece incentivos fiscais e econômicos a instalação de novas empresas, indústrias, comerciais, agroindústrias, tecnológicas e de prestadores de serviço no município, proporcionando uma mudança no cenário econômico, na circulação de pessoas, bens e serviços da região (PMI, 2007).

Com relação ao pedido de novas ligações de energia dentro do território do município, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDURB (2019), o terreno deve estar localizado em área urbana consolidada e que tenha ao menos, três equipamentos de infraestrutura urbana implantados no local, dentre eles estão:

denominação social, drenagem de águas pluviais urbanas, abastecimento de água potável,

esgotamento sanitário, distribuição de energia elétrica, bem como, a limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

O acesso ao serviço de energia, apenas será concedido aos imóveis localizados em área urbana consolidada, não sendo liberado a imóveis que estejam em áreas de preservação permanente ou localizados em áreas de risco, ou que se apresentem com alguma irregularidade (PMI, 2019).

| SANEAMENTO AMBIENTAL | |
|---|---|
| Questão 1: Existe crescimento da mancha urbana e/ou novos empreendimentos com possibilidade de impactos nocivos ao meio ambiente. | |
| 01 | Apresenta vetores de expansão urbana formal ou informal sobre áreas ambientais; |
| 02 | Possui áreas de importância ambiental ameaçadas pelo crescimento urbano; |
| 03 | Falta incorporação de infraestrutura sustentável; |

| | |
|---|---|
| 05 | Há possibilidade de incentivar o saneamento ecológico, através do IPTU verde; |
| 06 | Há necessidade de fiscalização dos poluentes em corpos hídricos e lençóis freáticos. |
| Questão 2: O município possui a necessidade de levar esgotamento sanitário para várias regiões, conforme o Plano de Saneamento Básico (2023). | |
| 01 | Atualmente não possui atendimento universal da demanda municipal para saneamento; |
| 02 | Possui assentamentos precários desprovidos de infraestrutura de saneamento e abastecimento de água; |
| 03 | Não apresenta uma Estação de Tratamento de Esgoto que atenda o município em sua totalidade. |
| Questão 3: O município possui deficiência na coleta de lixo reciclável e destinação de resíduos sólidos para outro município. | |
| 01 | Há necessidade de implantar equipamentos vinculados à gestão dos resíduos sólidos; |

| | |
|---|---|
| 02 | Há necessidade de ampliar a coleta de lixo reciclável. |
| Questão 4: O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo. | |
| 01 | Possui ocorrências de alagamentos que necessitam de orientação da política urbana; |
| 02 | Apresenta um modelo de uso e ocupação do solo que pode ser aprimorado por meio de melhorias no sistema de drenagem; |
| 03 | Apresenta necessidade de prever ações de mitigação das ocorrências de risco por conta de alagamentos; |
| 04 | Há necessidade de implementação de um plano de drenagem pluvial em algumas regiões de Imbituba. |

Fonte: Fundação UnoversaSul, 2023.

6.1.3 Mobilidade Urbana e Transporte Público

O Plano de Mobilidade Urbana – PlanMob, foi criado em 2012, quando o Governo Federal instituiu a Política Nacional de

Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587/2012, em atendimento as diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive transportes, além de tratar questões da política urbana estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

A Lei determina a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Mobilidade a todos os municípios, com população acima de 20 mil habitantes, devendo estar compatibilizados e integrados aos planos diretores ou neles inseridos (BRASIL, 2012).

Em Imbituba, o Plano de Mobilidade encontra-se em fase de elaboração desde 2018, no entanto, não foram encontradas informações e/ou materiais desenvolvidos pela empresa contratada, apenas uma publicação, em 2019, indicando o início de um ciclo de audiências públicas, para apresentação do plano de trabalho para os próximos 8 meses, no município.

A mobilidade viária no município de Imbituba, ocorre por redes viárias de ligação intermunicipal, com a rodovia Federal BR-101, que corta o município de norte a sul e por rodovias estaduais, além das redes viárias de ligação municipal, que compreendem as vias urbanas e as estradas vicinais em áreas rururbanas.

Possui dois acessos principais pela rodovia Federal BR-101. Ao Norte, pelo trevo de Nova Brasília, sentido Centro e ao Sul, pelo trevo do Porto da Vila, sentido Vila Nova.

Os acessos secundários ocorrem por rodovias estaduais a partir da BR-101, pela SC-437, com início no trevo de Nova Brasília, sentido Imaruí e pela SC-434, com início no trevo de Campo Duna, sentido Garopaba, sendo que, os demais acessos com municípios limítrofes, se fazem por estradas vicinais.

O município de Imbituba, tem o privilégio de poder utilizar o transporte intermodal, (rodoviário, hidroviário e ferroviário) pois, possui conexão com a rodovia federal BR-101, o Porto de Imbituba, a Ferrovia Tereza Cristina – FTC, além disso, tem proximidade com aeroportos da região.

O município está bem localizado, em relação a conexões com o Aeroporto Internacional Floripa Airport, em Florianópolis, distante 105,2km; Aeroporto Regional Humberto G. Bortoluzzi, em Jaguaruna, distante 79,2km e, Aeroporto Regional Diomício Freitas, em Forquilha, distante 125,9km, favorecendo o

fortalecimento do turismo e o aumento da circulação de pessoas, bens e serviços na região.

Conforme dados disponibilizados pelo SNIS (2020), o município de Imbituba, possui 700 Km de vias, destas, 250 Km são vias pavimentadas, ou seja, apenas 35,7% de vias públicas da área urbana do município, são pavimentadas e possuem meio-fio. As demais vias, encontram-se em estado de conservação bastante diferenciados e em alguns percursos, necessita-se fazer manutenção periódica.

Com relação a acessibilidade universal, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, tem como objetivo, proporcionar melhoria nas condições urbanas da população, no que se refere à acessibilidade e à mobilidade, principalmente, para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade (BRASIL, 2012).

Diante deste contexto, a Prefeitura Municipal de Imbituba, criou em 2013, a Lei Municipal nº 4.229/2013, que trata da disposição sobre a construção de passeios públicos e calçadas da cidade, determinando diretrizes.

No entanto, de acordo com levantamentos realizados in loco, de maneira geral, grande parte dos passeios públicos existentes no município, encontram-se desconfigurados, sem padrão, contendo dimensões desconexas ou com falhas de execução na pavimentação, gerando desconforto no trânsito dos pedestres.

Deixa a desejar, também, quanto a acessibilidade física, apresentando falhas e descontinuidade de acessos de rampas para cadeirantes, piso direcional e alerta para deficientes visuais, bem como, trânsito contínuo para todas as pessoas, inclusive para aquelas que possuem mobilidade reduzida.

Já em relação ao transporte coletivo municipal, a responsabilidade é da empresa Santo Anjo, através do Imbituba Urbano, em parceria com a Prefeitura Municipal.

O objetivo da análise do sistema de transporte coletivo de Imbituba é averiguar a mobilidade espacial da população dentro da cidade, ou seja, verificar se este serviço atende as diferentes partes da cidade, se possibilita o acesso aos outros serviços urbanos, como escolas, postos de saúde, hospitais, etc.

Diferentes aspectos fazem parte da avaliação do sistema de transporte como conforto, preço, pontualidade, segurança, conservação, lotação, acessibilidade, frequência, tempo de viagem, etc, mas os itens que serão analisados neste diagnóstico são aqueles relacionados ao percurso realizado pelos ônibus.

A eficiência do transporte e a escolha do itinerário estão diretamente ligadas à acessibilidade das pessoas à cidade e aos serviços urbanos.

Um bairro pode não dispor de escolas de ensino médio, mas a inexistência de uma linha de transporte que o leve a outra parte da cidade que tenha este serviço é ainda pior. Principalmente, porque a pessoa que utiliza o serviço de transporte coletivo o faz por questões orçamentárias ou pela falta de transporte individual.

Segundo dados da empresa de ônibus, os itinerários ou os percursos dos ônibus, são realizados por linhas circulares, regulares e semanais, com horários variados, tais como:

Linha 203 – Barra/Arroio;

Linha 204 – Campo da Aviação/Guaiúba;

Linha 208 – Nova Brasília, via Vila Nova e via Divinéia, também disponível, aos sábados e domingos, em outros horários;

Linha 508 – Itapirubá/Roça Grande, também disponível, aos sábados e domingos, em outros horários;

Linha 509 – Ibiraquera/Praia do Rosa, também disponível, aos sábados e domingos, em outros horários.

Estas linhas circulares, passam pelas vias principais de cada bairro e conectam as centralidades urbanas entre bairros, com destino final no Terminal Urbano, localizado no Centro de Imbituba (PMI, 2018).

A eficiência dos transportes coletivos está ligada diretamente às necessidades do usuário, sejam elas diárias, relacionadas ao comércio de abastecimento, a educação e o lazer, ou eventual, como acesso aos serviços de saúde.

| MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO | |
|--|---|
| Questão 01: No município há distâncias e/ou tempos de deslocamentos excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia. | |
| 01 | Existem áreas do município desprovidas da oferta de postos de trabalho; |
| 02 | Os munícipes necessitam se deslocar por longas distâncias ou longo tempo para acessarem centralidades urbanas ou equipamentos públicos; |
| 03 | Há distâncias muito grandes ou insuficiência na mobilidade, acarretando muito tempo de transporte para acesso aos postos de trabalho ou aos equipamentos e serviços essenciais. |
| Questão 02: O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso em algumas áreas e congestionamento em alguns horários. | |
| 01 | Há necessidade de melhorar a oferta dos modais de transporte públicos e coletivos, de forma a incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso; |
| 02 | Não apresenta infraestrutura satisfatória de transporte ativo e pode melhorar essas condições ao incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso; |

| | |
|---|---|
| 03 | O município pode estimular a ocupação urbana mais concentrada do território, visando diminuir a necessidade de deslocamentos; |
| 04 | Há demanda para implantação de um sistema de vans para acesso às praias, principalmente, Rosa Norte e Rosa Sul. |
| 05 | Há necessidade de implementação de binários em alguns bairros do município. |
| Questão 03: O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade. No município é marcada a presença de áreas sem diversidade de usos, exigindo grandes deslocamentos para funções cotidianas que se encontram somente na área central e em alguns bairros: | |
| 01 | Existem áreas sem ou com poucos postos de trabalho, serviços e equipamentos; |
| 02 | Os munícipes gastam grande tempo em deslocamento para acessar centralidades ou equipamentos; |
| 03 | Faltam centralidades em alguns bairros. |
| Questão 4: O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade. | |

| | |
|--|--|
| 01 | Existe um sistema viário com capacidade de aproveitamento para desenvolvimento de uma rede cicloviária; |
| 02 | Há necessidade de padronizar passeios públicos acessíveis e ciclovias e/ou ciclofaixas em algumas regiões. |
| 03 | Existe de antemão uma população que se utiliza de bicicletas para deslocamentos diários. |
| Questão 5: O município tem necessidade de melhorias na sua rede viária | |
| 01 | Há necessidade de ampliação e revitalização da malha viária e conexão entre algumas partes da cidade. |
| 02 | Há necessidade de implementação de acessos seguros em algumas vias; |
| 03 | Há necessidade de pavimentação de algumas vias; |
| 04 | Há necessidade de pavimentação e estrutura de acesso ao bairro (região III) – IMB405; |
| 05 | Há necessidade de interligação dos bairros Campo de Aviação e São Tomás (região II); |
| 06 | Há necessidade de estabelecer diretrizes para implantação da Interpraias (ligando o centro a Itapirubá); |
| 07 | Há conflitos no sistema viário na região de acesso ao Porto de Imbituba. |

Fonte: Fundação UnoversaSul, 2023.

6.2 SERVIÇOS URBANOS

Os serviços urbanos ou equipamentos urbanos, são aquelas atividades prestadas à população que atendem as necessidades cotidianas e garantem a qualidade de vida, tais como: unidades de saúde, escolas e creches, assistência social, segurança pública, esporte e lazer.

Desta forma, quando for prevista uma área residencial, deve-se considerar a demanda desta população pelos serviços urbanos, para previsão da capacidade de atendimento aos usuários, e do tamanho do equipamento.

Outra questão importante a considerar é quanto à época de implantação dos serviços urbanos, pois a infraestrutura urbana, por seu caráter físico é construída na sua totalidade, salvo exceções ocorrentes nos processos informais de moradia. Já os serviços urbanos, muitas vezes são reivindicados e construídos *a posteriori*.

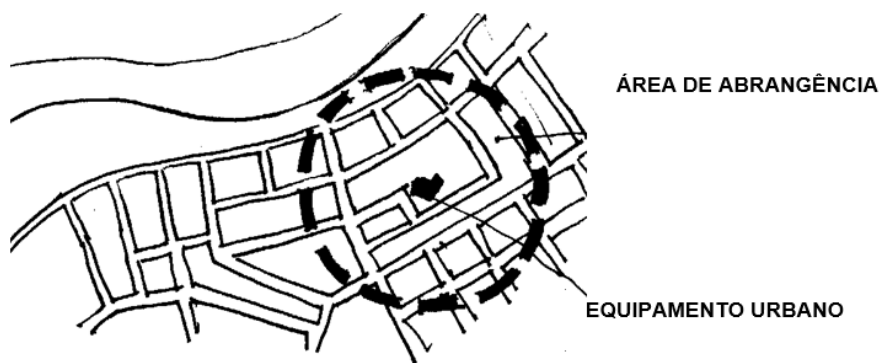
A necessidade da existência de alguns serviços urbanos próximos à habitação tem relação com a distância a ser percorrida e a frequência de utilização do serviço, isto é, quanto mais utilizado,

mais próximo deverá ser. Além das questões relativas à faixa etária de uso do serviço.

No entanto, estes índices e parâmetros precisam ser adaptados à realidade das cidades brasileiras, por isso, alguns números podem parecer inadequados.

Mas de qualquer forma, eles servem de base para a análise, e tem como objetivo direcionar, e contribuir na escolha, dimensionamento e localização dos serviços urbanos dentro da cidade de Imbituba, ou seja, verificar a proximidade dos serviços urbanos às áreas residenciais e sua área de abrangência.

Figura 20 - Equipamento x raio de abrangência



Fonte: PRINZ, 1980

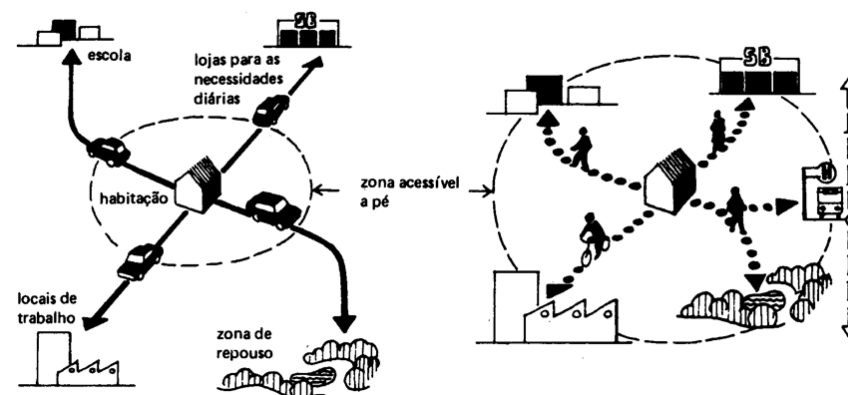
Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Os deslocamentos entre o uso residencial e o serviço urbano, bem como, o comércio de abastecimento, deve ser o menor possível, contribuindo então, para uma diminuição dos fluxos de carros nas ruas, conforme apresentado na figura 21.

Figura 21 - Equipamento x área de deslocamento a pé

Exemplo 1 a: separação espacial das funções

Exemplo 1 b: mistura espacial das funções



Fonte: PRINZ, 1980.

Em Imbituba, alguns destes usos, diferentes dos habitacionais, concentram-se em algumas áreas da cidade. Esta separação dificulta a acessibilidade e proximidade dos serviços urbanos essenciais, caracterizando uma perda maior no tempo de deslocamento, agravada por um sistema de transporte ineficiente.

A implantação de serviços urbanos ou usos comerciais, em determinados setores da cidade, pode ainda ser utilizada como mecanismo de costura do tecido urbano existente, configurando um espaço de melhor qualidade.

A análise de todos esses itens tem como objetivo auxiliar a definição e o uso das áreas institucionais a serem definidas na Revisão do Plano Diretor.

6.2.1 Equipamentos públicos – educação

A educação, e todos os equipamentos referentes a esta, são responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE, que é responsável por desenvolver atividades relacionadas com a implantação e coordenação de acordo com as políticas municipais de educação, cultura, esporte e lazer, sempre viabilizando formas eficazes de proporcionar atividades de qualidade para a população (PMI - SEDUCE, 2023). O município de Imbituba dispõe dos seguintes equipamentos urbanos de educação:

Quadro 09 - Escolas Estaduais – Ensino médio e fundamental

| | |
|---|--------------------|
| E.E.B. André A. de Souza | Roça Grande |
| E.E.B. Eng. Álvaro Catão | Vila Nova Alvorada |
| E.E.B. Henrique Lage | Centro |
| E.E.B. João Guimarães Cabral | Vila Nova |
| E.E.B. Profª Gracinda Augusta Machado | Nova Brasília |
| E.E.B. Profª Julieta Pavan Simões | Alto Arroio |
| E.E.B. Profª Justina da Conceição Silva | Ibiraquera |
| E.E.B. Profº Marcílio Dias S. Thiago | Mirim |
| E.E.B. Visconde Do Rio Branco | Araçatuba |
| EJA - Imbituba | Centro |

Fonte: PMI – SEDUCE, 2023.

Quadro 10 - Escolas Municipais – Ensino fundamental

| | |
|--------------------------------------|--------------------|
| E.B.M. Basileu José da Silva | Campo da Aviação |
| E.B.M. Deputado Joaquim Ramos | Paes Leme |
| E.B.M. Pe. Dr. Itamar Luís da Costa | Guaiúba |
| E.M. José Vanderlei Mayer | Vila Nova Alvorada |
| E.M. Etelvina de Souza Pereira | Vila Santo Antônio |
| E.M. Profª Belarminda de Souza Pires | Campestre |
| E.M. Profª Herminia de Souza Marques | Alto Arroio |

| | |
|----------------------------------|--------------------|
| E.M. Terezinha Pinho de Souza | Arroio |
| E.M. Ugero Pittigliani | Boa Vista |
| APAE | Vila Nova |
| EJA - Unidade Prisional Avançada | Vila Nova Alvorada |

Fonte: PMI – SEDUCE, 2023.

| | |
|--|-------------|
| C.M.E.I Nilso Pedro Pereira | Alto Arroio |
| C.M.E.I Profª Doraci de Souza Spillere | Araçatuba |
| C.E.I Aquarela do Saber (Conveniada) | Campestre |
| C.E.I Angela Amim (Conveniada) | Centro |

Fonte: PMI – SEDUCE, 2023.

Quadro 11 - Creches municipais – ensino infantil

| | |
|----------------------------------|--------------------|
| C.M.E.I Alceu Rochadel | Vila Nova Alvorada |
| C.M.E.I Altona | Nova Brasília |
| C.M.E.I Cidália Soares Menezes | Roça Grande |
| C.M.E.I Clara Heitch Soares | Guaiúba |
| C.M.E.I Coração de Mãe | Ibiraquera |
| C.M.E.I Domingos Frasson | Boa Vista |
| C.M.E.I José Antônio dos Reis | Centro |
| C.M.E.I Juci de Souza dos Santos | Arroio |
| C.M.E.I Laura Perfeito | Vila Nova |
| C.M.E.I Maria L. da Silva | Vila Santo Antônio |
| C.M.E.I Maria Virginia Soares | São Tomaz |
| C.M.E.I Marilene Polachini | Vila Alvorada |
| C.M.E.I Menino Deus | Sambaqui |
| C.M.E.I Moacyr Orige | Vila Esperança |

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

De acordo com dados fornecidos pela SEDUCE (2023), a rede de educação municipal possui 9 escolas de ensino fundamental; 16 escolas de ensino infantil e duas escolas do tipo privadas, conveniadas ao município, totalizando 4.327 alunos atendidos.

Segundo QEDU (2021), possui 9 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, incluindo o CEJA – Imbituba; o EJA – Unidade Prisional Avançada e a APAE, absorvendo esta demanda.

Escolas Estaduais – Ensino Fundamental e Médio: 4.426 alunos

CEJA Imbituba - Ensino Estadual: 711 alunos

EJA Prisional Imbituba – Ensino Estadual: 50 alunos

Escolas Municipais – Ensino Fundamental: 2.469 alunos

Escolas Municipais – Ensino Infantil: 1.858 alunos

APAE: 340 alunos

Fonte: Censo, INEP (2021); QEDU (2021) e PMI – SEDUCE, 2023.

Considerando as informações disponibilizadas, pode-se perceber que apenas o Ensino Infantil acaba extrapolando o número de vagas disponibilizadas pelo município, sendo necessário, realizar convênio com duas creches privadas, que atende um total de 238 alunos.

Destaca-se a necessidade de se realizar estudos de viabilidade para construção de novas creches no município, dependendo do raio de abrangência dos equipamentos atuais.

Figura 22 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Médio (R=1600m)



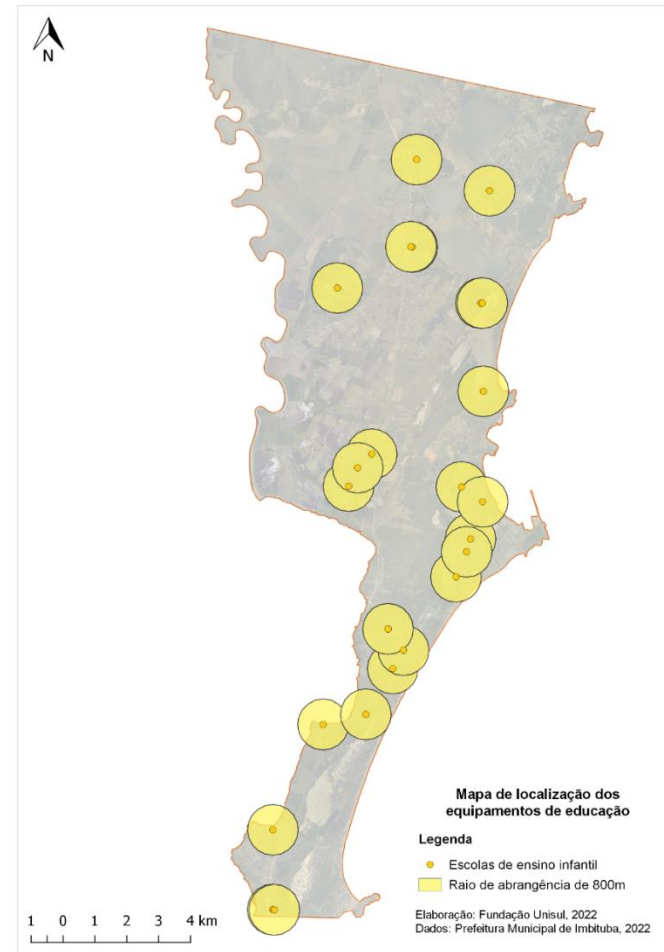
Fonte: Fundação InoversaSul, 2022.

Figura 23 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Fundamental (R=800m)



Fonte: Fundação InoversaSul, 2022.

Figura 24 - Equipamentos de Educação – Escola de Ensino Infantil (R=800m)



Fonte: Fundação UnoversaSul, 2022.

Figura 25 - Equipamentos de Educação – CEJA e APAE (R=1600m)



Fundação InversaSul, 2022.

Elaboração: Fundação InversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

Fonte:

No entanto, para melhor análise de cobertura destes equipamentos no município, foram mapeados os raios de abrangência de 1.600m para Escolas de Ensino Médio; 800m para Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Infantil; e, de 1.600m para as unidades do CEJA e APAE.

Desta forma, diante dos mapeamentos pode-se perceber que há deficiência de cobertura sobre as áreas consolidadas de alguns bairros, gerando distâncias que exigem o uso de transporte escolar, coletivo ou particular.

Destaca-se a necessidade de realização de estudos técnicos sobre a caracterização da demanda e verificação de disponibilidade de terreno em áreas já consolidadas e que não possuem estes equipamentos.

6.2.2 Equipamentos Públicos – Saúde

Os equipamentos destinados a saúde pública no município, são responsabilidade da Secretaria de Saúde – SEMUSA, que desenvolve a gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito

municipal. A rede de atendimento é formada por unidades básicas de saúde PSF, distribuídas em diversos bairros, além da Unidade Sanitária Central e o Posto de Atendimento Municipal no Centro (SEMUSA-PMI, 2023).

A Secretaria desenvolve a elaboração e implantação de políticas, programas e projetos que visem a promoção da saúde de qualidade a todos os munícipes, composta também, pelo Centro de Referência da Mulher, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I

Os serviços de saúde existentes no município de Imbituba são os seguintes:

Quadro 12 - Equipamentos Públicos – Saúde

| | |
|---|-----------|
| Hospital São Camilo | Paes Leme |
| Policlínica Imbituba | Centro |
| Secretaria Municipal de Saúde | Centro |
| Centro de Referência da Mulher | Centro |
| Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I | Centro |
| Coordenação Estratégia Saúde Bucal | Centro |
| Coordenação Estratégia Saúde da Família | Centro |
| Vigilância em Saúde | Centro |

| | |
|---|--------|
| Zoonoses | Centro |
| Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 | Laguna |

Fonte: PMAS-PMI, 2022/2025.

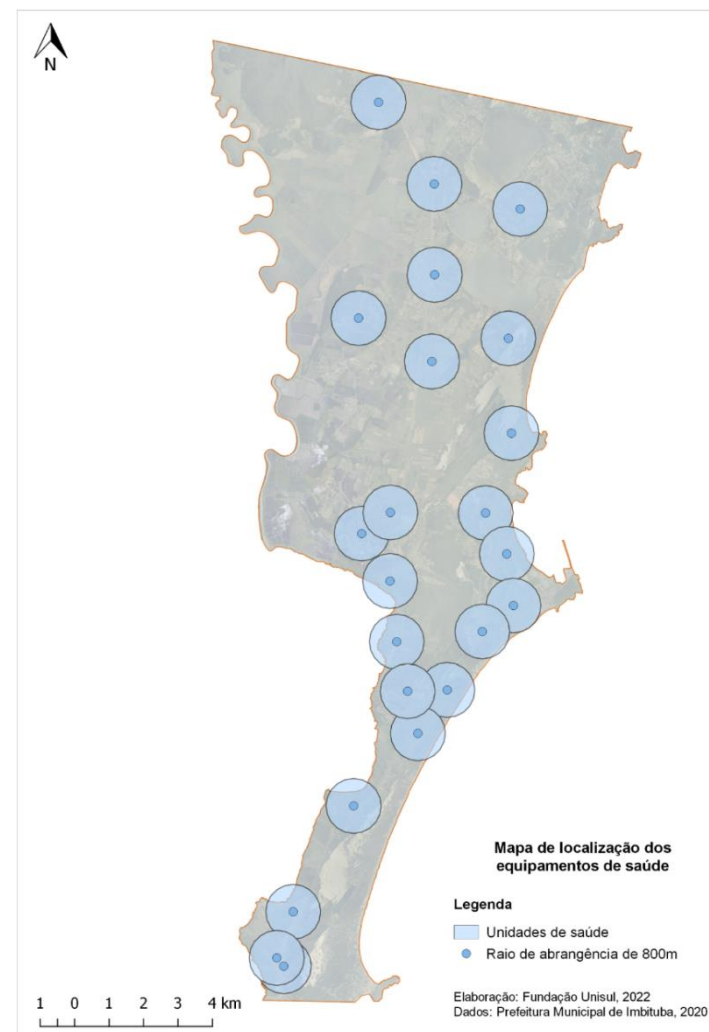
Quadro 13 - Equipamentos Públicos – Postos de Saúde

| | |
|------------------------|--------------------|
| ESF Arroio de Dentro | Arroio de Dentro |
| ESF Arroio do Rosa | Arroio do Rosa |
| ESF Porto da Vila | Porto da Vila |
| ESF Boa Vista | Boa Vista |
| ESF Itapirubá | Itapirubá |
| ESF Campestre | Campestre |
| ESF Penha | Penha |
| ESF São Tomaz | São Tomaz |
| ESF Sambaqui | Sambaqui |
| ESF Morro do Mirim | Morro do Mirim |
| ESF Ibiraquera | Ibiraquera |
| ESF Nova Brasília | Nova Brasília |
| ESF Alto Arroio | Alto Arroio |
| ESF Araçatubá | Araçatubá |
| ESF Vila Nova Alvorada | Vila Nova Alvorada |

| | |
|------------------------|--------------------|
| ESF Vila Esperança | Vila Esperança |
| ESF Vila Alvorada | Vila Alvorada |
| ESF Mirim | Mirim |
| ESF Centro | Centro |
| ESF Paes Leme | Paes Leme |
| ESF Vila Santo Antônio | Vila Santo Antônio |
| ESF Campo D´Aviação | Campo D´Aviação |
| ESF Roça Grande | Roça Grande |

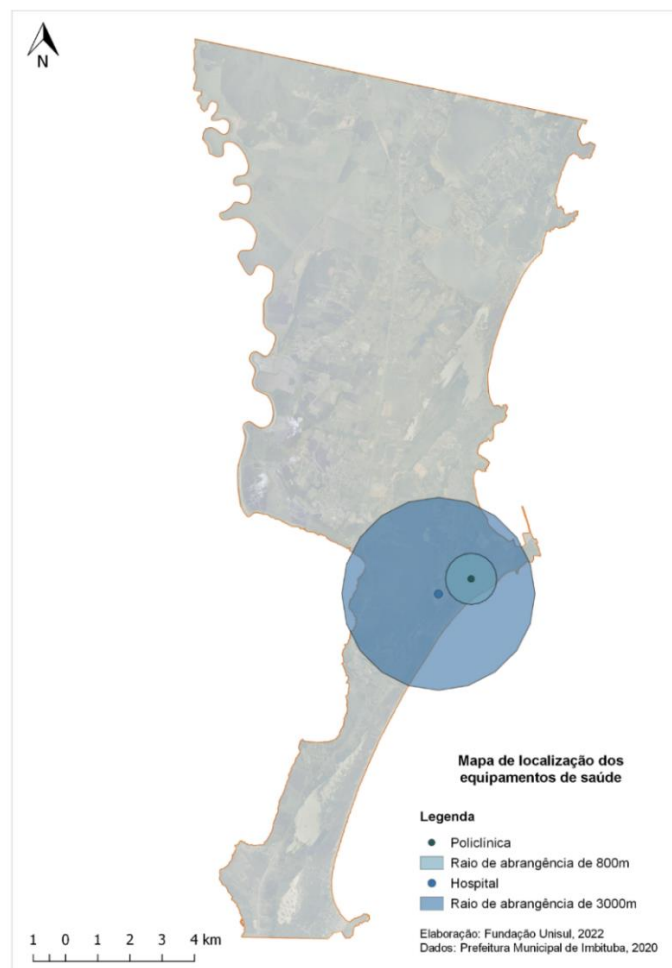
Fonte: PMAS-PMI, 2022/2025.

Figura 26 - Equipamentos de Saúde – Postos de Saúde (R=800m)



Fonte: Fundação InoversaSul, 2022.

Figura 27 - Equipamentos de Saúde – Policlínica (R=800m) / Hospital (R=3000m)



Fonte: Fundação InoversaSul, 2022.

O Hospital São Camilo, foi implantado em 1962, com o objetivo principal de atender gestantes, na época foi nomeado, “Hospital e Maternidade São Camilo” e era de propriedade da Cúria Diocesana de Tubarão/SC. Em 2019, passou a ser administrado pela Sociedade Beneficente São Camilo, mantendo o nome “São Camilo” (SÃO CAMILO, 2023).

Possui atendimento 24 horas no Pronto Socorro para atendimentos de Urgência/Emergência; 80 leitos; e, especialidades de ginecologia/obstetrícia, urologia, cirurgia geral, anestesiologia, traumatologia/ortopedia, pediatria, cardiologia, cirurgia plástica, realizando internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas.

Considerando as informações apresentadas nas tabelas e analisando os raios de abrangência das unidades de saúde, de 800m, nota-se que a distribuição destes equipamentos no município atende todos os bairros. Já a policlínica está localizada muito próxima do hospital e seu raio de abrangência fica sob a área de abrangência do mesmo.

Desta forma, destaca-se que seja necessário a implantação de mais uma unidade de policlínica no município, em outro ponto

descentralizado, após estudo de viabilidade e análise de demanda indicando a região mais adequada.

Com relação aos serviços ofertados através de programas sociais desenvolvidos pela Secretaria de Saúde no município, não foram encontradas informações.

6.2.3 Equipamentos Públicos – Assistência Social

Os equipamentos destinados a serviços de assistência social no município, são responsabilidade da Secretaria de Assistência Social e Habitação – SEASH, que desenvolve uma série de ações voltadas a Política de Assistência Social, através de planos e programas voltados ao atendimento da população, visando o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania (SEASH-PMI, 2023).

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, aponta que:

as situações de vulnerabilidade podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou

calamidade, fragilização de vínculos afetivos, de discriminações etárias, étnicas, de gênero, as quais estão expostos às famílias e indivíduos.

Os serviços de assistência social existentes no município de Imbituba são os seguintes:

Quadro 14 – Equipamentos de Assistência Social

| | |
|---|--------------------|
| Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS | Centro |
| Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Norte | Nova Brasília |
| Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Sul | Vila Nova |
| Conselho Tutelar | Centro |
| Centro Integrado de Atenção à Pessoa Idosa | Centro |
| Casa Lar Serviço de Acolhimento – Programa Acalanto | Vila Nova |
| Casa de Repouso Imaculada Conceição | Vila Santo Antônio |
| Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA | Centro |

| | |
|---|--------|
| Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM | Centro |
| Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPEDI | Centro |
| Conselho Municipal do Idoso - CMI | Centro |
| Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS | Centro |

Fonte: PMAS-PMI, 2022/2025.

Quadro 15 – Organizações da Sociedade Civil

| | |
|---|--------------------|
| Associação Beneficente Ebenezer | Nova Brasília |
| Ponto de Apoio Despertar Jovem | Sambaqui |
| Rádio Comunitária Nova Brasília – NBC FM | Nova Brasília |
| Associação dos Amigos Autistas de Imbituba-AMAI | Paes Leme |
| Associação Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE | Vila Nova |
| Casa Açoriana Freguesia Sant’Ana de Vila Nova | Vila Nova |
| Associação Lanche da Amizade - Mantenedora da Casa de Repouso Imaculada Conceição | Vila Santo Antônio |

Fonte: PMAS-PMI, 2022/2025.

PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS

| | |
|--|---|
| Cadastro Único - Cadastro Único do Governo Federal para Programas Sociais. | É uma base de dados que serve para identificar e conhecer as pessoas e famílias mais vulneráveis do país e, assim, ajudar o Governo Federal a desenvolver políticas públicas voltadas para essa população. |
| Centro de Referência de Assistência Social – CRAS | - Proteção Social Básica; - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; - Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas |
| Centro de Referência | - Serviço de Proteção e |

| | | | |
|---|---|---|--|
| Especializado de Assistência Social – CREAS | <p>Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;</p> <p>- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);</p> <p>- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;</p> <p>- Serviço Especializado em abordagem social.</p> | Programa Auxílio Brasil (Programa Bolsa Família) | Transferência direta e indireta de renda, destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade social. |
| Proteção Social Especial de Alta Complexidade | <p>Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar;</p> <p>- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – Acalanto.</p> | <p>Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)</p> <p>Serviço de Abordagem Social – Pessoa em Situação de Rua</p> <p>Auxílio Natalidade</p> | <p>Contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.</p> <p>Realizar abordagem e cadastro da pessoa em situação de rua.</p> <p>consiste na concessão de pecúnia, no valor de 1/4 salário-mínimo por nascituro,</p> |

| | | | |
|---------------------------------------|---|---|--|
| | concedido em parcela única. | Benefício de Prestação Continuada (BPC) | Garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. |
| Auxílio Funeral | pagamento de pecúnia, no valor de 1 salário-mínimo, concedido em parcela única e deve ser solicitado até 45 dias após o óbito. | | |
| Auxílio Subsistência | Caráter temporário, na modalidade de cesta básica em forma física ou em cartão social. | Projeto Protetores do Lar | Preparar jovens para situações que envolvam violência doméstica, através de palestras proferidas por profissionais da Assistência Social do município, da OAB e da PM, em 8 escolas de Ensino Médio do município, alcançando a formação de 443 estudantes. |
| Auxílio passagem e auxílio documentos | Caráter temporário, disponibilização de passagens para a cidade de origem ou cidade de interesse do usuário e emissão da 2ª via de certidões ao indivíduo que necessita fazer seus documentos pessoais ou renová-los. | | |

Fonte: PMAS-PMI, 2022/2025.

Considerando as informações apresentadas nas tabelas, nota-se que os equipamentos destinados a assistência social no município, situam-se em sua maioria, no bairro centro.

No entanto, foram criadas duas unidades CRAS - Norte, que atende a região de Nova Brasília e CRAS - Sul que atende a região de Vila Nova, sendo que a unidade do CREAS, fica na região central, distribuindo melhor a oferta dos serviços aos munícipes.

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (2022-2025), as unidades do CRAS estão bem posicionadas em relação a proximidades com escolas e unidades de saúde, bem como, a outras organizações da sociedade civil.

O cuidado na localização destes equipamentos depende, em alguns casos dos usos do entorno, por exemplo, evitar a instalação próxima às indústrias, estimular a proximidade de áreas verdes e assim por diante.

Já em relação aos serviços ofertados através de programas sociais desenvolvidos no município, o Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (2022-2025), apresenta dados e informações consistentes para o planejamento, atendimento e cobertura da população vulnerável, gerando subsídios a criação de políticas públicas eficientes.

6.2.4 Equipamentos Públicos – Segurança

A segurança pública no município é realizada pela 2ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar de Imbituba, vinculada a 8ª Região de Polícia Militar da Secretaria do Estado de Segurança Pública de Santa Catarina, localizada na Av. Manoel Florentino Machado, nº 375, bairro Paes Leme e pelo Posto da Polícia Militar de Santa Catarina – Base Operacional da Praia do Rosa, localizada na Estrada Geral do Rosa, Praia do Rosa.

A Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Imbituba, localiza-se na Rua João Hipólito Nascimento, bairro Centro e a unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – Imbituba, está vinculada a 2ª CBM/8º BBM e se localiza na Av. Manoel Florentino Machado, nº 62, bairro Centro.

A Polícia Civil é o órgão responsável pela **segurança pública** e sua função principal é judiciária, visando a investigação criminal, num trabalho que, geralmente, exige discricção. É subordinada ao governo de cada estado e trabalha de forma integrada e complementar com as Guardas Municipais, organizações também

civis, que representam a segurança pública, na esfera municipal (SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Em Imbituba, a polícia civil realiza diversos trabalhos relacionados a investigação de crimes; apreensão de criminosos; escolta de presos, bem como, proteção de testemunhas; e, patrulhamento de áreas, visando sempre garantir a segurança de todos os munícipes.

A Polícia Militar realiza o policiamento ostensivo, preventivo, repressivo imediato e de preservação da ordem pública, visando garantir a segurança da população, minimizando as oportunidades da ocorrência de crimes, tendo um destacamento em cada município, subordinados ao Governo do Estado a que pertencem (SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Como medidas preventivas, a Polícia Militar desenvolve diversos projetos e programas para conscientização, educação e prevenção no município, dentre eles estão: o Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD (PROERD KIDS, Caindo na Real 5º ano escolar e 7º ano escolar, PROERD Pais); a Rede Catarina de Proteção a Mulher e a Rede de Vizinhos (PMSC, 2023).

O Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD, tem
Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

como objetivo principal conscientizar as crianças e os adolescentes quanto aos efeitos negativos do uso de drogas lícitas, ilícitas e prevenção às violências, seguindo as premissas definidas no projeto, desenvolvendo suas atividades nas escolas, com crianças e adolescentes (PROERD-PMSC, 2023).

Segundo PROERD-PMSC (2023), em março de 2022, “o Proerd Catarinense completou 24 anos de história, e até o momento, foram contabilizados 1.545.428 catarinenses orientados para dizer não as drogas e à violência por estarem aptos a tomarem decisões saudáveis, seguras e responsáveis”.

O programa REDE CATARINA de Proteção a Mulher, é direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, estando pautado na filosofia de polícia de proximidade e buscando conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher (REDE CATARINA-PMSC, 2023).

O programa se sustenta em ações de proteção, no policiamento direcionado da “Patrulha Maria da Penha” e na disseminação de solução tecnológica. Segundo REDE CATARINA-PMSC (2023), é necessário dar “atenção às mulheres vítimas de violência

doméstica e familiar, dando-lhes voz e dignidade a partir do conceito de que é possível fazer mais e melhor, de forma mais simples e efetiva”.

A Rede de Vizinhos é uma estratégia de policiamento, em que uma rede organizada entre comunidade e Polícia Militar, pautada na filosofia de polícia comunitária, reúne vizinhos de uma determinada localidade para atuarem em cooperação e se associarem com o intento de fomentar parcerias e fortalecer as relações interpessoais e a cidadania ativa do bairro (REDE DE VIZINHOS-PMSC, 2023).

Este projeto visa, “melhorar a relação entre a polícia e a comunidade e de aumentar a vigilância natural a fim de prevenir e restaurar problemas de ordem pública, garantindo a incolumidade física das pessoas e do patrimônio” (REDE DE VIZINHOS-PMSC, 2023).

Além dos projetos e programas acima citados, a Polícia Militar realiza palestras com os mais variados temas e assuntos pertinentes a Segurança Pública e busca estar presente, nos mais variados eventos.

O Corpo de Bombeiros Militar é um órgão da administração direta do Governo do Estado de Santa Catarina, tendo como jurisdição o território catarinense, cuja principal missão consiste na execução de atividades de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndios, buscas, salvamentos e socorros e são considerados, parte integrante das instituições responsáveis pela segurança pública (CBM-SC, 2022).

Desenvolvem também, ações preventivas sociais, realizando palestras em escolas, entidades do município, abordando assuntos como prevenção a acidentes domésticos, acidentes de trabalho e riscos relativos as praias, principalmente, afogamento.

Dentre os projetos de prevenção e educação realizados pela corporação, tem-se o Programa Bombeiro Comunitário, que tem por objetivo “a formação de pessoas da comunidade para atuarem como agentes de prevenção de acidentes e referências locais frente a necessidade de coordenação diante de algum imprevisto”, podendo atuar como auxiliares dos Bombeiros Militares nos atendimentos (CBM-SC, 2022).

O Projeto Golfinho é um programa institucional, que teve início em 1998 e tem como objetivo, capacitar em torno de 800 crianças em idades de 7 a 14 anos, em todas as praias de Jaguaruna, Laguna, Imbituba e Garopaba.

O programa é composto por atividades lúdicas para as crianças, trabalhando a conscientização e prevenção sobre os perigos do mar, a cidadania e a educação ambiental. Segundo CBM-SC (2022), o objetivo é que nesta temporada o programa forme em torno de 5.000 crianças, em todo o estado, as quais saberão prontamente informar o lema do projeto: “Água no Umbigo, Sinal de Perigo!”.

Em Imbituba, o projeto foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, nas praias de Porto, Vila, Ibiraquera, Vila Nova/Rimsa, Itapirubá Norte e Ribanceira. As inscrições são gratuitas e o curso tem duração de 10 horas. O curso ocorre também durante o ano inteiro em cidades do interior e para prevenção em praias, durante a Operação Veraneio (CIRCUITO TURISTICO, 2023).

Imbituba não conta com os serviços da Guarda Municipal até o momento. Todas as unidades de segurança pública atuam no

município em sua totalidade. Não foram encontradas informações atualizadas sobre número e tipo de ocorrências mais frequentes, bem como número de efetivo nas unidades.

6.2.5 Equipamentos Públicos – Esporte, Cultura e Lazer

Os equipamentos públicos voltados ao esporte e lazer, são responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE, e compreendem as praças e parques, quadras de esportes, ginásios, parque infantil, academia ao ar livre, dentre outros ofertados pela municipalidade nos espaços públicos (PMI - SEDUCE, 2023).

O município de Imbituba dispõe dos seguintes equipamentos urbanos voltados ao esporte e lazer:

Quadro 16 - Equipamentos Públicos - Praças Públicas

| | |
|------------------------------|--------------------|
| Praça do Mirim | Mirim |
| Praça Henrique Lage | Vila Nova |
| Praça de Ibiraquera | Ibiraquera |
| Praça de Araçatuba | Araçatuba |
| Praça de Nova Brasília | Nova Brasília |
| Praça de Vila Nova Alvorada | Vila Nova Alvorada |
| Praça do Ginásio de Esportes | |
| Praça de Paes Leme | Paes Leme |
| Praça de Vila Santo Antônio | Vila Santo Antônio |
| Praça de Vila Nova | Vila Nova |
| Praça de Roça Grande | Roça Grande |
| Praça do Portinho da Vila | Porto da Vila |

Fonte: (CODESC, 2010; PMI, 2023).

As praças do Mirim e Henrique Lage são consideradas as principais, pois refletem um pouco da história da colonização urbana de Imbituba, que teve início por volta de 1622, com a chegada dos padres missionários para catequizar os índios, fixando-se, primeiramente, em Vila Nova. Apenas em 1747, foi construída a

Capela de Santa Ana, voltava para a praça Henrique Lage e para o mar.

Em 1720, a Vila do Mirim, considerada uma das mais antigas de Santa Catarina, se transforma em grande centro de pesca e torna-se a sede do município, com a construção da Igreja Santa Ana, por volta de 1800, tornou-se a sede do município até 1956, sua frente está voltada para a Praça do Mirim e para a Lagoa do Mirim (PARÓQUIA IMBITUBA, 2023).

Todas as praças, de maneira geral, possuem meio-fio, iluminação, canteiros e algum tipo de equipamento de lazer, como parquinho infantil, equipamentos de ginástica e mobiliários urbanos, no entanto, necessitam de manutenção constante e nota-se que alguns bairros ainda não receberam este tipo de equipamento.

É importante salientar que os espaços públicos verdes em áreas urbanas são essenciais, não apenas ao aspecto ambiental, mas principalmente, social, permitindo o convívio entre pessoas, além disso, a existência de praças e parques promove a identificação da população com o espaço em que vivem. O município de Imbituba não possui parques em seu território.

Quadro 17 - Equipamentos Públicos – Esporte, Cultura e Lazer

| | |
|--|--------------------|
| Ginásio de Esportes Olivar Francisco | Centro |
| Ginásio de Esportes Paulo Roberto Martins | Nova Brasília |
| Imbituba Atlético Clube | Centro |
| Estádio Vila Nova Atlético Clube | Vila Nova |
| Imbituba Praia Clube | Centro |
| Colônia de Pescadores | Centro |
| Liga Imbitubense de Futebol-LIF | Centro |
| Parque Municipal de Eventos | Centro |
| Museu do Porto e da Cidade de Imbituba | Centro |
| Museu da Baleia | Vila Alvorada |
| Biblioteca Pública Municipal Cônego Itamar Luiz da Costa | Centro |
| Museu Histórico Municipal de Imbituba – Museu Usina | Centro |
| Casa Açoriana Freguesia Sant'anna De Villa Nova | Vila Nova |
| Instituto Australis | Itapirubá |
| Museu das Conchas | Itapirubá |
| Centro Cultural e Turístico Mariscão da Zimba | Vila Nova Alvorada |

Fonte: (CODESC, 2010; PMI, 2023).

Considerando a localização dos equipamentos públicos apresentados nas tabelas, nota-se que a grande maioria, se concentra na região central e não abrange todos os bairros, sendo necessário a realização de estudos de viabilidade para implantação de novos espaços com melhor distribuição, visando atender um maior número de pessoas, a nível do pedestre.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Questão 1: O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, entre outros.

01 Faltam equipamentos públicos (praças, quadras de esportes, parquinho infantil, creche, policlínica e academia ao ar livre), em algumas regiões, conforme análise dos raios de abrangência e demandas das oficinas participativas;

02 A quantidade de terrenos públicos é insuficiente para a provisão de equipamentos.

Questão 2: O município necessita ampliar as estratégias para segurança dos bairros

| | |
|----|--|
| 01 | O município possui áreas que geram insegurança, principalmente em áreas monofuncionais; |
| 02 | Há câmeras de monitoramento em algumas regiões do município, mas apresenta ineficácia com relação à tecnologia de reconhecimento facial; |
| 03 | Não há posto de monitoramento da polícia militar na Praia do Rosa e Praia da Luz (região III). |

7. ASPECTOS CULTURAIS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

Os ambientes urbanos contêm símbolos, significados e valores, e, para Ferrara (2000), o significado criado pelo imaginário não é outro senão a real percepção da experiência urbana travestida no uso do espaço e seus lugares, tornando-se o cerne da experiência e manifestação na apropriação do espaço construído.

Neste capítulo, a avaliação refere-se aos aspectos culturais das comunidades de Imbituba e das realizações humanas que lhes dão significado. A sua avaliação tem o objetivo de relacionar a realidade construída pelos homens ao intercâmbio das pessoas entre si, ao meio ambiente e a outras sociedades: diferentes formas de organização da comunidade, expressões artísticas e desenvolvimento das religiões e culturas.

A atribuição de simbolismo a um local, ou a resposta emocional frente às diversas facetas do entorno, varia de um indivíduo para outro; pode ser tanto uma região o objeto de maior simbolismo no espaço como pequenos detalhes nas construções ou nos espaços livres, se associados a uma personalização.

| PATRIMÔNIO CULTURAL | |
|--|---|
| O município deve reconhecer ou facilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística. | |
| 01 | Há patrimônio cultural material e imaterial em diferentes regiões do município, especialmente nos bairros Mirim, Vila Nova e Centro. |
| 02 | Dunas da Ribanceira, Dunas da Ibiraquera e Praia do Rosa Sul e Norte têm potencial para serem reconhecidas como patrimônio natural e cultural. |
| 03 | O município tem potencial para reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio cultural imaterial, assim como a necessidade de criar alternativas de incentivo e preservação desta prática. |
| 04 | O Porto Novo (extremo sul da Praia do Rosa) tem potencial para ser reconhecido como patrimônio cultural. |
| 05 | Há necessidade de preservação dos ranchos de pesca e engenhos de farinha em conjunto com a atividade agrícola referente a estas atividades. |
| 06 | Há necessidade de preservação dos sambaquis, possível Parque Arqueológico. |
| 07 | Há necessidade de preservar os caminhos históricos e culturais: Caminho do Rei e Pedra Branca. |

| PATRIMÔNIO CULTURAL | |
|--|--|
| Há imóveis de interesse de preservação ainda sem preservação ou tombamentos. | |
| 01 | Há imóveis ou conjuntos históricos de interesse de preservação que precisam de ações que garantam sua preservação, pois ainda não são protegidos. |
| 02 | É necessário identificar os atributos que garantem o reconhecimento do valor do bem ou conjunto no regramento de uso e na ocupação do solo, de forma a garantir sua preservação. |
| 03 | Há necessidade de criar um caderno de encargos com regras que estimulem intervenções mais harmônicas no casario histórico dos bairros Centro, Mirim e Vila Nova. |

A importância histórica de bens imóveis ou áreas de relevância histórico, cultural, natural e/ou paisagística influencia as emoções e sentimentos que os indivíduos experimentam nos municípios, valorizando-os social e culturalmente. Mas, além das conotações objetivas e subjetivas que estes elementos contêm, por sua própria essência, há uma característica fundamental, que é a possibilidade de conectar esses lugares às pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento, devido à sua importância histórica.

A valorização do patrimônio natural e construído cria uma relação histórica, marcada por vivências positivas com o sistema orgânico cidade-corpo d'água. Concordamos com Rossi (1995) quando afirma que a individualidade, a memória e o lócus permitem formar um conhecimento mais completo da realidade urbana. A compreensão que a importância histórica e a valorização do patrimônio material e imaterial, natural ou construído, tem induzirá ao entendimento sobre Imbituba.

Patrimônio Material são bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos; Patrimônio Imaterial são as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Imbituba possui Patrimônio Material (núcleos urbanos, edificações isoladas, sítios arqueológicos e sítios paisagísticos), Patrimônio

Imaterial de cultura açoriana e Patrimônio Natural. Alguns já estão protegidos por lei de tombamento (municipal e/ou estadual), outros ainda têm necessidade de proteção. Além disso, encontram-se no município sítios arqueológicos do tipo sambaquis, ceramistas e oficinas líticas, comunidades tradicionais que vivem da pesca artesanal e pequenas propriedades rurais, entre outras, formando uma paisagem que exerce forte impressão por parte dos moradores e visitantes.

Dentre os Patrimônios Materiais Culturais são consideradas pelo Poder Público, e descritas por Alves (2015), como de maior relevância histórica 14 (quatorze) edificações e/ou conjuntos edificados:

- 1. Ruína da Armação Baleeira (Barracão da Baleia)** - ruínas de componentes utilizados antigamente na pesca da baleia (estrutura da chaminé, estrutura de suporte de uma serra para ossos, tanque, peças de autoclaves de processamento da gordura das baleias, guincho e motor de uma embarcação) que se encontram abrigados no prédio do Museu da Baleia de Imbituba, reconstruído a partir da ruína

por iniciativa da comunidade e do Projeto Baleia Franca no ano de 1998. A edificação localiza-se na Rua Itagiba no bairro Vila Alvorada e foi tombado em nível municipal em 1998.

- 2. Capela São Pedro** - a capela conhecida como Capelinha da Praia foi construída no ano de 1898, na Rua Manoel Florentino, dentro das dependências do Porto, no Bairro de Vila Alvorada. O PDZ do Porto de Imbituba aponta a intenção de transferi-la de lugar para facilitar o acesso da população.
- 3. Cerâmica Imbituba** - a Cerâmica Henrique Lage pertence à história de desenvolvimento e formação econômica e social do município de Imbituba. A edificação da antiga Cerâmica Henrique Lage foi construída no ano de 1919 por Henrique Lage, e tinha como objetivo fabricar louças para abastecer os navios, posteriormente, começou a fabricar azulejos. A empresa abriu falência abriu falência no ano de 2009.
- 4. Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição** - a história da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição tem início

no ano de 1878, quando um navio inglês naufraga nas praias de Imbituba e o comandante do navio doa uma imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição ao vigário da Paróquia do Mirim. A imagem da Imaculada Conceição foi talhada em madeira no estilo rococó, uma peça raríssima de valor comercial e artístico, que foi roubada da igreja ano de 1982. A igreja matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição possui estilo arquitetônico tardio colonial.

5. Igreja Sant'Ana da Vila Nova - a história da construção se trama com a história da formação da Capitania de Santana. No ano de 1622, os padres missionários denominados Antônio Araújo e Pedro da Mota, chegaram à região de Imbituba, com a atribuição de catequizar os índios Carijós se fixando no Santuário de Santana em Vila Nova até 1624. A primeira Capela da Vila Nova foi construída no ano de 1747, apresentando uma estrutura simples de pau-a-pique e cobertura de palha. Passados sete anos, com a instrução do Rei D. João V foi autorizada a criação da Paróquia, sendo terminada sua construção no ano de 1765 (SERAFIM, 2006).

A edificação está localizada na Rua Santana, na praça do Distrito de Vila Nova, no bairro de Vila Nova, e foi tombada pela Fundação Catarinense de Cultura.

6. Instalações do escritório e cooperativa do Porto - no ano de 1919 a obra completa do Porto foi efetivada. Álvaro Monteiro de Barros Catão - diretor da Estrada de Ferro Tereza Cristina e Henrique Lage iniciaram o processo de construção dos molhes de proteção, prédios administrativos e os armazéns da cooperativa do porto. A cooperativa do porto era composta por um conjunto de lojas e ferragens, açougue, padaria e farmácia e situava-se ao lado do prédio administrativo do porto, hoje ainda utilizado para este mesmo fim (SERAFIM, 2006). Localiza-se na Av. Presidente Vargas – dependência do porto, no bairro de Vila Alvorada.

7. Prédio da antiga rádio (Torres Gêmeas) - o prédio da antiga rádio foi construído no ano de 1935 e apresenta estilo neocolonial. A edificação é conhecida popularmente como Torres Gêmeas, por tratar-se de dois edifícios semelhantes.

Na época da idealização da rádio Difusora de Imbituba, o objetivo principal era criar um instrumento de comunicação a serviço do Porto e da pequena população que se instalou na região de Imbituba. Localiza-se na Av. Dr. João Rimsa, no bairro Centro e foi tombada pelo município, em 2008.

8. Prédio da antiga Usina Elétrica - o projeto da edificação da Usina Termoelétrica de Imbituba é do ano de 1917 e sua construção foi iniciada em 1920 e finalizada em 1923, sob a administração do engenheiro Álvaro Monteiro de Barros Catão. A criação da Usina Elétrica teve como objetivo produzir energia elétrica através da combustão de carvão para suprir as necessidades do Porto de Imbituba, além de fornecer energia para alguns estabelecimentos comerciais do município. Em 1963, foi iniciada a desativação da Usina. Atualmente o edifício, localizado na Av. Dr. João Rimsa, no bairro Centro, pertence à Companhia Docas e é utilizado como museu com a denominação de Museu da Usina. O edifício encontra-se com Tombamento Provisório pela FCC.

9. Igreja Sant'Ana do Mirim - a história da Igreja de Sant'Ana do Mirim encontra-se ligada à formação da freguesia de Sant'Ana do Mirim, iniciada em 1852. A data da edificação oficial da Igreja é do ano de 1844 e em 1856 a elevação à Paróquia. A Igreja do Mirim, localizada na Rua Espírito Santo, possui estilo colonial que foi sendo modificado com o tempo, porém mantém em sua aparência as características marcantes, apresentando ainda apenas uma torre. A parte traseira da Igreja, onde se localiza o altar-mor, encontra-se bastante preservada, sendo elemento construído da primeira Igreja (SOUZA, 2012).

10. Conjunto arquitetônico da Praça do Mirim - a comunidade do Mirim apresenta 7 (sete) edificações distribuídas entre as ruas: Espírito Santo, Odilson Pratés e João Carvalho de interesse histórico e cultural. As casas que antigamente compunham o conjunto arquitetônico da Praça do Mirim eram originalmente de estilo luso-açoriano, porém, basicamente todas foram demolidas ou ruíram, há uma única residência neste estilo que foi reformada

mantendo as características originais. As demais edificações históricas que restaram compreendem o período da década de 1920 a 1960. Essas construções fazem parte da memória local e são detentoras de história presente nas características da arquitetura açoriana. Vale ressaltar que as edificações das décadas de 1920 a 1960 são semelhantes às encontradas nas Ilhas dos Açores atualmente.

11. Conjunto arquitetônico do Centro de Imbituba – há 16 (dezesesseis) edificações históricas distribuídas entre as ruas do entorno da Praça Henrique Lage e as ruas Quirino Bocaiúva e Irineu Bornhausen e as Avenidas principais Dr. Álvaro Catão, Dr. João Rimsa e Avenida Manoel Florentino Machado, construídas entre 1920 e 1935, a maioria com linguagem arquitetônica neoclássica e neoclássica francesa.

12. Conjunto arquitetônico da Praça da Vila Nova - edificações distribuídas entre as ruas do entorno da Praça de Santana da Vila Nova, abrangendo as ruas: Santana, Bel

Teixeira, Vila Paraíso e Pires Silveira, das décadas de 1940 e 1950. Essas construções fazem parte da memória local e são detentoras da história presente nas suas características arquitetônicas.

13. Hotel Imbituba - O Grande Hotel de Imbituba foi construído em 1919/1920, em padrão neoclássico francês. Famílias e pessoas da alta sociedade brasileira se hospedaram no Grande Hotel de Imbituba, entre elas, a Família Imperial do Brasil, Pedro Gastão e João d'Orleans e Bragança no ano de 1935. Localiza-se na Av. Dr. Álvaro Catão, no bairro Centro. Foi tombado pelo município em 2008.

14. Ferrovia Teresa Cristina em Imbituba - a estação ferroviária, fundado por uma empresa inglesa denominada A E.F. Dona Teresa Cristina, foi inaugurada em 1884, tinha como função principal, transportar o carvão das Minas de Lauro Muller para o Porto de Imbituba. A história da Ferrovia mantém uma ligação forte com a história e o desenvolvimento do município de Imbituba, juntamente com o Porto. Localiza-se na Av. Dr. Álvaro Catão, no bairro

Centro. Não é tombada, sendo de propriedade da FTC – Ferrovia Teresa Cristina e emprestada à prefeitura municipal, sendo utilizada como ponto de informações turísticas. Foi reconstruída, porém, mantém algumas características da antiga estação.

Ainda na categoria de Patrimônios Materiais Culturais, há 12 (doze) principais sítios arqueológicos identificados e mapeados, com base na pesquisa de Kozlowski, Kneip e DeBlasis (2022).

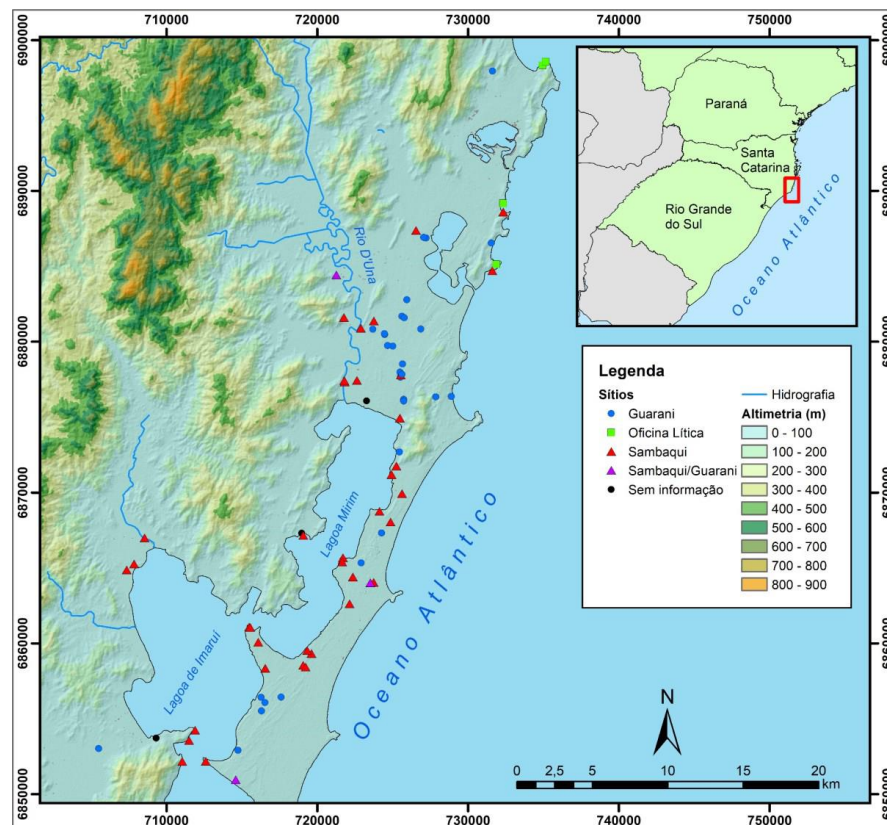
A Lagoa Mirim apresenta um agrupamento, abrangendo as regiões de Itapirubá e Imbituba, onde estão localizados os sambaquis do Porto da Vila I e II. Na porção ao norte, dispostos junto à foz do rio d’Una, temos o conjunto de sítios Balsinha I, II, IV e VII e Passagem do rio d’Una I, II e III. Ao norte, o agrupamento Ibiraquera, que conta com a presença de sambaquis e áreas de oficinas líticas. (DE MASI, 2017; ROHR, 1984 apud KOZLOWSKI; KNEIP; DEBLASI, 2022).

A constatação de que a ocupação sambaqueira da região lagunar sul catarinense (e, talvez, além) configura uma ampla rede de comunidades concomitantes e interconectadas, sem qualquer indício aparente de centralização política, indica que os

construtores de sambaquis possuíam formas de articulação e integração social baseadas em grande identidade cultural e ideológica, provavelmente também linguística e genética. Definitivamente, trata-se de um contexto arqueológico de grande interesse, evoluído durante a longa duração da ocupação sambaqueira e o período de seu declínio, antes (ou durante) a chegada dos grupos cultivadores oriundos do planalto (Jê) e do litoral meridional (Guarani).

Kneip *et al.* (2018) e DeBlasis *et al.* (2021) discutem que os sambaquis se articulavam ao redor das lagoas em comunidades interligadas entre si em um nível mais amplo, em escala regional. As populações Guarani ocupavam posteriormente a mesma região, usando e construindo a paisagem de maneira bastante distinta. Na figura 28 e no quadro 18 é possível verificar os principais sítios arqueológicos no município de Imbituba.

Figura 28 - Sítios arqueológicos no entorno das Lagoas do Mirim e Ibiraquera.



Fonte: Kozlowski, Kneip e DeBlasis (2022)

Quadro 18 - Principais Sambaquis na região de Imbituba

| Sítio Arqueológico | Descrição |
|--|--|
| Aldeia do ZPE (Responsável por sua localização: Lavina - Araçatuba) | Onze manchas escuras identificadas com presença de carvão vegetal e fragmentos de cerâmicas dispersos em área extensa, além de estruturas funerárias, materiais líticos lascados e polidos e líticos brutos sobre concha. Sua destruição parcial ocorre por conta da implantação da ZPE (zona de processamento de exportação). |
| Lagoa da Ibiraquera (Responsável por sua localização: Deisi S.E. de Farias) | Sítio cerâmico guarani localizado à beira da lagoa da Ibiraquera com 40 metros de diâmetro. Sua destruição parcial ocorreu por conta do plantio de mandioca em terras arenosas. |
| Sambaqui (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | A 100 metros da balsa sobre o Rio D'uma com uma área de 7000m ² e altura máxima de 4m. Sua destruição ocorreu por causa da extração de conchas para a compactação de estradas. |
| Sambaqui (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | Ocupa uma área de 1200m ² e possui altura máxima de 4m. Sua destruição parcial ocorreu por causa da |

| | |
|--|---|
| | extração de conchas para a compactação de estradas. |
| Barra da Lagoa da Ibiraquera (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | Possui 100m de diâmetro. Sua destruição parcial ocorre pela ação de vândalos. |
| Campo da Viação (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | Sambaqui que apresenta estruturas funerárias e materiais cerâmicos. Ocupa uma área de 500m ² . |
| Campo da Vila (Responsável por sua localização: Walter Piazza) | Ocupa uma área de 2000m ² e altura máxima de 4m. Sua destruição parcial ocorreu por causa da construção da rodovia. |
| Guaiuba (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | Situa-se dentro do povoado e é ocupado por diversas residências, cafezais e bananais. Ocupa uma área de 5000m ² e altura máxima de 5m. |
| Imbituba (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | Ocupa uma área de 50m ² e altura máxima de 4m. Sua destruição ocorreu por causa da extração de conchas para a pavimentação das estradas de Laguna. |
| Itapirubá | Situado em meio às dunas, a 1km do balneário de Itapirubá. Constatou-se |

| | |
|---|--|
| (Responsável por sua localização: João Alfredo Rohr) | a presença de cerâmica sobre o sambaqui. Ocupa uma área de 10.500m ² e possui uma altura total de 8m. |
| Mirim I (Responsável por sua localização: Walter Piazza) | Quase totalmente destruído pela extração de conchas para a produção de cal e para a utilização na compactação de estradas. |

Fonte: INEMA, 2006

Apesar de ter sofrido significativas alterações pela ação antrópica, o município de Imbituba configura um quadro natural e cultural variado e importante, composto de áreas marítimas, praias, promontórios, dunas e restingas, abriga fauna e flora específicas, terrestres e aquáticas, numa área onde se incluem espécies migratórias como a baleia franca, peixes variados e diversas aves marítimas. Dentre os Patrimônios Imateriais Culturais, Alves (2015) registrou 18 (dezoito) no município de Imbituba interligados com a herança cultural trazida pelos colonizadores luso-açorianos influenciada pelos indígenas:

- 1. Boi de mamão** - o boi de mamão é um folguedo cultural e está ligado ao ciclo natalino, com representação dos

animais do presépio como: o boi e o burrinho, que de acordo com o folclore disponibilizam a manjedoura para colocar o Filho de Deus o “Menino Jesus”. O ato da ressurreição do boi, também revela a dimensão simbólica do sagrado (MARTINS, 1995; SOARES, 1978). Há diversas teorias sobre a origem deste folguedo, predominando a teoria de ser de influência açoriana. o Grupo de Mães Santo Anjo da Vila Santo Antônio, em Imbituba, tem a iniciativa de preservar a manifestação.

2. Terno de Reis - o terno de reis é uma manifestação de cunho religioso e tem sua origem na Europa. Ele celebra a divindade de Cristo, dia da adoração dos Reis Magos ao Menino Jesus. Em Imbituba o Grupo Folclórico Estrela Guia mantém vivo o folclore do terno de reis há mais de 70 anos, passado entre as gerações. O Grupo tem sua sede no Distrito de Vila Nova e se apresenta anualmente nas residências de fiéis da região.

3. Cantoria do Divino – a tradição ao culto do divino Espírito Santo tem sua origem no cristianismo proveniente do

dogma da santíssima Trindade, também representado pelo Pai, Filho e o Espírito Santo. No Distrito de Vila Nova, a Bandeira peregrina pela casa dos fiéis, por 15 comunidades, comandada pelo Grupo Estrela Guia.

4. Festa do Divino Espírito Santo - A tradição da festa do Divino Espírito Santo tem sua origem com a história de Joaquim Fiore, através da admissão da simbologia da santíssima Trindade ao cristianismo, promovendo o encontro entre o profano e o sagrado. Os devotos do divino pagam promessas, fazem oferendas, rezam e mostram a sua devoção à terceira pessoa da santíssima Trindade. A Cantoria do Divino, em Imbituba, desempenha o papel de acompanhar o cortejo da festa na igreja, cantando e tocando instrumentos, no mesmo dia que se comemora a festa do padroeiro da cidade, no mês de novembro.

5. História de Boitatá - a lenda do boitatá que é uma das histórias que fazem parte do imaginário catarinense, também contada pelos indígenas com a denominação de *Mbaê-Tata*. De acordo com a lenda, o boitatá propagado no

sul de Santa Catarina foi uma cobra que sobreviveu do dilúvio e escondeu-se em um buraco escuro, onde seus olhos se acenderam para poder clarear até o dilúvio acabar. Após a devastação, a cobra sobrevivente anda pelos campos e plantações principalmente de bananeiras e árvores frutíferas. No município de Imbituba, a história é passada, principalmente, através das escolas na semana em que se comemora o dia do folclore brasileiro.

6. História de lobisomem - a lenda do lobisomem chegou ao sul de Santa Catarina com os primeiros colonizadores portugueses; na região, se acredita que o lobisomem é o sétimo filho homem de uma sucessão de filhos do mesmo sexo, podendo adquirir a capacidade de se transformar em lobisomem. Atualmente as histórias de lobisomem são propagadas na escola durante a semana em comemoração ao dia do folclore.

7. História de Bruxa - na região de Imbituba e Imaruí as histórias de bruxas que se conhecem são originárias de conto de pescadores, que afirmam ver bruxas andando pela

praia e lagoa durante a noite de lua cheia. Assim como as histórias de lobisomem e boitatá, a história de bruxas é lembrada no dia do folclore nas escolas do município.

8. Quadrilha - no Brasil, a quadrilha foi introduzida pelos colonizadores portugueses durante o período colonial no ano de 1530. No município de Imbituba a quadrilha é uma dança bastante presente nas escolas durante as festividades juninas e no Grupo de Mães de São Tomaz que possui um grupo de dança denominado Nova Geração que desenvolve apresentações de dança da quadrilha em diversos locais públicos com apoio da Secretaria de Cultura e particulares.

9. Ratoeira - a dança da ratoeira é uma manifestação tipicamente luso-açoriana, caracterizada como uma dança de roda que tem como fundo musical a composição de versos improvisados. No passado, em Santa Catarina a ratoeira fazia parte de uma das atrações de maior expressividade entre as festas dos descendentes de açorianos, com o objetivo de proporcionar a diversão de

homens e mulheres, que através dos gestos e das cantorias, agiam no intuito de conquistar um ao outro (FARIAS, 2001). A dança era realizada geralmente em períodos de colheita no intervalo das farinhadas nos engenhos. Atualmente, no município de Imbituba, a dança da Ratoeira se pratica no Grupo de Mães do Bairro Paes Leme.

10. Renda de Bilro – há indícios de que a renda de bilro tenha sido trazida pelas religiosas portuguesas, francesas e espanholas, seguindo características artísticas típicas de Portugal (RAMOS, 2000). No município de Imbituba, há algumas poucas mulheres que confeccionam a renda de bilro em suas casas, mas não costumam vendê-las.

11. Benzedura - as benzeduras fazem parte da religiosidade e do imaginário trazidos pelos açorianos para o Brasil. A mistura de fé, com as palavras combinadas e ervas medicinais deu origem a uma das manifestações mais consagradas em uma época em que não havia nenhuma forma de cura na região litorânea de Santa Catarina (FARIAS, 1998). Atualmente no município de Imbituba, a

prática da benzedura existe entre os descendentes de açorianos mais idosos que vivem nas comunidades mais tradicionais.

12. Pesca artesanal - os açorianos iniciaram a prática da pesca artesanal, apreendida com os índios Carijós, que habitavam a região do litoral e possuíam experiência em praticar a pesca com redes e arpões, o que influenciou culturalmente o modo de produção e a adaptação dos açorianos (FARIAS, 2001). A pesca artesanal no município de Imbituba é sazonal e ocorre nas lagoas de Ibiraquera e Mirim e no Oceano Atlântico (CAPELLESSO, 2010). Na lagoa da Ibirapuera é proibida o uso de redes e embarcações motorizadas, sendo permitido apenas o uso de tarrafas e a propulsão manual com ferramentas como remo ou calão. Já na Lagoa do Mirim é mais comum a utilização de redes de aviãozinho e embarcações pequenas como: bateiras e canoas motorizadas, resultando no aumento do custo das embarcações e ferramentas de pesca (CAPELLESSO, 2010).

No oceano a pesca artesanal é praticada de maneira coletiva e os equipamentos são maiores e de maior custo.

13. Brincadeiras de base luso-açoriana - as brincadeiras praticadas pelas crianças açorianas e seus descendentes, podem ser encontradas nas brincadeiras de crianças por todo o Brasil. As brincadeiras identificadas em Imbituba são: taco, peão, bolinha de vidro, peteca, pandorga ou pipa, cozinhadinho.

14. Alimentos de base luso-açoriana - a adaptabilidade dos açorianos com as terras litorâneas do sul do Brasil fez com que houvesse uma grande mudança cultural, refletida na alimentação. Alguns alimentos de base cultural luso-açoriana que fazem parte da base cultural do litoral sul de Santa Catarina, são: caldo de peixe; beiju; cuscus; broa de polvilho; broa de milho; rosca de polvilho; pirão de farinha de mandioca (feijão ou água); mané pança; tainha assada; peixe cozido no feijão; Solda de ovo; croste ou colostro.

15. Pau de fita - o simbolismo embutido na dança do pau de fita está ligado a rituais antigos relativos à árvore, associado

com o movimento da preparação da terra para o plantio de árvores (CULTURA AÇORIANA, 2014). Atualmente, no município de Imbituba, se pratica a dança do pau de fita apenas nas escolas em épocas de festa junina e desfile de 7 de setembro.

16. Coberta d'alma - A coberta d'alma faz parte de uma cerimônia de oração de base cultural luso açoriana. No Distrito de Mirim ainda se encontra pessoas que foram cobertas d'alma de entes ou amigos falecidos. A cerimônia se dá dentro da crença católica, quando no sétimo dia após a morte realiza-se uma cerimônia de oração também conhecida como Missa de Sétimo dia. O ato da coberta d'alma pode ser entendido como uma representação do defunto durante a missa de sétimo dia ou a reza do terço (BAIÃO, 2010).

17. Pão-por-Deus - O pão-por-Deus é um dos resquícios da cultura luso-açoriana que se encontra presente na cultura dos descendentes mais antigos do município de Imbituba. Apresenta-se como um artesanato feito geralmente em

papel e costurado com detalhes em renda de bilro no modo tradicional, ou apenas decorado com papel seda e recortes delicados. Dentro do artesanato, são colocados versos, o que faz com que o pão-por-Deus possa ser associado a uma espécie de cartão que geralmente tem o formato de um coração (FARIAS, 1998).

18. Malhação de Judas - a malhação de Judas representa a morte de Judas Iscariotes e ocorre na semana santa, simbolicamente conhecida como o momento da lembrança da crucificação e ressurreição de Cristo dentro do simbolismo religioso cristão. Para a manifestação, são confeccionados bonecos de pano em tamanho real que simbolicamente representa Judas, os bonecos são levados as ruas e surrado por membros que participam da manifestação, por fim, coloca-se fogo no boneco. Em Imbituba a manifestação encontra-se discretamente em algumas comunidades não havendo um local específico.

19. Terra do primeiro milagre de Santa Paulina – em 1966, em Imbituba, aconteceu o milagre que canonizou Madre

Paulina. Foi construída uma igreja por conta deste fato, no Bairro Paes Leme, chamada de São Camilo e Madre Paulina.

Ainda como Patrimônio Cultural Imaterial, pode-se incluir a Comunidade Areais da Ribanceira, nos arredores do Porto de Imbituba. A comunidade se auto reconhece como Comunidade Tradicional de Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira, e busca reconhecimento de suas especificidades, de suas relações particulares com o território, de suas maneiras de plantar mandiocas, de fazer o extrativismo do butiá e outras plantas, assim como da pesca artesanal, e garantir o acesso ao território de terra e mar que ocupa há mais de duzentos anos (MOMBELLI, 2013; ALMEIDA, 2011; PINTO et al., s/d).

A Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira, originalmente, fazia uso comum de grandes extensões de terras que eram ocupadas por meio do trabalho familiar com o cultivo itinerante da mandioca e aipim, além do extrativismo da palmeira *Butiá Catarinensis*. Os indivíduos que trabalhavam de forma coletiva eram ligados por redes de parentesco, por laços de compadrio e solidariedade, realizando trocas de serviços e de

produtos e promovendo constantes modificações na sua organização territorial.

Na Comunidade, há também os engenhos de farinha, considerados patrimônio material, com seus fusos de madeira do século XIX e motores do século XXI; simbolizando a união da cultura e da natureza para seus praticantes que trabalham a terra para obter o alimento primordial de suas dietas, a farinha de mandioca; e funcional, tanto como museus abertos, como o Casarão e Engenho dos Andrade.

A história de ocupação dos Areais da Ribanceira envolve disputas pelo acesso e uso da terra, além de forte pressão para a desocupação dos ranchos de pesca na Praia do Porto.

Figura 29 - Mapa da Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social (ALMEIDA, 2011).

Com relação ao Patrimônio Natural, se encontra em toda a extensão do município, fazem parte da identidade social dos moradores locais e também ganham reconhecimento internacional através da prática do turismo natural, classificados em 4 (quatro): baleia franca, dunas da Ribanceira e Ibiraquera, praias e lagoas e trilhas ecológicas e culturais.

Imbituba faz parte da APA– Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, juntamente com outros 8 (oito) municípios, regulamentada de Decreto Federal de 14 de setembro de 2000. A APA da Baleia Franca abrange uma área de 156.100 hectares e tem como objetivo principal a proteção da espécie *Eubalaena australis*, também conhecida como Baleia Franca. As praias e as lagoas possuem uma representatividade cultural e econômica e estão relacionadas com a pesca artesanal e o turismo de esportes. As dunas de Ibiraquera e Ribanceira são paisagens naturais que sofreram com ações antrópicas. A baleia franca faz parte da história do município inicialmente por sua caça e nos dias de hoje agregando valor ao turismo de observação das baleias na costa das praias de Imbituba.

A seguir serão apresentados cada um dos patrimônios naturais, a fim de explicar sobre sua representatividade e reconhecimento da cultura local:

- 1. Baleia Franca** - a pesca predatória da Baleia foi primordial para a formação e surgimento da cidade de Imbituba (SERAFIM, 2006). Após o término de sua caça, em 1973, havia acreditado que estavam extintas. No entanto, no ano de 1982, ambientalistas encontraram as últimas baleias francas brasileiras e iniciaram uma ação pela preservação da espécie. Assim surgiu o Projeto Baleia Franca, cujo objetivo fundamental é garantir a sobrevivência e a recuperação populacional da baleia franca no litoral brasileiro (PROJETO BALEIA FRANCA, 2014). Atualmente, a Baleia Franca Austral faz parte do patrimônio natural da cidade, e sua preservação faz com que muitos turistas e pesquisadores sejam atraídos para a cidade em busca de informações sobre elas, elevando Imbituba à Capital Nacional da Baleia Franca.

2. Dunas de Ribanceira e Ibiraquera - as Dunas de Ibiraquera e Ribanceira são considerados redutos ecológicos. Estas áreas sofrem com a mineração ilegal que provoca a destruição da biodiversidade e também atinge o turismo da cidade.

3. Praias e Lagoas de Imbituba - o município de Imbituba possui 9 (nove) praias, são elas: a Praia do Rosa, a Praia da Ibiraquera, a Praia da Vila, a Praia do Porto, a Praia de Itapirubá, a Praia D'Água, a Praia da Ribanceira, a Praia do Luz e a Praia Vermelha, também fazem parte do conjunto de belezas naturais as 7 (sete) lagoas são elas: Lagoa de Ibiraquera, Lagoa da Bomba e Lagoa da Barra (bairro Paes Leme), Lagoa do Píala (bairro Guaiuba), Lagoa do Timbé (Itapirubá), Lagoa do Mirim, Lagoa do Porto da Vila. As praias e lagoas são ambientes que apresentam uma vasta biodiversidade, responsável pelo equilíbrio e ordenamento do contato com o homem e o meio ambiente. Em Imbituba, o ecoturismo e a pesca artesanal, são as atividades que mais influem no ambiente da APA, onde se localizam as

praias e também são umas das principais atividades econômicas do município. As praias de Itapirubá, Ribanceira e a Praia do Porto, são as que mantêm fortemente em sua cultura, a prática da pesca artesanal. Os pescadores na maioria das vezes os que trabalham embarcados, intercalam a pesca no oceano com a pesca nas lagoas de Ibiraquera e Mirim (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, 2014). As demais praias possuem sua estrutura voltada para o turismo, observadores de baleias, pesquisadores e surfistas.

4. Trilha Caminho do Rei – na trilha do Caminho do Rei encontram-se antigos engenhos de manejo da cultura agrícola, da cultura açoriana. A trilha contorna a Lagoa do Peri em Ibiraquera. Foi por esta trilha que o Rei Dom João VI passou quando veio ao Brasil visitar as fronteiras da Espanha e Portugal no Tratado de Tordesilhas.

5. Trilha da Pedra Branca – está localizada na Encantada, a trilha passa por um casarão de estilo açoriano (1915), onde funcionou o maior armazém da região e pelas ruínas de um

engenho e a única roda d'água da região que ainda funciona e que morre uma serraria construída em 1947.

8. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

Quadro 19 - Legislações de Imbituba

| Legislação municipal | Descrição |
|------------------------------|---|
| Lei Complementar nº2623/2005 | Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba. |
| Lei nº3968/2011 | Parâmetros de Parcelamento do Solo Urbano, do Plano Diretor Municipal |
| Lei nº377/1974 | Institui o Código de Obras do Município de Imbituba |
| Lei nº846/1986 | Institui o Código de Posturas do Município de Imbituba |
| Lei Complementar nº3968/2011 | Institui o Regimento Urbanístico municipal e dá outras providências |
| Lei nº4215/2013 | Institui a nova política municipal de meio ambiente e dá outras providências |
| Decreto PMI nº144/2021 | Regulamenta os Projetos Especiais e Operações Concertadas previstos no Plano de Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - PDDSI e dá |

| | |
|------------------------------|---|
| | outras providências. |
| Lei Complementar nº4229/2013 | Dispõe sobre a construção de passeios públicos ou calçadas no Município de Imbituba |
| Lei nº 2623/2005 | Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor |

Fonte: Fundação InoversaSul, 2023

Com relação as secretarias, são 14 (quatorze) que compõem a gestão do município, sendo elas:

- a) Mobilidade, fiscalização e controle urbano – SEFIC
- b) Procuradoria-geral do município - PGM
- c) Administração -SEAD
- d) Fazenda – SEFAZ
- e) Educação, cultura e esporte – SEDUCE
- f) Saúde – SEMUSA
- g) Assistência social e habitação – SEASH
- h) Gestão e planejamento urbano - SEGPLAN

- i) Desenvolvimento sustentável, agrícola e da pesca – SEDAP
- j) Secretaria municipal de meio ambiente – SEMA
- k) Desenvolvimento econômico, turístico e portuário – SEDETUR
- l) Infraestrutura e saneamento – SEINFRA
- m) Serviço autônomo municipal de água e esgoto – SAMAE
- n) Controladoria geral do município – CGM

O decreto PMI nº076, de 20 de maio de 2022 – dispõe sobre a constituição do Conselho da Cidade de Imbituba – CONCIDADE/IMBITUBA.

Conforme o §1º O Conselho da Cidade de Imbituba – CONCIDADE/IMBITUBA é um órgão colegiado, de natureza permanente, de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, que reúne

representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, constituindo-se parte integrante da gestão urbana do

Município e do Sistema Nacional de Política Urbana, ao qual compete:

I – propor, debater e aprovar diretrizes e normas para implantação dos programas a serem formulados pelos órgãos da Administração Pública Municipal relacionados a Política Urbana;

II – apreciar e propor diretrizes para a formulação e implementação da políticas de desenvolvimento urbano sustentável do município;

III – emitir orientações e recomendações referentes a aplicação da Lei Federal nº10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e demais leis e atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano municipal;

IV – propor aos órgãos competentes medidas e normas para implementação,

acompanhamento e avaliação da legislação urbanística;

V – promover mecanismo de cooperação entre os governos da União, Estado, Município Vizinhos, Região Metropolitana e a sociedade, na formulação e execução da política municipal e regional de desenvolvimento urbano;

VI – elaborar e aprovar seu regimento interno, sua forma de funcionamento e das suas câmaras setoriais, bem com a articulação e integração com os demais Conselhos Municipais;

VII – tornar efetiva a participação da Sociedade Civil nas diversas etapas do planejamento e gestão urbanos;

VIII – criar instrumentos e mecanismos de integração das políticas de desenvolvimento urbanos;

IX – garantir a continuidade da políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano do município;

X – monitorar e fortalecer o processo de implementação do orçamento municipal em consonância com as deliberações dos processos participativos relativos as políticas setoriais de desenvolvimento urbano;

XI – convocar e organizar as Conferencias da Cidade de Imbituba;

XII – encaminhar as diretrizes e instrumentos da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais em consonância com as deliberações da Conferencia da Cidade de Imbituba;

XIII – dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV – propor a realização de estudos, pesquisas, debates, seminários, audiências públicas ou cursos afetos a política municipal de desenvolvimento urbano;

XV – propor ações e adotar procedimentos e mecanismos, visando combater a segregação sócio espacial no município;

XVI – acompanhar e avaliar a implementação e a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, bem como a legislação correlata, zelando cumprimento dos planos, programas, projetos e instrumentos a eles relacionados;

XVII – propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações no PDDSI;

XVIII – promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que incidam na Regiões de Planejamento do PDDSI;

XIX – analisar e deliberar sobre Operações Concertadas e Projetos Especiais;

XX – aprovar o regimento interno da Conferencia Municipal da Cidade;

XXI – estabelecer o regimento interno do CONCIDADE/IMBITUBA;

XXII – analisar planos, programas e projetos que, devido a sua escala, impactos ou conflitos, necessitem de parecer de dois ou mais Conselhos Municipais;

XXIII – avaliar assuntos de notório interesse público, motivado por indivíduos ou organizações sócias desde que plenamente justificados; e

XXIV – analisar e deliberar sobre demais assuntos relacionados ao desenvolvimento urbano do município.

O Conselho do Meio Ambiente (CONDEMA) é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo. Possui atribuições como: (a) aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do município, observadas as legislações estadual e federal; (b) estabelecer critérios básicos e fundamentados para a elaboração do zoneamento ambiental, podendo referendar ou não a proposta encaminhada pelo órgão ambiental municipal competente; (c) apresentar sugestões para a Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

reformulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI, no que concerne às questões ambientais; entre outras.

O COMDEMA será constituído por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze)

suplentes, indicados pelas entidades que representam, com direito a voz e voto.

§ 1º Terão assento no Conselho Municipal do Meio Ambiente, paritariamente, os

segmentos a seguir nomeados, cada qual com 1 (um) Representante e respectivo Suplente:

I – Representando o Poder Público:

a) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

e) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável;

f) 1 (um) representante da Área de Proteção Ambiental – APA da Baleia Franca.

II – Representando a Sociedade Civil:

a) entidade representativa dos empresários;

b) entidade representativa dos trabalhadores;

c) organizações não-governamentais ambientalistas;

d) entidade representativa de comunidades;

e) instituição de ensino superior com atuação em Imbituba.

f) outras instituições ambientalistas com atuação no município.

IEGM – TC/SC - Planejamento

Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM – TCE/SC), através do IEGM de planejamento, permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira

ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Tabela 14 – IEGM – Planejamento:

| MUNICÍPIO | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Variação % |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|
| Imbituba | 0,31 | 0,21 | 0,30 | 0,28 | 0,34 | 0,31 | 0,00% |

Fonte: TC/SC.

Este indicador aponta a necessidade de aperfeiçoamento na gestão mediante o planejamento, para a obtenção dos melhores resultados de governança pública. Visto que no período de 2016 a 2020, registra-se que não ocorreu evolução positiva no índice.

IEGM – TC/SC - Fiscal

Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM – TCE/SC), através do IEGM de fiscal, permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos

responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Tabela 15 – IEGM – Fiscal:

| MUNICÍPIO | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Variação % |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| Imbituba | 0,68 | 0,78 | 0,69 | 0,68 | 0,65 | 0,63 | -7,35% |

Fonte: TC/SC.

No período de 2015 a 2019, registrou-se um pequeno declínio no índice. Sendo necessário diante dos parâmetros do TCE, a progressão na melhoria na gestão fiscal do município.

IGM – CFA - Finanças

Índice de Governança Municipal medido pelo Conselho Federal de Administração, com seu indicador de Finanças, analisa a condição fiscal, a sua capacidade de investimento per capita, o custo do legislativo e o equilíbrio previdenciário.

Tabela 16 – IGM CFA

| MUNICÍPIOS | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Variação % |
|------------|------|------|------|------|------|------|---------------|
| Imbituba | 4,74 | 4,80 | 4,47 | 4,12 | 4,47 | 4,42 | -6,75% |

Fonte: CFA.

Neste indicador estruturado pelo Conselho Federal de Administração, focando a condição fiscal, analisando sua capacidade de investimento per capita, o custo do legislativo e o equilíbrio previdenciário, percebemos a permanência do nível abaixo de sete.

IGM – CFA – Gestão

Índice de Governança Municipal medido pelo Conselho Federal de Administração, com seu indicador de Gestão, analisa a condição de planejamento; no que tange aos colaboradores a proporção do número de servidores com a população e comissionados na sua proporção com o número total de servidores e quanto a transparência de gestão (CAUC e nível de cumprimento com relação às leis de transparência).

Tabela 17 – IGM CFA – Gestão

| MUNICÍPIOS | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Variação % |
|------------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| Imbituba | 5,55 | 5,82 | 4,96 | 5,44 | 7,12 | 5,78 | 4,14% |

Fonte: CFA.

Neste indicador que avalia a gestão, analisando a condição de planejamento, no que tange aos colaboradores a proporção do número de servidores com a população e comissionados na sua proporção com o número total de servidores e quanto a transparência de gestão, percebemos além da pequena variação percentual, porém, com o índice permanecendo abaixo do nível de sete.

IGM – CFA – Desempenho

Índice de Governança Municipal medido pelo Conselho Federal de Administração, com seu indicador de Desempenho, analisa a condição de desempenho quanto ao atendimento da saúde, educação, segurança, saneamento e meio ambiente e vulnerabilidade social.

Tabela 18 – IGM CFA – Desempenho

| MUNICÍPIOS | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Variação % |
|------------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| Imbituba | 6,57 | 6,43 | 7,33 | 7,07 | 7,27 | 6,83 | 3,96% |

Fonte: CFA.

Analisando sua condição de desempenho quanto ao atendimento da saúde, educação, segurança, saneamento e meio ambiente e vulnerabilidade social, terminando igualmente em alta no período analisado, performando em nível pouco inferior a sete.

CAPAG - Capacidade de Pagamento (Tesouro Transparente)

Segundo o Tesouro Nacional, é a “o intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional”.

Sendo que metodologia de cálculo é composta por três indicadores:

- I. Endividamento: aponta o tamanho da dívida municipal relativa à receita corrente líquida municipal;

- II. Poupança Corrente: se refere à relação entre despesas e receitas correntes no município; e
- III. Índice de Liquidez: indica o nível de obrigações financeiras em relação a disponibilidade de caixa do município.

Este indicador de Capacidade de Pagamento pode variar entre notas finais A, B, C ou D. Sendo a nota A indicativo de boa situação fiscal e de baixo risco, enquanto a nota D indica uma situação fiscal ruim e conseqüentemente de alto risco de inadimplência.

Tabela 19– Índice CAPAG STN

| Municípios | |
|-------------------|----------|
| Imbituba | B |

Fonte: STN.

Ranking dos municípios - tesouro.gov.br¹

Este ranking estruturado Tesouro Nacional. busca a melhoria da qualidade e da consistência dos dados fiscais e contábeis enviados pelos entes da Federação ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Sendo dividido em dimensões de avaliação, que reúne um conjunto de verificações que tem o mesmo objetivo.

Atualmente, existem quatro dimensões de avaliação:

- Dimensão I - Gestão da Informação: analisam o comportamento do ente federativo no envio e manutenção das informações no Siconfi.
- Dimensão II - Contábil: avaliam os dados contábeis recebidos em relação à adequação às regras do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, consistência entre os demonstrativos etc.
- Dimensão III - Fiscal: análise dos dados fiscais contidos nas declarações.

¹ Fonte: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>

- Dimensão IV - Contábil x Informações Fiscais: efetua o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais avaliando a igualdade de valores entre demonstrativos diferentes.

O estado de Santa Catarina, está na 7ª colocação nacional, com os seguintes indicadores nas respectivas dimensões:

- Contábil: 57,72
- Fiscal: 59,52
- Contábil x Fiscal: 43,65
- Pontuação final: 160,89

De acordo com o portal do ranking, em 2021 o cenário nacional estava consolidado na seguinte forma:

- A: 368 (6,61%) dos entes com pontuação superior a 95%
- B: 1.758 (31,57%) dos entes com pontuação entre 85% e 95%
- C: 1.675 (30,08%) dos entes com pontuação entre 75% e 85%

- D: 1.066 (19,15%) dos entes com pontuação entre 65% e 75%
- E: 701 (12,59%) dos entes com pontuação menor que 65%

Neste ranking, o município tem mantido nos exercícios de 2019, 2020 e 2021 a Classificação “**B**”, que poderemos analisar comparativamente nas tabelas abaixo:

Tabela 20 – Classificação STN

| Municípios | Classificação | |
|------------|---------------|----------|
| | ICF 2021 | Nacional |
| Imbituba | B | 1.410 |

Fonte: Ranking de municípios do Tesouro Nacional.

Imbituba se encontra em ótima posição dentre os municípios brasileiros, estando entre os entes com classificação “B” (1.758 municípios, e com 94,0% de acerto percentual).

(III) nível de dependência ou não das transferências constitucionais:

Transferência Intergovernamentais²:

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e rateada entre os entes federados.

Dentre as principais transferências da União para os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se em especial: o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Tabela 21 – Comparativo de repasse do FPM - Região da AMUREL:

| Municípios | População Estimada 2021 (IBGE) | FPM - 2021 (R\$1,00) | FPM per capita |
|-------------------|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Garopaba | 24.070 | 16.705.165,00 | 694,02 |
| Armazém | 8.843 | 8.352.582,82 | 944,54 |
| Braço do Norte | 34.294 | 22.273.553,90 | 649,49 |
| Capivari de Baixo | 25.477 | 19.489.359,30 | 764,98 |

| | | | |
|--------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Grão Pará | 6.621 | 8.352.582,82 | 1.261,53 |
| Gravatal | 11.652 | 11.136.777,06 | 955,78 |
| Imaruí | 9.764 | 11.136.777,06 | 1.140,60 |
| Imbituba | 45.711 | 27.841.942,00 | 609,09 |
| Jaguaruna | 20.547 | 16.705.165,00 | 813,02 |
| Laguna | 46.424 | 27.841.942,00 | 599,73 |
| Pedras Grandes | 3.931 | 8.352.582,82 | 2.124,80 |
| Rio Fortuna | 10.225 | 8.352.582,82 | 816,88 |
| Sangão | 4.630 | 11.136.777,06 | 2.405,35 |
| Santa Rosa de Lima | 13.128 | 8.352.582,82 | 636,24 |
| São Ludgero | 2.151 | 13.920.971,16 | 6.471,86 |
| São Martinho | 13.886 | 8.352.582,82 | 601,51 |
| Treze de Maio | 3.162 | 8.352.582,82 | 2.641,55 |

Fonte: Tesouro Transparente

Tabela 22 – Comparativo de repasse do FUNDEB - Região da AMUREL:

| Municípios | FUNDEB 2021 (R\$1,00) | FUNDEB per capita (R\$1,00) |
|-------------------|------------------------------|------------------------------------|
| Garopaba | 3.255.745,09 | 135,26 |
| Armazém | 1.031.138,95 | 116,61 |
| Braço do Norte | 3.971.841,22 | 115,82 |

² Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>

| | | |
|--------------------|---------------------|--------------|
| Capivari de Baixo | 2.945.989,70 | 115,63 |
| Grão Pará | 674.503,80 | 101,87 |
| Gravatal | 1.012.658,67 | 86,91 |
| Imaruí | 1.444.968,72 | 147,99 |
| Imbituba | 3.782.938,75 | 82,76 |
| Jaguaruna | 2.324.952,91 | 113,15 |
| Laguna | 2.313.716,30 | 49,84 |
| Pedras Grandes | 367.133,33 | 93,39 |
| Rio Fortuna | 591.494,61 | 57,85 |
| Sangão | 957.177,45 | 206,73 |
| Santa Rosa de Lima | 314.586,41 | 23,96 |
| São Ludgero | 1.596.516,59 | 742,22 |
| São Martinho | 293.259,74 | 21,12 |
| Treze de Maio | 859.923,87 | 271,96 |
| Tubarão | 8.098.082,02 | 75,58 |

Fonte: Tesouro Transparente

Analisando as informações constantes sobre o tema de transferência governamentais, verificamos que, no que diz respeito ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM, o município alcançou em 2021 a razão de R\$ 609,09 per capita. Abaixo da maioria dos municípios da microrregião da AMIREL.

Elaboração: Fundação InoversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

O mesmo se registra com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o município atingiu em 2021, o valor per capita de R\$ 82,76.

(IV) participação das despesas com pessoal na despesa total:

Tabela 23 – participação das despesas com pessoal na despesa total

| | 2.019 | 2.020 | 2.021 | 2.022 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Pessoal e encargos | 79.482.659,16 | 86.513.677,65 | 96.801.046,71 | 124.935.255,57 |
| P% Pessoal nas Desp. Total | 49,61% | 49,99% | 47,85% | 49,94% |

Fonte: Portal da transparência do município e informações no portal de dados do TCE/SC

Verificamos que o percentual das despesas com pessoal e encargos comparado com a Despesas total executada, tem se mantido estável.

(V) receitas de capital (empréstimos e financiamentos):

Tabela 24 – Comparativo das receitas e despesas de capital

| | 2.019 | 2.020 | 2.021 | 2.022 |
|--------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| RECEITA DE CAPITAL | 431.235,70 | 4.656.549,42 | 3.162.297,43 | 6.697.440,97 |
| DESPESA DE CAPITAL | 10.583.278,51 | 9.717.460,35 | 17.895.419,52 | 18.961.127,65 |

Fonte: Portal da transparência do município e informações no portal de dados do TCE/SC

Verificamos uma progressão contínua no crescimento das despesas de capital, assim como, nas receitas de capital.

(VI) nível de informatização:

IEGM – TC/SC - Governança Tecnológica

Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM – TCE/SC), através do IEGM de governança tecnológica, apresenta a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Tabela 25 – IEGM – Governança tecnológica comparado com municípios Litorâneos:

| MUNICÍPIOS | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Variação % |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Imbituba | 0,64 | 0,64 | 0,64 | 0,64 | 0,55 | 0,68 | 6,25% |

Fonte: TC/SC.

Verificamos que no período de 2015 a 2020, pouca oscilação foi registrada, resultando num pequeno acréscimo ao nível de 0,64 em
Elaboração: Fundação InversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

2020. Sendo necessário uma avaliação concreta diante dos parâmetros do TCE, visando a obtenção dos melhores resultados no conhecimento e uso dos recursos tecnológicos em favor da sociedade.

Indicadores fazendários

a. Evolução da execução orçamentária (2019 a 2022):

Esta análise examina de maneira agregada a execução orçamentária da Prefeitura Municipal, apresentando quatro indicadores relevantes para a compreensão da situação orçamentária do poder executivo municipal:

- I. Quociente do Resultado Orçamentário: demonstrando a capacidade das receitas arrecadadas cobrirem as despesas empenhadas no exercício, a *performance* do indicador apresentada na série histórica abaixo, foi superior a “1”, indicando que houve superávit orçamentário.

- II. Quociente da Execução Orçamentária Corrente: indicando quanto da receita corrente foi utilizada para suprir as despesas correntes, apresentou no período um valor superior a 1, indicando, assim, a formação de poupança corrente. Ou seja, o montante das receitas correntes que não foi consumido com o custeio da máquina pública, pode se constituir em uma importante fonte para a realização de investimentos.
- III. Financiamento das Despesas de Custeio: o referido indicador apontou a parcela das despesas de custeio financiadas por receitas tributárias próprias. Demonstrando um elevado grau de dependência da Prefeitura de transferências provenientes dos governos estadual e federal.
- IV. Serviço da Dívida nas Receitas Correntes: objetivando mensurar a parcela das receitas correntes obtidas pela Prefeitura que está comprometida com o pagamento dos juros e

amortização da dívida fundada, observamos que os resultados apresentados apontam para um resultado muito positivo.

Tabela 26 – Indicadores orçamentários do município:

| INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS (TC 12) | | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|-----------------|------|------|------|------|------|
| Indicador orçamentário (TC 12) | Fórmula | Faixa aceitável | | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
| | | Min. | Máx. | | | | |
| 1) Quociente do Resultado | Receita Executada (exceto intra-orç) | 0,9 | 1,1 | 0,88 | 0,89 | 0,89 | 0,91 |
| | Despesa Executada (exceto intra-orç) | | | | | | |
| 2) Quociente da Execução | Receita Corrente | 1,1 | 1,25 | 0,94 | 0,92 | 0,96 | 0,95 |
| | Despesa Corrente | | | | | | |
| 3) Financiamento das Despesas | Receita Tributária Própria | 0,15 | 0,4 | 0,59 | 0,37 | 0,36 | 0,36 |
| | Despesas Correntes | | | | | | |

Fonte: Portal da transparência do município e informações no portal de dados do TCE/SC

Na série anterior, com a apresentação de indicadores fazendários, contata-se que o município tem apresentado uma boa evolução nos quocientes de resultado e necessitando melhor performance na execução orçamentária.

b. Evolução da receita total (2019 a 2022):

Com base na tabela abaixo, observamos que a Receita Total obteve um crescimento de 61,14% no período, sendo que o fator preponderante é o contínuo crescimento da Receita Corrente.

Tabela 27 – Indicadores com a evolução da receita total:

| Indicador orçamentário (TC 12) | 2.019 | 2.020 | 2.021 | 2.022 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| RECEITA CORRENTE | 140.206.811,54 | 149.784.208,62 | 177.623.835,93 | 219.920.615,21 |
| RECEITA DE CAPITAL | 431.235,70 | 4.656.549,42 | 3.162.297,43 | 6.697.440,97 |
| RECEITA TOTAL | 140.638.047,24 | 154.440.758,04 | 180.786.133,36 | 226.618.056,18 |
| Rec.Total Per capita (45.711) | 3.076,68 | 3.378,63 | 3.954,98 | 4.957,63 |

Fonte: Portal da transparência do município

c. Evolução da receita corrente (2019 a 2022):

Na tabela abaixo, observamos que na Receita Corrente, as maiores curvas de crescimento ocorreram nas “receitas tributárias” e “transferências correntes”.

Tabela 28 – Indicadores com a evolução da receita corrente:

| Indicador orçamentário (TC 12) | 2.019 | 2.020 | 2.021 | 2.022 |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Receita Tributária | 52.328.876,43 | 55.800.319,00 | 64.786.861,34 | 79.432.875,83 |
| Receita de Contribuições | 4.794.280,69 | 4.372.738,42 | 5.112.714,99 | 5.533.656,20 |
| Receita Patrimonial | 617.271,69 | 155.255,24 | 3.266.916,61 | 4.584.363,67 |
| Receita Agropecuária | | | | |
| Receita Industrial | | | | |
| Receita de Serviços | 184,56 | 276,96 | 475,91 | 446,46 |
| Transferências Correntes | 82.080.958,81 | 89.279.921,28 | 104.243.671,26 | 130.061.673,68 |
| Outras Receitas Correntes | 385.239,36 | 175.697,71 | 213.195,82 | 307.599,37 |
| RECEITA CORRENTE | 140.206.811,54 | 149.784.208,62 | 177.623.835,93 | 219.920.615,21 |

Fonte: Portal da transparência do município

A Receita Tributária sendo o conjunto de impostos e taxas controlados pelo poder Municipal, que é o principal componente à disposição do executivo no sentido de adequar suas receitas às suas necessidades de despesas, uma vez que sobre elas não há interferência de outras esferas de governo, respeitados os limites

Elaboração: Fundação InversaSul | Prefeitura Municipal de Imbituba/SC | 2023

impostos pela Constituição Federal, tem conseguido obter um ótimo desempenho, comparado à receita total e no seu crescimento ao longo do período.

d. Evolução da despesa (2019 a 2022):

Observamos abaixo a evolução das despesas, especialmente a corrente, que apresentou um crescimento de 54,52% no período, contra 56,85% de incremento na receita corrente.

Tabela 29 – Indicadores com a evolução da despesa:

| Indicador orçamentário (TC 12) | 2.019 | 2.020 | 2.021 | 2.022 |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| DESPESA CORRENTE | 149.642.436,37 | 163.327.256,71 | 184.386.148,19 | 231.228.454,22 |
| DESPESA DE CAPITAL | 10.583.278,51 | 9.717.460,35 | 17.895.419,52 | 18.961.127,65 |

Fonte: Portal da transparência do município e informações no portal de dados do TCE/SC

Sendo que as despesas correntes são compostas pelas despesas incorridas nas ações continuadas da Prefeitura, assim como pelas despesas que não correspondam à contraprestação direta de bens ou serviços, inclusive as contribuições e subvenções.

REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO TEMÁTICA | PLANO DIRETOR SUSTENTÁVEL DE IMBITUBA/SC

AMUREL. Associação de Municípios da Região de Laguna. **Institucional**. Disponível em: <<https://amurel.org.br/pagina-6799/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Mobilidade Urbana**. Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Brasília: 2012.

CBM. Corpo de Bombeiros Militar. **Sobre o CBMSC. Apresentação**. Disponível em: <<https://www.cbm.sc.gov.br/index.php/sobre-o-cbm-sc/apresentacao>> Acesso em: 10 mar. 2023.

CELESC. Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. **Dados de Consumo**. Dezembro 2022. Imbituba. Disponível em: <<https://www.celesc.com.br/home/mercado-de-energia/dados-de-consumo>> Acesso em: 10 mar. 2023.

CERPALO. Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes. Quem somos. Disponível em: <<https://www.cerpalo.com.br/quem-somos>> Acesso em: 10 mar. 2023.

CIRCUITO TURISTICO. Circuito Turístico Turismo e Gastronomia. **Projeto Golfinho do Corpo de Bombeiros de SC está sendo realizado em praias de Imbituba/SC**. 2023. Disponível em: <<https://www.circuitoturistico.com.br/projeto-golfinho-do-corpo-de-bombeiros-de-sc-esta-sendo-realizado-em-praias-de-imituba-sc/>> Acesso em: 10 mar. 2023.

CODESC. Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de Imbituba. Consórcio Hardt-Engemin. **Plano Diretor Municipal de Imbituba. Fase 1: Levantamentos**. 2010. 355p.

CODESC. Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Prefeitura Municipal de Imbituba. Consórcio Hardt-Engemin. **Plano Diretor Municipal de Imbituba. Fase 2: Análise, Diagnose e Prognose**. 2010. 76p.

CBR. Consultoria Brasileira de Rodovias. **Saiba quais são as maiores rodovias do país. BR-101**. Disponível em: <<https://consultoriacbr.com.br/saiba-quais-sao-as-maiores-rodovias-do-pais/>> Acesso em: 19 dez. 2022.

IMA. Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Balneabilidade. Imbituba/SC. Relatório de Balneabilidade nº 16. 10 de março de 2023. Disponível em: <<https://balneabilidade.ima.sc.gov.br/>> Acesso em: 10 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Imbituba**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imituba/panorama>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FTC. Ferrovia Tereza Cristina. **FTC inicia transporte de contêineres**. 2006. Disponível em: <<https://www.ftc.com.br/detalhe/194>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FTC. Ferrovia Tereza Cristina. **FTC firma parceria com a Fundação Cultural de Criciúma para passeios de Maria Fumaça na região.** 2022. Disponível em: <<https://www.ftc.com.br/detalhe/810>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FTC. Ferrovia Tereza Cristina. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.ftc.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

FTC. Ferrovia Tereza Cristina. **Trem de natal.** Disponível em: <<https://www.ftc.com.br/responsabilidade>>. Acesso em: 05 jan. 2023a.

Fundação UnoversaSul. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico com Sustentabilidade do Município de Imbituba.** 2023.

SÃOCAMILO. **Hospital São Camilo Imbituba. Quem somos.** Disponível em: <<http://saocamilosul.com/unidades/35-hospital-sao-camilo-imituba>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PAROQUIA IMBITUBA. Paroquia de Imbituba Imaculada Conceição. **Mirim Santa Ana. Dados Históricos.** Disponível em: <<http://paroquiaimituba.com.br/comunidade/mirim>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivos Fiscais e Econômicos.** Lei nº 3265, de 20 de dezembro de 2007. Imbituba, 2007.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Criação do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Imbituba - SAMAE.** Lei Municipal nº 4.906, de 09 de abril de 2018. Imbituba, 2018.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul.** Lei Municipal nº 4.951, de 03 de outubro de 2018. Imbituba, 2018.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Município. Aspectos Geográficos.** Imbituba, 2023. Disponível em: <<https://www.imituba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/49631>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Novo passeio de Maria Fumaça já tem data marcada.** Imbituba, 2022. Disponível em: <<https://www.imituba.sc.gov.br/noticias/ver/2022/05/novo-passeio-de-maria-fumaca-ja-tem-data-marcada>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDURB. **Ligação de energia.** Imbituba, 2019. Disponível em: <<https://www.imituba.sc.gov.br/noticias/ver/2019/07/ligacao-de-energia>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. Transporte Público. Notícias. **Transporte Coletivo.** Imbituba, 2018. Disponível em: <<https://www.imituba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16434/codNoticia/493074>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **SEASH. Secretaria Social e Habitação. Apresentação.** Disponível em: <<https://www.imbituba.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3269>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **SEMUSA. Secretaria de Saúde. Apresentação.** Disponível em: <<https://www.imbituba.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/3269>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PMI. Prefeitura Municipal de Imbituba. **Plano Municipal de Assistência Social (2022-2025).** 77p.

PMSC. PROERD. Polícia Militar de Santa Catarina. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência PROERD.** Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/paginas/proerd>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PMSC. REDE CATARINA. Polícia Militar de Santa Catarina. **Rede Catarina de Proteção à Mulher.** Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-catarina>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PMSC. REDE DE VIZINHOS. Polícia Militar de Santa Catarina. **Rede de Vizinhos.** Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-de-vizinhos>>. Acesso em: 11 fev. 2023.

QEDU. **Imbituba. Situação do Município (rede pública).** Censo Escolar. INEP - 2021. Disponível em: <<http://cdn.novo.qedu.org.br/municipio/4207304-imbituba>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ROTA DA BALEIA FRANCA. Santa Catarina. Brasil. **Sobre o Projeto. Rota da Baleia Franca.** Disponível em: <<https://rotabaleiafranca.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.
SCPAR. Porto de Imbituba. SC Participações e Parcerias. **História.** Disponível em: <<https://portodeimbituba.com.br/historia/>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SANEVILLE Engenharia e consultoria Ltda. Município de Imbituba. **Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.** 2022. 243p.
SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Plano Estratégico do Turismo de Imbituba.** 2018. 44p.

SEGURANÇA PÚBLICA. Portal da Segurança Pública. **Qual o papel da polícia na segurança pública.** Blog. FADISMA. Disponível em: <<https://segpublica.com.br/qual-o-papel-da-policia-na-seguranca-publica/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SNIS. Instituto Água e Saneamento. **Municípios e Saneamento. Imbituba (SC).** 2020. Disponível em: <<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/sc/imbituba>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

TEIXEIRA, José Warmuth. Ferrovia Tereza Cristina: uma viagem ao desenvolvimento. Tubarão: Ed. Do autor, 2004. 252p.